

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

ALINE CHIESA GONÇALVES

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
EMPREENDEDORISMO: O OLHAR DOS TRABALHADORES SOCIAIS.**

**Pelotas
2019**

ALINE CHIESA GONÇALVES

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E
EMPREENDEDORISMO: O OLHAR DOS TRABALHADORES SOCIAIS.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, para obtenção do título de Doutora em Política Social e Direitos Humanos.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mara Medeiros

Pelotas

2019

G635p *Gonçalves, Aline Chiesa*

Política de assistência social, mulher e empreendedorismo : o olhar dos trabalhadores sociais / Aline Chiesa Gonçalves. - 2019.

148 f.

Tese (Doutorado em Política Social e Direitos Humanos) - Universidade Católica de Pelotas, 2019.

Orientadora: Dra. Mara Rosange de Medeiros.

4 Política de assistência social. 2. Mulher. 3. Empreendedorismo. I. Medeiros, Mara Rosange de. II. Título.

CDD 361.6

Catálogo na fonte: Bibliotecária Jetlin da Silva Maglioni CRB-10/2462

ALINE CHIESA GONÇALVES

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E EMPREENDEDORISMO: O OLHAR DOS TRABALHADORES SOCIAIS.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, para obtenção do título de Doutora em Política Social e Direitos Humanos.

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente e orientadora Prof^a. Dra. Mara Rosange Acosta de Medeiros
Universidade Católica de Pelotas - UCPel

1^a Examinadora Prof^a. Dra. Raquel Fabiana Lopes Sparemberger
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

2^a Examinadora Prof^a. Dra. Rosangela da Silva Almeida
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

3^a Examinadora Prof^a. Dra. Vini Rabassa da Silva
Universidade Católica de Pelotas – UCPel

DEDICATÓRIA

Ao meu Deus, meu Mestre, minha maior inspiração e força!

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final de um processo de doutoramento significa que houve uma longa jornada percorrida. Foram dez anos consecutivos, desde a graduação, o mestrado e nos últimos quatro anos, o doutorado. Durante esta caminhada, muitas pessoas, tocaram minha vida, minha história e contribuíram para que eu chegasse até aqui. Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus e minha família, por sempre estarem ao meu lado, mesmo nos momentos das maiores crises, me apoiando e incentivando a prosseguir.

Igualmente, gostaria de agradecer a minha orientadora, Prof^a. Dra. Mara Rosange de Medeiros, que ocupa este especial lugar em minha vida, ao longo desses dez anos, desde o meu Trabalho de Conclusão da Graduação, passando pela Dissertação do Mestrado, e hoje, me auxiliando, incansavelmente, nesta Tese. Agradeço pelas valiosas colaborações vindas da banca de qualificação, prof^{as}. Dras. Vini Rabassa da Silva, Raquel Fabiana Lopes Sparemberger e Rosângela da Silva Almeida. Reforço também o agradecimento por terem aceitado participar, também, neste momento final da defesa. Agradeço, de forma especial, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, da Universidade Católica de Pelotas, que me acolheram como aluna e doaram seus conhecimentos, para que eu me tornasse, a profissional que hoje sou.

Também, agradeço as equipes que trabalharam, comigo, no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) da Prefeitura de Arroio do Padre, nestes quatro anos de doutorado, que sempre foram compreensíveis com as minhas faltas, me dando a cobertura necessária para que eu pudesse desenvolver meus estudos. Agradeço as equipes dos dez CRAS, dos municípios pesquisados, por terem me recebido como pesquisadora, com especial acolhimento. E principalmente, agradeço a todas as mulheres lutadoras que transitam por minha história, mãe, avó, tias, amigas, professoras, colegas e em especial a todas as usuárias da Política de Assistência Social, que me inspiram a prosseguir lutando, pelo reconhecimento da mulher, por sua autonomia e acima de tudo, pela sua felicidade.

“Quando for discriminada pelo seu gênero ou pela sua idade ou pela sua aparência (...), pergunta a si mesma a seguinte questão: 'Essa é mesmo a pessoa que está entre mim e o que eu quero fazer? Se a resposta for não, ignore [a discriminação] e siga em frente. Sua energia é melhor utilizada trabalhando e afastando pessoas assim”.

Simone de Beauvoir, escritora, filósofa e ensaísta francesa.

RESUMO

O presente trabalho se propõe problematizar acerca das interfaces da política de assistência social e o trabalho social desenvolvido pelas equipes da atenção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com mulheres pobres, no que diz respeito à autonomia econômica das mesmas. A pesquisa se desenvolveu em 10 municípios da região sul do Estado do RS, tendo como eixos de análise: a responsabilização da mulher pobre pela eficácia da Política de Assistência Social brasileira; o empreendedorismo como alternativa contra a pobreza de renda; diferentes questões subjetivas que envolvem a autonomia financeira das mulheres; o trabalho das equipes da atenção básica do sistema Único de Assistência Social (SUAS), mais especificamente nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) com mulheres, ainda, questões estruturais e políticas que dificultam a operacionalização da política de assistência social em âmbito municipal. A pesquisa teve como objeto central de estudo a seguinte questão: Quais estratégias têm sido usadas pelas equipes dos CRAS, no enfrentamento da pobreza de mulheres referenciadas pela Política de Assistência Social, para atender a demanda de geração de renda e autonomia de suas famílias? Através da observação de diversas realidades, entrevistas e participação em eventos e reuniões com representantes da política de assistência social de municípios da zona sul, é possível destacar a necessidade de se repensar a política de assistência social, de acordo com a real demanda cotidiana que chega aos trabalhadores, especialmente por parte das mulheres que se constituem as principais usuárias dos serviços ofertados por esta política. Ao final deste trabalho temos a tese de que: A política de Assistência social brasileira, dentro de uma perspectiva “familista”, se tornou ineficaz no trabalho com famílias, no âmbito da proteção social básica do SUAS, pois joga para dentro do seio desta, a responsabilidade do cuidado e da proteção, tirando o foco da necessidade do fortalecimento da rede de serviços públicos, que seriam necessários para que realmente esta família pudesse estar protegida e gerando renda. E ainda, que os trabalhadores desta política, estão trabalhando desacreditados desta ferramenta, discordantes do seu formato, fazendo com que suas labutas sejam e enfadonhas e infrutíferas, diante do mar de expressões da questão social em que estão emersos cotidianamente.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Mulher. Empreendedorismo.

ABSTRACT

The present paper had the purpose to problematize about the interfaces of the Unified Social Assistance System (SUAS), with poor women, in regards to their economical autonomy. The research was developed in 10 cities of the southern region of the state of RS, having as lines of analysis: the responsibility of poor woman for the efficacy of the Brazilian social assistance policy; the entrepreneurship as an alternative against income poverty; different subjective questions that involve the financial autonomy of women; the work of the primary care teams of the Unified Social Assistance System (SUAS), in particular in the Reference Centers in Social Assistance (CRAS), with women, as well as the structural and the political issues that make the implementation of the social assistance policy in city level difficult. The research had as its central goal of study the following question: What strategies have been used by CRAS teams, in order to cope with the poverty of the women referenced by the Social Assistance Policies, to meet the demand for income generation and autonomy of their families? Through the observations of various realities, interviews and taking part in events and meetings with the representatives of the social assistance policy of southern cities, it is possible to highlight the necessity to rethink the social assistance policies, according to the real daily demand that comes to workers, in particular for the women who are the main users of the services offered by this policy. At the end of this work we have the thesis that: the Brazilian social assistance policy, from a "familist" perspective, became ineffective in working with families within the framework of basic social protection of SUAS, once it transfers to them the responsibility of care and protection, shifting the focus from the need to strengthen the public service network, which would be necessary for this family to be protected and to be able to generate income. Besides, the workers of the policy are working discredited of this strategy, discordant of its format, making their endeavors boring and fruitless, before the sea of expressions of the social issue in which they are daily emerged.

Keywords: Social Assistance Policy. Women. Entrepreneurship.

LISTA DE SIGLAS

BM - Banco Mundial

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CEF - Caixa Econômica Federal

CEME - Central de Medicamentos

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CRAS Centro de Referência de Assistência Social

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COGEMAS - Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social

CPF - Cadastro Pessoa Física

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

DAS - Departamento de Assistência Social

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

FUNABEM - Fundação de Bem-estar do Menor

FUNRURAL - Fundo Rural

IAP's - Institutos de Aposentadorias e Pensões

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas

IPH - Índice de Pobreza Humana

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MEC – Ministério da Educação

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEI – Microempreendedor Individual

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

ONG's - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIF- Programa de Atenção Integral a Família

PBF - Programa Bolsa Família

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGRM - Programa de Garantia de Renda Mínima

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNPM – Política Nacional para Mulheres

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas

SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SEPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

STDS – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TAAS - Taxa de Acompanhamento Agenda Saúde

TAC - Taxa de Atualização Cadastral

TAFE - Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar

UCPEL - Universidade Católica de Pelotas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Atribuições do CRAS e Órgão Gestor Municipal ou do DF	43
Quadro 2:	Equipes Técnicas de Referência do CRAS	45

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	BREVE HISTÓRICO DA POBREZA E SUA VINCULAÇÃO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	28
2.1	POBREZA E QUESTÃO SOCIAL: ALGUNS APONTAMENTOS	28
2.2	CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELOS CRASs	36
2.3	A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS	45
2.4	SOBRE OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS	53
3	POLÍTICAS PARA MULHERES E A QUESTÃO DO EMPREENDEDORISMO	61
3.1	ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS SOBRE A QUESTÃO FEMININA	61
3.2	PLANO PROGREDIR: CAPACITAÇÃO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO?	80
3.2.1	Capacitação da Equipe Técnica	84
3.3	A MULHER PESQUISADORA POR TRÁS DA POLÍTICA	87
4	O ARTESANATO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	91
4.1	O TRABALHO MANUAL NO CONTEXTO DOS CRASs	91
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS	118
	APÊNDICES	124

1 INTRODUÇÃO

A presente tese propõe uma reflexão acerca das interfaces da Política de Assistência Social e o trabalho social desenvolvido com mulheres pobres, por ela referenciadas, no que diz respeito à autonomia econômica e financeira das mesmas. A pesquisa que foi desenvolvida para tal reflexão abordou, de forma qualitativa, o tema em suas múltiplas nuances; o trabalho dos assistentes sociais e das equipes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na atenção básica, mais especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com mulheres e ainda, questões estruturais e políticas que dificultam a operacionalização da política de assistência social em âmbito municipal, o empreendedorismo como alternativa contra a pobreza de renda, diferentes questões subjetivas que envolvem a autonomia financeira das mulheres, e a responsabilização da mulher pobre pela eficácia da Política de Assistência Social brasileira.

Para entender o papel da mulher dentro do desenho das políticas sociais nos dias atuais, é preciso compreender que em um processo histórico, as famílias têm sido chamadas a ser parte integrante e ativa do sistema de proteção social. Porém, vale ressaltar que este não é um fenômeno novo, pois a compreensão das primeiras estruturas de bem-estar social nos permite entender a posição atual da família na política social (CAMPOS, 2012). Dentro de um processo de conquistas e retrocessos, a família sempre foi o ator principal das políticas sociais, pois recai sobre ela a responsabilidade de sua própria manutenção e a sua autonomia em relação ao Estado.

Dentro da variedade dos novos arranjos familiares, destacam-se as famílias monoparentais, nas quais a mulher vem assumindo cada vez mais a responsabilidade de mantenedora, seja através do trabalho, seja através de sua representação perante os programas sociais. O conflito entre o trabalho remunerado e a vida familiar, dentro destes novos arranjos familiares, apenas reproduziu a concepção cultural predominante que considera a reprodução social uma responsabilidade das mulheres e não uma necessidade da sociedade. Este conflito engloba o equilíbrio entre o trabalho remunerado, o cuidado com os idosos, a educação dos filhos, o trabalho doméstico (GAMA, 2012).

A multiplicidade de papéis no universo feminino tende a acarretar um acúmulo de tarefas e responsabilidades no âmbito privado e também no público. Atentar para este mito de que tais tarefas são papel da mulher e quebrar com o sofisma construído socialmente em relação ao gênero é uma necessidade que se impõe.

O trabalho social com mulheres envolve questões muito mais profundas e subjetivas do que meramente impulsionar a geração de renda através de trabalhos manuais, realidade que ainda hoje perpassa os diversos equipamentos públicos que prestam serviço de assistência social. Envolve também, a manutenção dos filhos na escola e os cuidados com a saúde (peso), como condiciona, por exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF), carro chefe dos programas sociais. A imposição gerada pelo PBF em relação à participação ativa em serviços de proteção básica, como saúde, educação e assistência social, através das condicionalidades é uma questão polêmica, entre os defensores de um sistema de proteção social mercadorizado e os que defendem políticas públicas universais. Interessante trazer a definição de contrapartida presente no Guia de Acompanhamento das Contrapartidas (2010), dada pelo Ministério do Desenvolvimento Social,

Um mecanismo para reforçar o exercício, pelos brasileiros mais pobres, de direitos básicos como o acesso ao serviço de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper com o ciclo intergeracional da pobreza. O pressuposto é o de que filhos que têm acesso a melhores condições de saúde, educação e convivência familiar e comunitária do que seus pais tiveram, têm também aumentadas suas oportunidades de desenvolvimento social. Em outras palavras, as chances de terem uma vida melhor que de seus pais são ampliadas. O principal objetivo das condicionalidades é, portanto, a elevação do grau de efetivação dos direitos sociais dos beneficiários por meio do acesso aos serviços básicos (MDS, 2010, p.09).

O acesso aos serviços básicos de saúde, de educação e de assistência social está garantido como direito social, na Constituição de 1988 e passa a ser responsabilidade do Estado prover tais direitos, como princípios norteadores do sistema de proteção social brasileiro.

A ideia da corresponsabilidade entre Estado e família, para ampliar o acesso aos seus direitos sociais básicos, é de que, por um lado, as famílias devem cumprir com as condicionalidades para não deixarem de receber o benefício, e o poder público, por outro lado, deve ofertar os serviços de saúde, educação e assistência social. Ora, se a

oferta desses serviços públicos já é uma realidade, mesmo que estes serviços apresentem inúmeras limitações, as condicionalidades acabam tendo uma via única de responsabilização da família para que o objetivo do programa seja alcançado, e este fator caracteriza um processo de negação da cidadania, pois o direito ao acesso torna-se, através das condicionalidades, um dever a ser cumprido pela família, caso contrário será desligada do PBF. Assim, no PBF podemos perceber duas linhas: uma mecanicista, de cumprimento de condicionalidades, e outra mercadocêntrica, de transferência de renda, apenas.

Nenhuma família tem acesso ao programa de forma incondicional, e isto nos mostra que a política social brasileira reforça o viés de “pobres merecedores”, que cumprem com suas responsabilidades, e daqueles não merecedores, distanciando-se da ideia de direitos sociais e reforçando a ótica da dependência ou assistencialismo. No sentido da responsabilização das famílias, Regina Miotto e Marta Campos apontam que:

O "familismo", na expressão empregada por vários autores (em especial Esping-Andersen, 1999, p. 45; Saraceno, 1994, p. 60 -81), deve ser entendido como uma alternativa em que a política pública considera - na verdade exige - que as unidades familiares assumam a responsabilidade principal pelo bem-estar social. Justamente porque não provê suficiente ajuda à família, um sistema com maior grau de "familismo" não deve ser confundido com aquele que é pró-família. (MIOTTO, sd, p.170)

É importante analisar a abrangência do papel da família dentro das políticas sociais, tendo em vista que o Estado repassa para família esse papel. Para os parâmetros do Banco Mundial (BM), quanto maior o número de dependentes dentro de um núcleo familiar, maior vai ser a taxa de pobreza, associando ainda três fatores às prováveis causas da pobreza: baixa escolaridade; localização geográfica marcada pela pobreza; família numerosa (Banco Mundial, 2001). Mais uma vez vemos a responsabilização da família pelas altas taxas de pobreza no país, como se fosse possível fazer uma análise da consequência antes da causa, visto que é necessário analisar a pobreza a partir de uma ótica de estrutura social, política e principalmente econômica, agregando fatores que nos permitam ver a pobreza em seus aspectos multidimensionais.

Diminuir os níveis de pobreza a partir da transferência de renda direta as famílias é uma ação necessária, visto a emergência do repasse de recursos, mas não garante acesso a bens culturais, moradia adequada, meios de transporte de qualidade, escolas qualificadas, trabalho, entre outras necessidades cotidianas das famílias em especial das mulheres mantenedoras, representantes no Programa Bolsa Família e em linhas gerais representantes familiares no Cadastro Único (CadÚnico)¹.

É importante ressaltar que ao falar de responsabilização da família, a mulher se torna representante familiar nas políticas sociais. É sobre ela que recai o peso da eficácia do PBF dentro do seu núcleo familiar, não só pelo cumprimento das condicionalidades como da manutenção do Cadastro Único atualizado, trazendo novas informações sempre que sua situação socioeconômica e familiar mudar.

A individualização da pobreza gera uma posição desumana para as mulheres dentro da política social. Em estudos, durante o tempo de mestrado foi possível ter contato com mães de alunos beneficiários do PBF, em uma escola estadual do Rio Grande do Sul, e ouviram-se colocações interessantes, como: “eu preferia ter um transporte escolar gratuito, do que o Bolsa Família”. ou “o emprego seria bem melhor, pois teria os direitos garantidos de seguro e aposentadoria”. Estas falas demonstram que as mulheres reconhecem a necessidade de acesso aos serviços públicos que dêem respaldo às suas atribuições familiares, como transporte para os filhos, creches e escolas de qualidade, entre outras. Também da abertura de mais postos de empregos dentro do mercado de trabalho formal, para terem seus direitos trabalhistas garantidos. Cabe destacar que com a Reforma Trabalhista aprovada recentemente, esses direitos estão sendo retirados, porém ainda se configura, por parte da classe trabalhadora, o desejo de manutenção de algum tipo de vínculo empregatício.

1

.O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras (<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>, acessado em 13/03/18).

A condição social de pobreza extrema carrega consigo questões como falta de autoestima, incapacidades laborais para determinados trabalhos, falta de estímulo para conviver em pequenos grupos, problemas familiares – como a drogadição de filhos e/ou companheiros, violência doméstica, entre outros advindos do alto grau de vulnerabilidade social – questões estas que influenciam diretamente na capacidade dessa mulher em gerar renda. Tudo isso é agravado por um cenário de discriminação, dificuldade e competição, onde elas recebem menores salários, ocupam poucos cargos de chefia, embora representem a maioria na produção de riquezas do país.

Diante disso, pensar em alternativas empreendedoras, ou seja, formas de melhorar as condições de vida de grupos vulneráveis e proporcionar certa autonomia à mulher devem estar presentes no desenho das políticas sociais, associadas a um processo participativo e decisório nas estruturas política e econômica do país, influenciando na vida social e comunitária. Portanto, a participação política dentro de uma democracia, não é apenas o poder de votar, mas, principalmente, o poder da voz e da ação coletiva, como também o direito de lutar pelo acesso às políticas públicas que dêem suporte de crédito para a concretização do trabalho. Também devem prever recursos financeiros possibilitando, também, o acesso às instituições e serviços públicos de qualidade. O fator econômico, apesar de parecer o mais importante no processo de geração da autonomia da mulher, tende a se tornar algo transitório, em decorrência da necessidade de conhecimentos básicos administrativos para criação de um empreendimento. O fator psicológico ou pessoal, que sai do âmbito macro e por isso talvez seja o fator menos visível, mas de muita importância dado que ele possibilita o despertar da consciência em relação à sua autonomia e ao desenvolvimento pessoal, envolve autoestima e auto-confiança chegando a um bem-estar subjetivo e a autorrealização. Reconhecer e valorizar a importância do gênero feminino sobre a reprodução de bens e serviços na sociedade e sobre a sua segurança financeira pessoal decorre da consciência individual e coletiva da força e do poder produtor da mulher na sociedade.

Neste sentido, as redes sociais que se estabelecem na convivência comunitária, como ajuda mútua entre vizinhos, parentes e outros também são fatores sociais que hoje definem muitas questões econômicas das famílias, visto que o Estado não dá

conta do cuidado necessário para a entrada e permanência no mercado de trabalho, principalmente no que se refere ao gênero feminino. Em relação ao trabalho social desenvolvido com mulheres pobres no âmbito do SUAS, esta tese pretende apresentar uma problematização acerca das ações e projetos desenvolvidos pelas equipes da atenção básica que atuam em programas como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), dentro de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de municípios da zona sul do Estado, e trazer uma análise sobre a possível contribuição para efetivação da autonomia e rompimento do ciclo de pobreza na vida destas mulheres.

Também se pretende mostrar o contexto onde se inserem os profissionais da atenção básica do SUAS, dos municípios pesquisados, que atuam nas mais diversas vulnerabilidades sociais, considerando que a precarização dos equipamentos públicos, de atendimento as pessoas pobres é uma realidade, a atuação dos profissionais, por vezes, se torna subjugada pela falta de estrutura física, política e econômica. Portanto, conhecer e entender a dinâmica da aplicabilidade dos programas sociais, no cotidiano dos trabalhadores da Política de Assistência Social pode contribuir para a proposição de estratégias capazes de propiciar certa autonomia das mulheres pobres.

Este trabalho apresenta a proposta de identificar as políticas públicas para mulheres na área da geração de renda, no âmbito do SUAS, além de problematizar o papel da mulher dentro destas políticas, neste sentido, se fez necessário conhecer a concepção que as equipes atuantes nestas políticas têm a respeito da capacidade de empoderamento feminino através da Política de Assistência Social.

A pesquisa realizada se desenvolveu de forma qualitativa com a intenção de transversalizar categorias analíticas que compõem o cenário do trabalho social com mulheres, como também proporcionou conhecer e sistematizar dados sobre as práticas dos(as) profissionais que atuam na Política de Assistência Social. Através de observação de diversas realidades, entrevistas e participação em eventos e reuniões com representantes da política de assistência social de municípios da zona sul e do embasamento teórico crítico, a pesquisa possibilitou a problematização da realidade cotidiana do trabalho social, buscando estratégias de enfrentamento da questão social

em relação às mulheres. A perspectiva crítico dialética balizou a análise das questões abordadas, permitindo a articulação entre os dados teóricos e os dados empíricos coletados, na tentativa de revelar as contradições da sociedade.

É inegável que o mundo capitalista sofreu grandes mudanças, com o salto tecnológico, a informatização e uma série de outras transformações que acarretaram alterações nos modos e meios de produção, mudando também as formas de contratação e de organização coletiva dos trabalhadores, interferindo assim, nos níveis de pobreza, no aumento das desigualdades sociais, na desregulamentação das condições de trabalho e na retração das conquistas dos direitos sociais. O aumento do desemprego culminou com a expansão do trabalho parcial, também com o aumento significativo da terceirização e da subcontratação, que traz consigo uma baixa remuneração, assim como um distanciamento de políticas sociais garantidoras de direitos sociais da classe trabalhadora.

Surge então o que chamaremos de uma “nova pobreza” que sai dos parâmetros de pobreza do proletariado e atinge a classe média, com a diminuição no número de trabalhadores maiores de 45 anos inseridos no mercado formal de trabalho e com aumento de famílias monoparentais, em sua maioria chefiadas por mulheres. Estes são fatores relevantes que acrescentam a novidade na forma como as expressões da questão social devem ser interpretadas nos dias atuais.

Diante da realidade política e social que o Brasil apresenta hoje, onde os cortes nas políticas sociais e em programas sociais em geral, são cada vez maiores, os profissionais que trabalham diretamente na operacionalização destas políticas, necessitam encontrar estratégias para enfrentar a realidade da pobreza em seus cotidianos de trabalho. Os direitos sociais e trabalhistas passam por uma crise, onde o trabalho informal sem direitos garantidos e muitas vezes precarizado cresce, em resposta ao desemprego e aos cortes em programas sociais como o PBF e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Uma vez que, grande parte dos representantes familiares no CadÚnico são mulheres, que necessitam do complemento monetário dos programas de transferência de renda, os quais tem diminuído o número de beneficiários a cada mês, como contribuir para que as mulheres não tenham suas vidas ainda mais

precarizadas? Que ferramentas os profissionais da atenção básica do SUAS têm usado, para dar continuidade ao trabalho, mesmo diante de tantos cortes?

Diante desta problemática, a pesquisa realizada para a produção desta tese, apresentou como objeto central de estudo a seguinte questão: *quais estratégias têm sido usadas pelas equipes dos CRAS, no enfrentamento da pobreza de mulheres referenciadas pela Política de Assistência Social, para atender a demanda de geração de renda e autonomia de suas famílias?*

Torna-se necessário pensar quais questões devem ser consideradas a partir da Política de Assistência Social, para criar um contexto que permita às mulheres das classes populares desenvolverem potencialidades voltadas para ação empreendedora. Também fazer uma análise crítica sobre quais as ferramentas que a Política de Assistência Social oferece ao assistente social e equipes multidisciplinares da atenção básica para trabalhar a questão da geração de renda.

Como trabalhar para o rompimento da pobreza geracional, sem trabalhar a questão da geração de renda para a mulher, se esta ainda ocupa um papel central na família e também dentro da política de assistência social? Através da pesquisa, que teve como objeto central as estratégias e experiências profissionais na Política de Assistência Social, pretendeu-se mapear e caracterizar tais estratégias, com intuito de colaborar com a categoria profissional no desenvolvimento e na qualificação do trabalho social com mulheres pobres.

A pobreza é um fenômeno multifatorial e complexo que exige a articulação de diversas políticas, bem como o trabalho de diversos atores que compõem a rede socioassistencial, tendo como uma das bases de atendimento público, a atenção básica do SUAS, operacionalizada nos CRASs. Quando a atenção básica trabalha de forma desarticulada com a rede de serviços, e a própria rede não trabalha a questão da intersetorialidade das políticas sociais, os usuários deixam de ser vistos em sua integralidade, como indivíduos possuidores de direitos, que vivem e atuam em determinado território e que apresentam múltiplas demandas sociais. Dependendo da forma como a política social é operacionalizada nos equipamentos públicos de assistência social, tais indivíduos, apenas passam a assumir a condição de

beneficiários de programas de transferência de renda condicionados, como o PBF, transferência esta, que sozinha não garante direitos, levando em consideração o seu baixo valor monetário, em relação às necessidades da extrema pobreza, também não gera a autonomia dos sujeitos. É inegável a importância da complementação de renda, porém é necessário pensar estratégias políticas que toquem, também, nas áreas da educação, saúde, moradia, e principalmente, no direito ao trabalho, sem que sejam apenas através de condicionalidades com caráter punitivo.

Quando questionados sobre a possibilidade de redução da pobreza, a partir dos programas sociais, sem preconizar a geração de renda, algumas respostas foram:

Responsável - Vários desses planos de governo como o Bolsa eles deveriam ser de caráter emergenciais, porque o governo não investe então em capacitar? Empreender então seria isso, tu ensinar, tu propiciar de uma maneira planejada, para essas pessoas além de serem capacitadas, que elas tenham um mercado de trabalho disponível, porque não adianta tu ter a qualificação e não ter onde trabalhar e a gente vive no Brasil realidades opostas, é diferente o norte e nordeste do sul e sudeste, a gente sabe que se tirar lá, as pessoas realmente morrem de fome, diferente daqui né.

Paciente – “Eu acho que mais se pensa na falta de geração e a inserir as pessoas no programa, mais não se pensa em como tirar elas de lá com a geração de renda. Como vou tirá-los de lá? Agora se agarram no cartão, como vou tirá-los? Mais uma vez te mostra como colocá-los porque não tem a renda, mas não como tirá-los (...) Vejo muito mais assim, uma forma de ajudar a pessoa, como tirar daquela situação, mais não como permanecer fora dela. Tipo, tu tá lá precisando, tu vai conseguir o alimento, tu vai conseguir a roupa, tá mas a pessoa precisa de roupa e alimento todos os dias, e o que a gente vai fazer? Esse link eu acho falho”.

Persistente – Não é possível romper quase que nenhuma das vulnerabilidades que bate a porta do Cras, sem trabalho e renda, quase que nenhuma, sendo pouquíssimas vulnerabilidades que batem a nossa porta são de cunho psicológicos, a grande maioria das vulnerabilidades que batem a porta do Cras envolve pobreza, trabalho e renda, transferência de renda é uma medida emergencial, acredito eu que tenha que ser temporária, isso não faz parte da política da assistência social no meu conceito, isso é uma prática assistencialista, é uma emergência, e as pessoas estão aposentadas, as pessoas estão se acomodando com aqueles R\$ 100, 00, R\$200,00 do Bolsa Família, isso gerou um comodismo, isso está vindo de contra a este assunto que a gente está discutindo agora.

Eu acho que o SUAS é uma política bem interessante, bem elaborada, mas eu não vejo essa questão foco financeiro, geração de renda, não vejo. Eu que estou viajando será? Não né? Não tem foco de geração de renda, ele está preocupado, olha vou arriscar falar uma ignorância: é uma política muito bonita mais parece um mundo de sonho assim, não condiz com a nossa realidade, eu acho. É muito bonita no papel, mas na prática não condiz com a nossa realidade, não conduz nenhum pouquinho, com a nossa realidade (...) Eu acho que o SUAS ficou para trás que ele tinha que ser repensado, porque o Brasil mudou demais.

Amiga- “Eu acho que não só a assistência, a baixa escolaridade chama muito a atenção também, as vezes, desde uma questão de emprego de larga currículo e aí uma baixa escolaridade eles não sabem nem fazer um currículo,, não sabem se expressar, envolve outras políticas são várias coisas paralelas, mas teria a nossa parte. Deveria existir relação, mas na prática a gente não consegue relacionar.

Resiliente - “Eu acredito que não, na verdade eu acho que o conhecimento e o empoderamento que né, são os caminhos porque também dependendo o que a gente vê enquanto geração de renda, o que se trabalha, não vai se romper né de fato, com a pobreza, então acho que a questão do conhecimento, que as pessoas tenham acesso ao conhecimento, que entendam como funciona a sociedade o seu bairro e tal, nem que seja em nível local mas de entender que daqui a pouco uma notícia que passa na televisão, o quanto isso vai afetar a vida, então a gente tenta trabalhar muito é no conhecimento que as pessoas podem sim, cobrar né, que é um direito, tu tá lá, tu fiscalizar, tu ser bem atendido, tu tem acesso a informação ao conhecimento, aí eu acho que tu podes começar a trilhar um novo caminho.

É necessário pensar formas estratégicas de trabalho para as equipes profissionais, de modo que não somente as famílias referenciadas nos serviços de atenção básica de assistência social sejam contempladas com uma ação profissional mais eficaz em seus territórios, mas também que os assistentes sociais e as equipes multiprofissionais, atuantes nesses espaços, pensem, analisem e discutam coletivamente suas ações. O trabalho social precisa ter essa dinamicidade, considerando também os retrocessos em relação à efetivação de direitos sociais e o aumento nas taxas de desemprego² e pobreza³ no Brasil.

O profissional de serviço social atua diretamente com a questão da pobreza e das desigualdades sociais em seu trabalho cotidiano, e mais especificamente aqueles

2

.A taxa de desemprego média de 2017 ficou em 12,7%, segundo dados da pesquisa por Amostra de Domicílios - Contínua (PNAD Contínua), divulgados em 31/01/2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse foi o maior índice da série histórica, iniciada em 2012. Em 2016, a taxa havia ficado em 11,5%. < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/taxa-dedesemprego-no-pais-fecha-2017-em-127>> acessado em 02/04/2018.

3

3. A parcela de brasileiros abaixo da linha da pobreza aumentou pelo segundo ano consecutivo em 2016, após uma década de redução. Refletindo o impacto do desemprego e da inflação na renda do trabalho, o percentual, que já tinha subido de 8,4% para 10% em 2015, atingiu 11,2% no ano de 2016, pelos cálculos do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social). <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/06/25/internas_economia,604736/pobreza-cresce-no-brasil-pelo-segundo-ano-consecutivo.shtml> acessado em 02/04/2018.

que atuam interdisciplinarmente na atenção básica do SUAS, através dos CRAS. Faz-se necessário mapear as diferentes estratégias de enfrentamento da pobreza, pontuando aqui a questão da mulher, a qual tem sido responsabilizada pela permanência de sua família em programas sociais como o PBF. Portanto, produzir conhecimento científico a partir desta aproximação pode agregar maior qualidade à atuação profissional de assistentes sociais e equipes, através do conhecimento e da troca de experiências. A problematização a respeito do papel que a mulher tem ocupado, no desenho atual das políticas sociais, também é uma questão relevante para que se desenvolvam práticas profissionais livres de estigmas e pré-conceitos que fazem da mulher, na grande maioria dos casos, a responsável pelo “sucesso” de sua família.

A pesquisa teve como objetivo geral, identificar quais estratégias tem sido usadas pelos assistentes sociais dos CRAS, no enfrentamento da pobreza de mulheres referenciadas pela Política de Assistência Social, para atender a demanda de geração de renda das famílias. Abordou como objetivos específicos: problematizar o papel da Política de Assistência Social brasileira, em relação à geração de renda; mapear ações e projetos desenvolvidos pelos CRAS dos dez municípios pesquisados, com mulheres, em relação à geração de renda; Conhecer a percepção dos assistentes sociais e/ou equipes em relação ao empoderamento feminino através das políticas sociais e identificar possíveis formas de capacitação dos profissionais dos CRAS, para trabalhar a questão da geração de renda.

O estudo se desenvolveu com caráter qualitativo, como já explicitado, com intuito de compreender, descrever e interpretar os fatos concretos da realidade social que se pretende conhecer, buscando responder as contradições existentes. O cenário escolhido foi a cidade de Pelotas e municípios da região sul: Chuí, Santa Vitória do Palmar, Capão do Leão, São Lourenço do Sul, Turuçu, Rio Grande, Morro Redondo, Cerrito e Canguçu em pelo menos um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), de cada município. A escolha destes municípios se deu pela proximidade, considerando o deslocamento feito em loco, para as entrevistas. Os Centros de Referência foram escolhidos como campos de pesquisa, após serem feitos contatos telefônicos prévios para explanação do projeto, e avaliadas as possibilidades de conhecer o trabalho dos assistentes sociais e das equipes, com mulheres pobres por

eles atendidas, levando em consideração os locais com trabalhos mais diferenciados no quesito geração de renda.

A prévia exploração deste campo de pesquisa veio acontecendo há um ano, através de reuniões mensais com os representantes dos municípios, convocada pelo Departamento de Assistência Social (DAS), órgão da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), responsável pela coordenação da política pública de assistência social em âmbito estadual e tem por função as atribuições de assessoria técnica, capacitação, financiamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas no estado, fazendo o elo de ligação entre o Estado e os municípios. E, também, através da participação das reuniões mensais do COGEMAS (Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social), onde são explicitadas as demandas e dificuldades de cada município da zona sul do Rio Grande do Sul. Nestas reuniões, diante das discussões/debates sobre o dia internacional da mulher, a pesquisa foi apresentada aos colegas trabalhadoras(es) do SUAS. Neste sentido, os critérios interação e conveniência de contatos foram levados em consideração, para que fosse assegurado o êxito do trabalho.

Ainda dentro desta abordagem, mais especificamente, foi utilizada a observação assistemática, onde segundo a própria terminologia indica, a tarefa se desenvolve de forma mais livre, sem fichas ou listas de registro, embora tenha de cumprir as orientações do plano de observação, o qual de antemão foi determinado pelos objetivos da pesquisa. Toda observação foi registrada em um "diário de campo", instrumento onde foram anotadas todas as informações, que não sejam o registro das entrevistas formais, ou seja, observações informais sobre comportamentos, reuniões e eventos, festas e feiras, gestos, expressões, conversas informais vinculadas ao tema de estudo.

A entrevista foi um dos instrumentos centrais da pesquisa, onde foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada, combinando perguntas fechadas. Em todos os municípios foi utilizado o mesmo roteiro. Os sujeitos que foram entrevistados são assistentes sociais, coordenadores dos CRAS, psicólogos, uma pedagoga, uma secretária municipal de assistência social, dos citados municípios, para que se conhecesse a percepção de ambos os lugares, técnico e de coordenação.

Considerando que o objetivo central deste estudo foi identificar estratégias de atendimento às mulheres pobres referenciadas na assistência social, as entrevistas com as equipes multidisciplinares puderam ampliar ricamente o conhecimento através da troca de experiências.

Na pesquisa qualitativa, os instrumentos utilizados no campo explorado, devem servir para fazer a mediação entre os marcos teórico-metodológicos e a realidade empírica. Portanto, o estudo documental também qualificou a coleta de dados, juntamente com a pesquisa bibliográfica. Os dados coletados através desta metodologia de pesquisa foram objetivos e também subjetivos, portanto a análise destes dados se deu de forma crítica partindo do objeto concreto de estudo e de suas múltiplas determinações, levando em consideração sua historicidade e as contradições existentes dentro da totalidade que abrange o tema.

Portanto, esta pesquisa buscou olhar para o fenômeno, ou problema de pesquisa, a partir de mais de uma fonte de dados, pois informações advindas de mais de uma fonte, e de diferentes ângulos podem enriquecer e colaborar para responder o problema de pesquisa, limitando o viés metodológico, aumentando assim, a concretude do estudo. Os resultados colhidos visam permitir que mediações sejam desenvolvidas entre os atores e as políticas sociais, ao ponto de gerar processos de transformações na conjuntura social que estamos inseridos.

No capítulo intitulado “Breve História da Pobreza e sua vinculação com a Política de Assistência Social”, destaca-se o surgimento da questão social decorrente do avanço do capitalismo, da urbanização das cidades e dos baixos salários pagos aos trabalhadores. Posteriormente apontamos a forma histórica de tratamento da população pobre, através de ações das Igrejas, sem o efetivo comprometimento do Estado, o que só veio ocorrer mais tarde, de forma efetiva com a aprovação da Política de Assistência Social como direito da população e dever do Estado, na Constituição Federal de 1988.

O capítulo seguinte, “Políticas para mulheres e a questão do Empreendedorismo” aborda alguns elementos introdutórios que nos permitem entender a situação feminina no contexto brasileiro, que a colocam numa situação de inferioridade em relação ao homem, e atribuem a ela o papel de guardiã da família, mas que ao mesmo exigem sua

inserção no mercado de trabalho, sendo duplamente explorada. Finaliza com uma apresentação do Programa Progredir, voltado ao empreendedorismo feminino.

No último capítulo, “O Artesanato e a Política de Assistência Social” destacamos o trabalho desenvolvido nos CRASs, com grupos de mulheres, via de regra, com confecção de artesanatos, os quais tem pouco alcance enquanto estratégia de geração de renda, se constituindo muitas vezes num espaço de acolhimento, de escuta, de criação de vínculos de pertencimento, mas que não contribuem para gerar alguma renda suficiente para melhorar as condições de vida da mulher e do seu núcleo familiar.

Finalizando a tese, apresentamos algumas considerações acerca desse universo rico de tantas contradições, mas também de possibilidades que são os CRASs, e trazendo como tese que: a política de Assistência social brasileira, dentro de uma perspectiva “familista”, se tornou ineficaz no trabalho com famílias, no âmbito da proteção social básica do SUAS, pois joga para dentro desta a responsabilidade do cuidado e da proteção, tirando o foco da necessidade do fortalecimento da rede de serviços públicos, que seriam necessários para que realmente esta família pudesse estar protegida e gerando renda. E ainda, que os trabalhadores desta política estão trabalhando desacreditados desta ferramenta, discordantes do seu formato, fazendo com que suas labutas sejam e enfadonhas e infrutíferas, diante do mar de expressões da questão social em que estão cotidianamente imersos.

2. BREVE HISTÓRICO DA POBREZA E SUA VINCULAÇÃO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 Pobreza e Questão Social: alguns apontamentos

Antes de apresentar um breve histórico da pobreza no Brasil, faremos uma curta exposição acerca do surgimento da questão social. O regime capitalista de produção, sob a perspectiva marxista, é um processo de produção da vida humana e de suas condições materiais, que se desenvolve sob as relações sociais e histórico-econômicas, nas quais se faz necessária a historicidade para pensar o trabalho e a consequente pobreza.

O surgimento da questão social então está atrelado ao modo de produção capitalista que se constitui na sociedade burguesa. O modo de exploração do capital sobre o trabalho está relacionado com as multifacetadas expressões da questão social, de acordo com Behring e Boschetti (2007). Portanto, é preciso pensar no movimento da sociedade capitalista em relação à produção e à reprodução das relações sociais.

Relacionada com o surgimento do processo de industrialização e urbanização e, deste modo pela apropriação privada da força de trabalho gerando a expansão de um exército industrial de reserva, a questão social começa a expressar-se. Segundo Marilda Iamamoto (2011):

A questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação do sujeito na construção histórica. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa de projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas e nacionais. (IAMAMOTO, 2011, p.156)

O conjunto das desigualdades sociais resultantes da exploração dos trabalhadores inseridos neste processo, os quais foram sujeitos a intensas jornadas de trabalho e a extração da mais valia, gerou conseqüentemente, a questão social e suas diferentes manifestações. Assim, a expressão “questão social” surge para dar conta da grande pobreza que se instala entre a classe trabalhadora, fenômeno muito presente e evidente na Europa Ocidental devido aos impactos da onda industrializante no último quarto do século XVIII. O aumento progressivo no contingente do exército de reserva é proporcional ao aumento da capacidade da sociedade de produzir mais bens e serviços (NETO, 2001). O trabalhador, sob a ótica do capital, tem o caráter determinado pelo mercado, de “mercadoria”, pois parte-se do princípio de liberdade, o qual lhe permite vender sua força de trabalho. Atrelado a isto, existe o interesse constante dos donos dos meios de produção em extrair, de uma parcela cada vez maior da população, uma quantidade maior de trabalho.

Historicamente, o surgimento da classe operária, seu assalariamento e o ingresso do trabalhador no cenário político, através de lutas por direitos trabalhistas exigindo seu reconhecimento por parte dos empresários capitalistas e também do Estado, estão diretamente relacionados com a questão social. A organização dos trabalhadores em torno das lutas por seus direitos e pelo rompimento com o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, foi que conduziu a questão social à esfera pública, exigindo a interferência do Estado para a legalização e reconhecimento dos direitos e deveres de todos os sujeitos envolvidos (TRIERWEILER, 2013).

De acordo com Poliana de Oliveira Carvalho e Solange Teixeira (2017), a questão social torna-se de difícil conceituação, haja vista a sua amplitude e vinculação direta com as transformações do mundo do trabalho. Para estas autoras:

Na contemporaneidade, diante do processo da globalização e da instituição do neoliberalismo, em resposta a crise do capital do final dos anos 1970, o desenvolver da questão social, torna-se mais dramático, devido a um recuo do Estado no trato dos seus desdobramentos e um recrudescimento dos efeitos perversos das desigualdades econômicas e sociais geradas pelo ajuste estrutural à nova ordem mundial (CARVALHO; TEIXEIRA, 2017, p. 18).

Estas autoras apontam, também, o aumento das situações de vulnerabilidade social, em decorrência da ausência de renda, as quais afetam as condições concretas de sobrevivência, impedindo a superação de situações de pobreza existentes e gerando o aumento das famílias mais empobrecidas, as quais se tornam reféns da miséria. Destacam estas autoras, o fato de que:

A situação de vulnerabilidade social da família pobre se encontra diretamente ligada à miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego; e também as situações de intolerância, iniquidades decorrentes das diferenças sociais, culturais, entre outras, e à precariedade no acesso às políticas públicas. (CARVALHO; TEIXEIRA, 2017, p. 23).

As tentativas de mensuração da pobreza e os amplos debates sobre ela são antigos em todo o mundo, sobretudo a partir da década de 90, onde o conceito de “pobreza” assumiu notória centralidade. Para Iamamoto (2001), a pobreza faz alusão ao conjunto de necessidades não atendidas e que são necessárias para a vida. Assim,

Pobre enquanto inteiramente necessitado, excluído de toda riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho e alijado das condições necessárias a sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência (IAMAMOTO, 2001, p.16).

A partir da era industrial, por volta de 1930, as desigualdades sociais e econômicas se acentuaram e assistência social aos pobres se fez cada vez mais necessária. Porém, por muito tempo no Brasil, essa assistência por parte do Estado, se dava apenas por meras isenções a grupos privados e religiosos, os quais prestavam o atendimento aos vulneráveis. conforme seus próprios critérios de escolha.

As Santas Casas de Misericórdia, asilos e mosteiros serviam como albergues para os desfavorecidos. A pobreza era entendida como uma fatalidade e a assistência deixada pela iniciativa da igreja e dos “homens bons”. Os pobres eram classificados como “pobres merecedores e pobres não merecedores”. Essa ajuda caridosa, também chamada de assistência esmolada, se estendeu até meados do século XVIII, conhecido posteriormente, como o princípio da meritocracia para o Serviço Social.

Na era Vargas, o Brasil conheceu a força do governo federal no cenário político, a ação pública no campo social aumentou. O governo criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Surgiram ainda os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS), baseados na lógica do seguro, ou seja, condicionado ao pagamento de contribuição, o que seria o modelo de previdência da época. Os trabalhadores formais de carteira assinada passaram a ter certa proteção; já os trabalhadores do mercado informal e os pobres ficavam totalmente desprotegidos pelo sistema, sem a garantia de nenhum direito, dependentes da filantropia e da boa vontade alheia.

A primeira instituição formada nessa época, para dar conta dos excluídos foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA). A primeira dama Darci Vargas assumiu o controle da LBA, que passou posteriormente a ser responsabilidade das esposas dos presidentes, isso foi à instituição do primeiro damismo junto à assistência social, seguindo a lógica assistencialista já existente. A LBA se espalhou pelo país onde voluntariado feminino era estimulado.

Em 1936, nascia em São Paulo a primeira escola de Serviço Social, ligada a igreja católica com a ideia de qualificar o trabalho social. Em 1946, com o enfraquecimento do governo Vargas através das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, surgiu a primeira Constituição Brasileira, começando então um processo de democratização e o poder começou a se descentralizar, saindo das mãos do governo federal, para ser distribuído entre estados e municípios.

O golpe militar de 1964, não mudou o modelo de assistência já existente. Apenas se burocratizou ampliando as regras, normas e critérios a população excluída. Nesse período, porém, foi ampliada a previdência social e criado o Funrural⁴, estendendo a assistência aos trabalhadores do campo.

4

4 No ano de 1971, por meio de uma Lei que determinou a cobrança de 2% sobre a comercialização do produtor rural com a finalidade de arrecadar dinheiro para financiar a previdência rural, o FUNRURAL foi criado. Em 1988 com a nova Constituição Federal, o termo FUNRURAL foi extinto e foi criado o Regime Geral da Previdência Social com regras diferenciadas para o campo e para a cidade. <<http://www.canalrural.com.br/noticias/rural-noticias/entenda-como-funrural-surgiu-evolucao-cobranca-longo-dos-anos-67279>> acessado em 02/04/2018.

A LBA foi transformada em fundação pública vinculada a previdência social e ao ministério do trabalho. Outras instituições públicas foram criadas para dar assistência de acordo com a faixa etária ou por necessidade dos atendidos, é o caso da Fundação de Bem-Estar do Menor (FUNABEM)⁵, para menores, a Central de Medicamentos (CEME)⁶ e o Banco Nacional de Habitação (BNH), neste contexto, foi criado também, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

De 1984 a 1988 o Brasil vive intensas manifestações populares até ser estabelecida a Constituição de 1988, onde a assistência social passou a ser reconhecida como política pública integrante da seguridade social ao lado da previdência e saúde (BRASIL, 2010). Os brasileiros participaram da elaboração da Carta Magna, através das ementas populares assegurando assim uma ampliação nos direitos sociais. O que antes era visto como um problema de cada um, ou uma questão de pobre, passou a ser visto como uma questão de todos. Uma responsabilidade pública garantida por lei. Pela primeira vez o Estado determinou que aqueles que não contribuíam com a previdência, também teriam direito a proteção social. A saúde passou a ser universal e gratuita. Mas todos esses direitos conquistados na constituição precisavam ser conquistados na prática. Isso foi um processo lento, ainda de lutas populares e muitas emendas.

O BPC é fruto de emenda popular que passou a garantir renda para pessoas com deficiências, que demonstravam clara incapacidade para o trabalho, por meio de laudo médico, e que também fossem de baixa renda comprovada e idosos também

5

⁵ À FUNABEM foi criada em 1º de dezembro de 1964, pela Lei nº 4513, vinculada ao Ministério da Justiça, a qual coube, a tarefa de implementar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM), que deveria por fim ao emprego de métodos repressivos e primitivos nas instituições para “menores” e, através da ação conjunta com a “comunidade”, desenvolver outras estratégias de atendimento que não priorizassem mais a internação ou a institucionalização da criança.

<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/o-codigo-de-menores-e-osurgimento-da-febem/43795>> acessado em 03/04/2018.

6

⁶ A Central de Medicamentos – CEME foi criada, em 1971, com o intuito de proporcionar o acesso à população de baixa renda aos medicamentos e regular a produção e distribuição estatais. Os resultados mais recentes de sua atuação serão discutidos adiante.

<http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/polit_fed_assist_farm.pdf> acessado em 03/04/2018.

comprovadamente muito pobres. A categoria dos assistentes sociais esteve muito envolvida, os estudantes e os órgãos como o conselho de assistência, os trabalhadores da área social, pois até então só podiam receber o benefício, denominado Renda Mensal vitalícia, pessoas idosas e com deficiência que tivesse contribuído com o INSS, pelo menos, por 12 meses.

Foi a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que regulamentou os artigos da Constituição federal de 1988, que tratavam da assistência social, garantindo a participação popular e a gestão descentralizada, sendo possível a participação estadual e municipal nas tomadas de decisões. Mas para que a LOAS rompendo com estrutura hierarquizada, foram instituídos os Conselhos, Planos e Fundos de Assistência Social, como requisito para garantir o acesso aos recursos da União. Nos anos 90, começaram a acontecer às Conferências de Assistência Social, elas foram peças importantes no processo de democratização da assistência social no país.

Em 1993 teve a chamada Conferência Zero, que deu grande contribuição para a área. Em 1995 teve a primeira Conferência de Assistência Social, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, no mesmo ano foi extinta a LBA e o Ministério de Bem estar social, em seu lugar foi instituída a Secretaria de Estado da Assistência Social, e o Programa Comunidade Solidária, liderado pela primeira dama, Ruth Cardoso e que possuía, na figura do Betinho, o elemento de destaque para chamamento da sociedade civil para o desenvolvimento de ações voluntárias e de combate à fome. Só em 1998 foi aprovado o primeiro texto para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), e a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) que definiram as regras para o repasse dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para municípios, estados e Distrito Federal.

O ano de 2003 foi um divisor de águas para a Política de Assistência Social, com a necessidade de criar parâmetros nacionais, mesmo em face de tantas desigualdades sociais regionais. Houve então a implantação do Sistema Único de Assistência Social já na quarta Conferência Nacional. Foram instituídos, então os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de transferência de renda, como o PBF. Em 2005, houve então a aprovação da NOB/SUAS, pelo Conselho Nacional de Assistência,

reafirmou o pacto entre os entes federados e começou a traçar um novo modelo socioassistencial no país (BRASÍLIA, 2008).

A família assumiu o papel de núcleo fundamental para a política de assistência social, na perspectiva dos princípios da matricialidade sociofamiliar e do território como base nos serviços. Enquanto eixo estruturante da gestão do trabalho na assistência social essa matricialidade sociofamiliar pressupõe que:

(...), a política de assistência social reconhece que somente é possível tecer uma rede de proteção social ao se compreender os determinantes familiares de uma situação de vulnerabilidade social e acolher mais de um membro dessa família na busca da superação dessa situação. (BRASIL, 2009^a, p.13).

Considerando o contexto e a realidade social em que vivem as famílias, não de forma isolada, mas sim coletiva, é que a política social deve garantir a efetivação dos serviços com a centralidade no núcleo familiar. Se por um lado a família como centro passa ser a matriz para a concepção, implementação e execução de projetos, programas e benefícios, por outro, permanece a responsabilização da família, em especial das mulheres, pelos cuidados familiares e pela reprodução social. Nesse sentido, Oliveira e José Filho ressaltam que:

Auferir para as famílias a divisão de responsabilidades sem dar às mesmas as mínimas condições de suporte o fardo de ser corresponsável por sua subsistência é mais uma transferência de responsabilidades do que uma divisão, pois quando há algo para se dividir, ambos ficam com certa parte. No que diz respeito à família como centralidade nas políticas sociais, o que podemos verificar é que a família ficou com a parte pior: a de sobreviver sem os mínimos meios para atingi-la (OLIVEIRA e JOSÉ FILHO, 2009, p.62)

Corroborando com as ideias de Oliveira e José Filho, acerca da responsabilização do Estado em relação às famílias, como se Ele fosse um ser neutro de responsabilidades, contrariando o que diz o texto constitucional, Poliana Carvalho e Solange Teixeira destacam a perversidade e a crueldade do sistema neoliberal:

Diante da retração do Estado, as famílias são sobrecarregadas de funções e expectativas que não conseguem atender e ainda são alvo de culpabilizações por muito dos desdobramentos da questão social. Tudo que não vai bem com os membros é atribuído à família e, ainda torna-se comum nos prontuários, estudos, relatórios e laudos profissionais, a presença de termos como “família desestruturada”, “falida”, “incompleta” que retrata a ideia que há uma estrutura ideal, sadia e que a ausência dessa estrutura gera personalidades doentias,

marginalizadas, criminosas, drogadas, dentre outras discriminações aos diversos modelos familiares que destoam do hegemônico.(CARVALHO; TEIXEIRA, 2017, p.25).

Nesse contexto de pobreza crescente, o território passou a ser fundamental para compreender as situações de vulnerabilidade e risco social. A relevância da territorialização também como mais um eixo estruturante da gestão do CRAS é apresentado da seguinte forma:

O CRAS materializa a presença do Estado no território, possibilitando a democratização do acesso aos direitos socioassistenciais e contribuindo para o fortalecimento da cidadania. Ao eleger a territorialização como eixo estruturante do SUAS, reconhece-se que a mobilização das forças no território e a integração de políticas públicas podem potencializar iniciativas e induzir processos de desenvolvimento social. A integração de políticas, por sua vez, é potencializada pela clareza de objetivos e pela definição de diretrizes governamentais (BRASIL, 2009^a, p. 13-14).

Vale destacar que o termo território é utilizado por diferentes áreas do conhecimento, com distintos significados. No caso da política de assistência a essa expressão tem sido usada para designar os espaços onde devem ser ofertados programas e serviços. De acordo com Rosaura Silva (2018):

Com a descentralização e a função da Vigilância Socioassistencial, a necessidade de conhecer e se apropriar de um conceito de território tem gerado debates e discordância no entendimento dessa categoria que é um dos três elementos, juntamente com Risco e Vulnerabilidade, que vem garantir a assistência social como direito.(SILVA, 2018, p.24)

A assistência social passou a ter espaços de excelência denominados de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Estes espaços passaram a ser os equipamentos de acesso a política de assistência social com direito a convivência familiar e comunitária. Assim como o SUS, a assistência social passa a atuar em três níveis, atenção básica, média complexidade e alta complexidade.

O SUAS organizou suas ações a partir de dois eixos estruturantes: benefícios e serviços. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o PBF estão entre os benefícios assistenciais, os serviços de caráter continuado passaram a ser oferecidos nos equipamentos públicos ou pela rede socioassistencial do SUAS. Este trabalho está vinculado à atenção básica, desenvolvida nos CRAS, os quais devem trabalhar na proteção e promoção social, por meio de políticas públicas descentralizadas e

articuladas, e que se caracterizam como a principal porta de entrada do SUAS, tendo como foco o trabalho desenvolvido com mulheres.

2.2 Caracterização dos serviços ofertados nos Cras

O CRAS é um equipamento público que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. Tem por objetivo central a prevenção a ocorrências de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, da ampliação do acesso aos direitos de cidadania e do desenvolvimento de potencialidades e aquisições (MDS, 2009). Os serviços de proteção social básica destinam-se prioritariamente às famílias pobres beneficiárias de transferência de renda.

A linha da pobreza no Brasil é determinada pelo Governo Federal com base em dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a qual abrange brasileiros com renda mensal de até R\$ 85,00, para pobreza extrema e R\$ 170,00 para pobreza, formando o público prioritário do Plano Brasil sem Miséria⁷.

Dentro deste contexto a proposta dos Programas de Transferência de Renda, em geral, é reduzir a incidência da pobreza pela insuficiência de renda. Em relação ao PBF, dada sua focalização entre os mais pobres, parece estar razoavelmente sendo alcançado este objetivo (Souza, 2011). Porém, a análise das condicionalidades nas áreas da educação, assistência social e da saúde, e suas relações com a eficácia na melhoria de vida dos beneficiários deve ir além da constatação da diminuição dos níveis de pobreza, pois os resultados só podem ser gerados em longo prazo. Assim, o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), considera que o impacto dessas condicionalidades será visível somente nas próximas gerações.

7

.<http://www.valor.com.br/brasil/5228903/um-cada-quatro-brasileiros-vive-abaixo-da-linha-da-pobrezadiz-ibge> <acessado em 09/04/2018.

Este tipo de Programa enfatiza a questão do combate à pobreza, a qual se entende como fruto das relações do trabalho dentro do sistema capitalista. Torna-se então necessário compreender como a política social se organiza a partir do Estado para fazer este enfrentamento (GONÇALVES, 2015).

É visto que a vida das pessoas beneficiadas melhorou em relação à renda, o que gerou um aumento no consumo e o fortalecimento do mercado. Mas, o outro lado da moeda, demonstra que a intervenção realizada através das políticas sociais, nos diferentes arranjos familiares, não concretiza uma mudança qualitativa e, tampouco, de efetivação dos direitos sociais, pois não possibilitam a qualificação dos serviços prestados à população nas áreas de educação, saúde e assistência social, e sim, a responsabilização das famílias com maior foco nas mulheres, pelo sucesso do Programa, caracterizando assim dever e não direito.

O Decreto nº5.209 de 17 de setembro de 2004 esclarece que a finalidade do PBF é unificar os procedimentos de administração e execução de ações de transferência de renda e cadastramento único do governo federal. Sendo assim o CadÚnico foi instituído em julho de 2001 pelo decreto nº3.887 sendo regulamentado posteriormente pelo Decreto nº6.135, com o qual é possível, de acordo com o MDS (2014), conhecer a realidade socioeconômica das famílias que se cadastrarem, possibilitando o ingresso das que possuem renda per capita de até meio salário mínimo ou renda total de até três salários mínimos. Compõem a gestão e operacionalização do CadÚnico: a SENARC- Secretária Nacional de Renda da Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Caixa Econômica Federal (CEF) e as Prefeituras Municipais (GONÇALVES, 2015). Na maioria dos municípios, esse cadastro é realizado dentro dos CRAS, através de uma entrevista socioeconômica feita por um entrevistador (não necessariamente um assistente social) com os representantes familiares, na maioria mulheres pobres que necessitam do benefício do PBF.

Existe um público prioritário que segundo as orientações técnicas para os CRAS, deve ser atendido de forma ativa e inclusiva aos programas, serviços e projetos da atenção básica. São eles: os beneficiários do PBF; os beneficiários do PBF em descumprimento das condicionalidades, os beneficiários do BPC; os beneficiários do

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), pois, a situação de pobreza ou extrema pobreza agrava a situação de vulnerabilidade social, também famílias com pessoas com deficiência e idosos em situação de isolamento e risco social, mantendo sempre como eixo central a família, respeitando a abrangência do território.

Compreendem-se em vulnerabilidade social, pessoas em situação decorrente de pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social decorrente de discriminações etárias, étnicas, de gênero, sexualidade, deficiência, entre outros, a que estão expostas famílias e indivíduos e que dificultam seu acesso aos direitos e exigem proteção social do Estado. Já o risco social, diz respeito ao agravamento das situações reconhecidas como de vulnerabilidade social (PNAS, 2004).

Tendo então como eixo central a família, faz-se necessário compreender a base teórica pela qual o MDS (2009) a conceitua. A orientação técnica destaca:

A assistência social compreende família como um espaço contraditório, marcado por tensões, conflitos, desigualdades e, até mesmo violência. Nessa direção, ao eleger a matricialidade sociofamiliar como eixo do SUAS, a família é enfocada em seu contexto sociocultural e econômico, com composições distintas e dinâmicas próprias. Essa compreensão busca superar a concepção tradicional de família, o modelo padrão, a unidade homogênea idealizada e acompanhar a evolução do seu conceito, reconhecendo que existem arranjos distintos, em constante movimento, transformação.

A compreensão da família ainda é determinada pelas estruturas geracionais e de gênero presentes: os conflitos e desigualdades vivenciadas no âmbito familiar devem ser analisados e trabalhados a partir da diferenciada distribuição de poder e responsabilidade entre seus membros (MDS, 2009. P.12).

Neste sentido, Mioto (2004) aponta que um dos desafios do exercício profissional do assistente social com famílias é que este ainda, se movimenta com base em processos pautados em padrões de normatividade e estabilidade. A autora aponta uma perspectiva muito ampla para a atuação profissional, a fim de gerar o fortalecimento de possibilidades de proteção social do âmbito da própria família, trabalhando com uma rede de vínculos, ou seja, com a comunidade e suas relações sociais, em um contexto sociocultural radicado em um território.

No tocante a direcionalidade da ação profissional, como já foi afirmado, há a exigência que ela seja pensada na sua teleologia. Pra além de sua eficiência operativa ou de sua instrumentalidade. Portanto, há necessidade de incorporar a ela o compromisso ético com a transformação social, que neste contexto

sócio-histórico se traduz em conquista e garantia de direitos. Essa perspectiva implica que, ao reconhecer que as famílias apresentam demandas que extrapolam as suas possibilidades de respostas e essas se encontram também fora delas, a ação profissional não pode direcionar-se apenas as famílias enquanto sujeitos singulares. Isso implica no redimensionamento da intervenção profissional, a partir da perspectiva da integralidade das ações articuladas em diferentes níveis. Esses níveis seriam: proposição, articulação e avaliação de políticas sociais, organização e articulação de serviços e atendimento a situações singulares (MIOTO, apud MIOTO, 2010, p.172-173).

Cabe então neste contexto, aos profissionais de serviço social e a equipe do CRAS trabalhar levando em consideração não apenas a satisfação das necessidades de renda e de acesso aos serviços, mas também, a perspectiva teleológica de transformação social.

Reconhecer as diferenças e as características de cada família é fundamental para que não se reproduzam práticas engessadas em pré-conceitos. Esse reconhecimento deve partir do princípio que cada família tem sua identidade cultural, seus interesses, necessidades e também potencialidades distintas.

Diante desta conjuntura, se torna um grande desafio trabalhar nas finalidades da política de assistência social, ou seja, na promoção do direito a convivência familiar e comunitária e no fortalecimento dos vínculos familiares. A política de assistência social, na verdade, ambiciona tecer uma rede de proteção social ao se compreender os indicadores determinantes para uma situação de vulnerabilidade e risco social e pretende que sejam acolhidos todos os membros da família, na busca da superação das vulnerabilidades apresentadas.

O CRAS se caracteriza como uma unidade do SUAS que se encontra perto dos seus usuários respeitando o princípio da territorialização, tendo como uma das funções, a promoção dos direitos socioassistenciais. Deve portanto, assegurar os seguintes direitos, ao núcleo familiar:

- conhecer o nome e a credencial de quem o atende (profissional técnico, estagiário ou administrativo do CRAS);
- à escuta, à informação, à defesa, à provisão direta ou indireta ou ao encaminhamento de suas demandas de proteção social asseguradas pela Política Nacional de Assistência Social;
- dispor de locais adequados para seu atendimento, tendo o sigilo e sua integridade preservados;

- receber explicações sobre os serviços e seu atendimento de forma clara, simples e compreensível;
- receber informações sobre como e onde manifestar seus direitos e requisições sobre o atendimento socioassistencial;
- ter seus encaminhamentos por escrito, identificados com o nome do profissional e seu registro no Conselho ou Ordem Profissional, de forma clara e legível;
- ter protegida sua privacidade, dentro dos princípios e diretrizes da ética profissional, desde que não acarrete riscos a outras pessoas;
- ter sua identidade e singularidade preservadas e sua história de vida respeitada;
- poder avaliar o serviço recebido, contando com espaço de escuta para expressar sua opinião;
- ter acesso ao registro dos seus dados, se assim o desejar; • a ter acesso às deliberações das conferências municipais, estaduais e nacionais de assistência social (BRASÍLIA, 2009).

Esses direitos precisam de antemão ser garantidos em todo o tipo de atendimento no CRAS, para que este equipamento público possa ser reconhecido pela população, como um local de acesso e informação a garantia de seus direitos socioassistenciais.

Importante destacar que para manutenção do sigilo das fontes, considerando que, a maioria dos municípios tem apenas um CRAS, com poucos técnicos referenciados, para a apresentação dos dados, os nomes dos municípios serão trocados por características intrínsecas as mulheres, em homenagem as mesmas. Tais características escolhidas foram: amizade, cuidado, esperança, fortaleza, paciência, persistência, resiliência, responsabilidade, senso de luta.

Quando questionadas as equipes, durante a pesquisa, sobre que falta no desenho da Política de Assistência Social, para que sejam trabalhadas ações de geração de renda, as respostas foram:

Cuidadosa – “Assim ó, para te ser bem sincera, como o governo municipal, ele pode gerir o recurso, se já existisse á nível federal alguma coisa assim do tipo, uma normativa já direcionada ó, é 20% do dinheiro que vem é para geração de renda, talvez fosse mais fácil, porque daí o município não destinava aquela verba para outro lado, ta entendendo? Acho que se já viesse instituído alguma coisa neste sentido (...). Sendo bem realista, o recurso já não vem, já é pouco, quando vem é utilizado para outro fim quando é que vai ser utilizado para uma oficina de geração de renda”.

Persistente – “De um programa, de um adendo no SUAS, que foque geração de renda, emprego, empreendedorismo, alguma coisa ou todas as coisas que sejam relacionados a emprego e renda, não digo emprego, mas trabalho e renda, que existem várias formas de trabalho, seja empreendedor, seja patrão,

seja empregado, trabalho e renda, tinha que constar alguma coisa no SUAS a respeito disso também como acho que na educação”.

Amiga – “Falta todas essas ferramentas que a gente falou, do mais simples, falta o local para encaminhar, falta a oficina, falta o emprego, falta desde o recurso de material né, de tu fazer uma lista de material e vir aquela lista de material, acho que falta tudo”.

Responsável – “Mais verba, a verba da assistência é 3% do orçamento.”

-“Ela precisa chegar, não pode ser corrompida né, e às vezes a gente encontra ela corrompida”.

- “Capacitação da sua equipe técnica, não adianta tu ficar com um pensamento a vida toda e não ter, mas eu acredito que é maior no orçamento teria que ter mais destino para a assistência”.

Paciente – “É que eu acho, o que acontece, a política ela dá o peixe, ela não dá a cana para as pessoas pescar. Eu acho que o que falta mais nessas políticas seriam talvez mais cursos profissionalizantes. Eu acho que terias que ter mais oportunidades profissionais, porque não adianta eu estar aqui falando tu tens que trabalhar, tu tem que buscar um trabalho se ela não tem onde buscar, se não tem mercado de trabalho, não tem oportunidade. Eu acho que a política de assistência poderia implantar cursos profissionalizantes, poderia exigir de alguma forma, se tu ta inserido, poderia ser até uma condicionalidade, tu é beneficiário do programa, tipo Bolsa Família que é federal, tu tens que estar participando do curso profissionalizante, tu tem que estar inserido, porque assim ó, é condicionalidade as crianças estarem estudando, fazerem a pesagem, mas a gente não tem nada como condicionalidade de geração de renda, de profissionalizante, que seria o foco do programa. Mas a política teria que oferecer também, não adianta tu cobrar uma coisa que tu não podes oferecer, porque a educação todos tem o direito de ter acesso né, então acho que teria que ter uma forma, não sei, isso eu realmente não sei te responder de que maneira ta, mas assim ó, teria que ter uma forma de talvez oferecer, ter um mecanismo de oferecer isso para as pessoas e colocar isso como condicionalidade do programa. Porque a gente fala que o objetivo do programa é ela sair da vulnerabilidade social né, financeiro em fim, mas aí a gente não oferece nada pra ela, a gente dá um cartão, exige dela que ela pese, que ela leve as crianças na escola, mas aí eu não estou oferecendo nenhuma outra, eu estou dando o peixe mas eu não estou dando nada para ela sair desta condição.”

Resiliente – “ Só a nossa política não é suficiente, essa é a minha avaliação, só a nossa política, agente precisa melhorar a questão educacional, a questão da saúde tudo isso, todas as políticas o atendimento direto a população, precisa melhorar muito assim, a começar por investimento né, como te disse aqui o nosso caso se perdeu recurso do Serviço de Convivência há 3 anos e nunca mais se conseguiu rever esses valores, então hoje talvez, talvez há 5 anos tivesse mais financiamento, mais recursos para executar os serviços do que hoje (...) se tivesse mais recurso nós teríamos um trabalho mais efetivo, É difícil (...) Aqui tem um índice de desemprego altíssimo, por mais que tu qualifique alguém as pessoas que são qualificados grande parte saem daqui né, porque também tem, ta tu pode ter qualificação, ta tu fez a qualificação, então assim, não tem como te dizer se sim ou não, daria ou não daria porque depende de muitas outras coisas né, mas eu acho que se tivesse mais recursos nós teríamos um trabalho mais efetivo, a questão das condicionalidades mesmo: então um adolescente esta descumprindo a condicionalidade da educação, ele tem 17 anos e está no sexto ano, né que é algo que a gente tem bastante com essa defasagem escolar, esse adolescente ele não está indo na escola porque

esta trabalhando na borracharia, o que hoje de efetivo agente tem de efetivo para oferecer para esse adolescente. Agente orienta a família né, explica que ele precisa estar na escola que aquele não é o trabalho adequado para a faixa etária dele, mas nós não temos uma política municipal para inserir esse adolescente, O município a pouco abriu um edital para contratar estagiários mas o adolescente precisa estar no ensino médio, então esse adolescente lá de 17 anos que esta trabalhando na borracharia, e que está no sexto ano, ele não consegue se inserir né, nesses espaços, e essas observações agente vive fazendo, mas aí passa da nossa alçada. Então a primeira coisa, maior investimento, daí o cofinanciamento tanto federal, quanto estadual que não vem nada do Estado, claro que do município também, se a parte do financiamento do município também fosse maior. Mas vejo que hoje aqui os serviços eles são mais mantidos com recurso livre, porque ta, o do CRAS vem, o do CREAS vem, mas como vem sempre atrasado enfim. E acho que gestores apropriados da política, penso nesses dois pontos”.

O território é um fator determinante para a compreensão das situações de risco social e vulnerabilidades, bem como para seu enfrentamento. Oferecer os serviços em locais próximos aos seus usuários potencializa as ações socioassistenciais, visto que as barreiras da distância e das dificuldades de locomoção, já são de antemão vencidas. O MDS (2009) destaca que: “território não se restringe a delimitação espacial. Constitui um espaço humano, habitado”. Ou seja, não é apenas uma questão geográfica, mas sim uma cartografia marcada pelas pessoas que ali vivem.

Assim como se expressam as desigualdades sociais em níveis locais, em contrapartida é nos territórios que se identificam as potencialidades para o enfrentamento das mesmas. O equipamento público CRAS traz a materialização do Estado no território, proporcionando a democratização do acesso aos direitos socioassistenciais.

O trabalho social desenvolvido com famílias no CRAS, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais acontece através do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF); de fortalecimento de vínculos e de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas e deve ser executado pela equipe técnica de referência. Já a gestão territorial deve ser feita pelo coordenador do CRAS, sendo ambas as funções atribuições do poder público. Destes serviços o PAIF deve acontecer no espaço do CRAS, os demais podem se desenvolver em espaços da rede socioassistencial referenciados ao CRAS e com ações integradas ao PAIF.

A oferta do PAIF viabiliza o encaminhamento dos usuários para os serviços (no CRAS ou no território) e disponibiliza informações – sobre demandas a serem respondidas, potencialidades a serem fortalecidas – que contribuem para a definição dos serviços socioassistenciais necessários (MDS, 2009, p.20).

A clareza dos papéis a serem desempenhados na execução da política de assistência social é fundamental para que não haja sobreposição e desresponsabilização dos atores dessa política. Lembrando o que afirmam Poliana Carvalho e Solange Teixeira destacam que:

A criação de instâncias, a elevada produção de normativas, a nacionalização do direito à assistência social foram processos fundamentais na construção de um novo modelo de gestão do conteúdo específico dessa política na proteção social brasileira. (SILVEIRA, 2017, p.489).

O quadro a seguir configura as atribuições técnicas destes órgãos públicos e destaca as diferenças entre as atribuições do CRAS e do Órgão Gestor Municipal ou Distrito Federal, pois elas não devem ser confundidas ou somatizadas, para que a prestação dos serviços à população não seja prejudicada diante das muitas demandas da assistência social.

QUADRO 01 - Atribuições do CRAS e Órgão Gestor Municipal ou do DF

CRAS	Gestor Municipal ou do DF
<p>Fornecimento de informações e dados para o Órgão Gestor Municipal ou do DF sobre o território para subsidiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social; - o planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços ofertados no CRAS; - a alimentação dos Sistemas de Informação do SUAS; - os processos de formação e qualificação da equipe de referência; 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social. - Planejamento, execução físico-financeira, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais do SUAS. - Alimentação dos Sistemas de Informação e Monitoramento do SUAS. - Constituição das equipes de referência e demais profissionais da política de assistência social e qualificação dos trabalhadores do SUAS

Oferta do PAIF e outros serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica. Gestão territorial da rede socioassistencial da Proteção Social Básica (PSB).	<ul style="list-style-type: none"> - Supervisão, apoio técnico da oferta do PAIF e demais serviços socioassistenciais ofertados, tanto nas unidades públicas, quanto nas entidades privadas sem fins lucrativos, prestadora de serviços. - Gestão da rede socioassistencial do município. - Gestão do processo de conveniamento das entidades privadas sem fins lucrativos de assistência social – quando for o caso.
---	--

Fonte: Caderno de Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (BRASÍLIA, 2009).

As duas funções atribuídas ao CRAS de atendimento direto a população, através da oferta do Programa de Atenção Integral à Família e da Gestão da Proteção Básica no território, são completamente interdependentes, pois, a oferta do PAIF viabiliza e o encaminhamento dos usuários para a rede ou para o próprio CRAS. Neste sentido manter conexões e fazer articulações entre diferentes entidades a partir do entendimento dos seus funcionamentos e dinâmicas de atendimento, é de extrema importância. Estabelecer contatos, firmar alianças, manter o fluxo de informações atualizado é imprescindível para o sucesso dos encaminhamentos entre a rede de proteção básica do território.

O grande desafio imposto pela Política de Assistência Social, através da tipificação nacional dos serviços para atenção básica, esta no fato de que ela se torna responsável pela prevenção de situações que se relacionam a vida privada das famílias, que dependem de escolhas pré-determinadas por conjuntos de crenças e valores de cada núcleo familiar. Respeitar a autonomia das famílias, neste sentido, é primordial para o êxito e a sustentabilidade de qualquer trabalho a ser desenvolvido.

O trabalho através do PAIF deve ser de caráter continuado, com intuito de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e de fortalecer a função protetiva das famílias – assim, constitui-se como o carro chefe do trabalho no CRAS. A definição, a partir do PAIF de trabalho social com famílias está proposta no seguinte formato:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços

consangüíneos, afetivos e/ou de solidariedade que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência (BRASIL, 2012, v.2, p.11).

Na prática cotidiana das equipes que trabalham no PAIF, as ações apresentadas pela tipificação a serem desenvolvidas são: a acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; acompanhamento familiar; informação; promoção ao acesso à documentação pessoal; comunicação e defesa de direitos; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; fortalecimento das redes sociais de apoio; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; elaboração de relatórios e/ou prontuários, notificação da ocorrência de situações de risco social e de vulnerabilidades; cadastramento socioeconômico e busca ativa.

Além do PAIF já explicitado, o CRAS trabalha também sob a ótica do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, contando para isso, com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A seguir, o quadro mostra qual deve ser a composição básica das equipes de referência do CRAS, de acordo com o porte de cada município.

Quadro 02 – Equipes Técnicas de Referência do CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, MetrÓpole e Distrito Federal
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e o outro, obrigatoriamente, psicólogo;	3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e, obrigatoriamente 1 psicólogo;	4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS;
2 técnicos de nível médio.	3 técnicos de nível médio.	4 técnicos de nível médio.

Fonte: Site do MDS, 04/2018. <www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/protecao-socialbasica-1/cras-pai>.

Além desses profissionais, segundo a (NOB/RH e Resolução CNAS nº 17/2011), as equipes de referência do CRAS também devem contar com um coordenador, o qual

deve ser técnico de nível superior, concursado, com experiência em gestão de programas e trabalhos comunitários, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais.

Para cobrir as áreas de difícil acesso ou populações dispersas ou nas situações em que o CRAS abrange uma grande área, visto que muitos municípios de pequeno porte I têm apenas um CRAS, as equipes de referência podem contar ainda com as equipes volantes. Estas equipes devem estar vinculadas a um CRAS em funcionamento, ou seja, a uma base física e podem utilizar-se de trailers e/ou ônibus a fim de dar mais abrangência ao trabalho e melhor atender as famílias.

As equipes técnicas dos CRAS, em conformidade com o Caderno de Orientações Técnicas, além dos conhecimentos teóricos, devem ser aptas para:

(...) executar procedimentos profissionais para escuta qualificada individual ou em grupo, identificando as necessidades e ofertando orientações a indivíduos e famílias, fundamentados em pressupostos teórico- metodológicos, ético políticos e legais; articular serviços e recursos para atendimento, encaminhamento e acompanhamento das famílias e indivíduos; trabalhar em equipe; produzir relatórios e documentos necessários ao serviço e demais instrumentos técnico operativos; realizar monitoramento e avaliação do serviço; desenvolver atividades socioeducativas de apoio, acolhida, reflexão e participação que visem o fortalecimento familiar e a convivência comunitária (MDS, 2018)⁸.

Neste sentido, abordar a questão da atuação profissional dos trabalhadores sociais, em especial na Política de Assistência Social, se faz relevante neste trabalho. Visto que, estes profissionais dos CRAS, em especial os assistentes sociais, atuam no enfrentamento da pobreza vivenciada por mulheres que buscam na política de Assistência Social, um suporte para a manutenção da vida, mesmo em condições precarizadas.

2.3 A Precarização do Trabalho dos Assistentes Sociais

8

Compreendendo a história das lutas políticas é possível pensar que as perspectivas norteadoras da profissão também trilharam seus caminhos históricos paralelos à realidade vivida. Inicialmente no Brasil, a profissão caracterizou-se, como uma forma de:

Intervenção ideológica, que se baseia no assistencialismo como suporte de uma atuação, cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento das populações pobres e carentes, o que engloba o conjunto das classes exploradas. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2004, p.215).

Essa origem nas bases de intervenção da profissão era de certa forma, “imposta” pela burguesia da época, que se valia das ações do Serviço Social em relação à classe subalterna e o fazia com um propósito claramente definido - a manutenção da ordem social - necessária à expansão capitalista. A aparente função social escamoteava as funções econômicas e ideológicas das práticas assistenciais, de modo que a ação do Serviço Social se expressava, desde o começo, como mecanismo de reprodução das relações sociais capitalistas enquanto estratégia para garantir a expansão do capital.

A institucionalização do Serviço Social vem, pois, atender às demandas das classes sociais que são de certa forma antagônicas, dentro do processo produtivo capitalista, visto que:

A mesma lei geral que produz a acumulação capitalista, para o que, necessariamente, tem que produzir e manter uma classe da qual possa extrair um excedente econômico, cria os mecanismos de manutenção material e ideológica dessa classe, dentre eles o Serviço Social. (GUERRA, 2007, p.153).

Essa é apenas uma das contradições em que o Serviço Social está historicamente inserido, visto que até hoje, se caracteriza como uma profissão que não detém as bases materiais e organizacionais para a efetivação do seu trabalho, dependendo assim, dos meios e recursos da instituição que o contrata. Essa característica limita a atuação do profissional e condiciona sua intervenção junto à população mais necessitada. Sobre a contradição existente no seio da profissão, lamamoto (2008.a, p. 100) coloca:

O Serviço Social, [tomado] como profissão, situa-se no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe

dominante entre a classe trabalhadora. Isto é: na criação das bases políticas para o exercício do poder de classes. Intervém, ainda, através dos serviços sociais, na criação de condições favoráveis à reprodução da força de trabalho. Por um lado, se essas relações são antagônicas; se, apesar das iniciativas do Estado visando ao controle e à atenuação dos conflitos, esses se reproduzem, o Serviço Social contribui, ainda, para a reprodução dessas mesmas contradições que caracterizam a sociedade capitalista.

Porém, o serviço social na América Latina em 1968, dentro de um contexto histórico e político permeado por movimentos e protestos motivados pela luta contra a ditadura militar, começou a lutar por transformações internas da profissão. Expressou-se como um esforço coletivo na busca da construção de um serviço social latino-americano, para adequação dos procedimentos profissionais às realidades regionais e nacionais e para a funcionalidade da profissão na superação do desenvolvimento.

No Brasil, o Movimento de Reconceituação, entre as décadas de 60 e 70, foi o marco histórico da profissão, um divisor de águas. Sua importância estava na transformação, na renovação dos conceitos e do agir profissional que buscava uma formação qualificada com técnicas precisas, fundamentação teórica e científica, rompendo com o “conservadorismo” e partindo para o método crítico e investigativo que trabalha na perspectiva de conquista e efetivação dos direitos sociais. Isto tudo resulta na Reforma Curricular e na condução dos destinos das organizações profissionais, e intervenção profissional, expressas no Código de Ética Profissional, que faz uma opção clara pela defesa dos direitos da classe trabalhadora e seus interesses.

Uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes, etc. (ANTUNES, 2008), é quem compõe o cenário de intervenção da assistência social. Na divisão sociotécnica do trabalho, essas características se manifestam em vários segmentos, em especial, no Serviço Social.

Com o acirramento da competitividade na atualidade e com as profundas mudanças no mundo do trabalho, tende-se a produzir duas categorias de trabalhadores: os qualificados e os desqualificados profissionalmente. Os ditos como mais qualificados vivem uma intensa pressão por resultados, por manterem-se atualizados, principalmente os profissionais do mundo acadêmico, onde os assistentes sociais docentes estão também inseridos, e onde atualmente a cobrança por produção

científica remete aos tempos da Revolução Industrial, trabalhadores das fábricas, sem dia e sem horário para trabalhar, desde que produzam cada vez mais. Já os vistos como menos qualificados vivem num ciclo progressivo que os mantém longe de qualificações e conseqüentemente passam por dificuldades de permanência em seus locais de empregos, e quando permanecem sofrem com baixos salários.

No caso dos assistentes sociais, a profissão não dispõe de um piso regulamentado por Lei Federal, o que faz com que a faixa de remuneração varie de município para município. Apesar de não existir um piso salarial, a categoria dispõe de uma resolução do CFESS (nº 418/01), que institui a Tabela Referencial de Honorários do Serviço Social, no Brasil, que fixou a hora técnica vigente, a partir de setembro de 2019 para: Graduados/as: R\$ 138,02; Especialistas: R\$ 155,01; Mestres: R\$ 193,35; Doutores/as: R\$ 220,84 (válida até setembro de 2020). No entanto, identifica-se que esta tabela de honorários é pouco utilizada em sua atividade profissional, isto porque a maioria dos profissionais não se encontra na condição autônomo, ficando sujeito aos níveis de assalariamento de acordo com cada município.

Em relação à terceirização dos serviços prestados pela profissão, por enquanto, esta permanece em níveis mais baixos, se comparados a outros tipos de trabalhadores. Os assistentes sociais atuam em vários campos, seja nas políticas sociais de saúde, educação, habitação, como também na previdência social, na assistência social, na ecologia, no trabalho e renda, na infância, entre outros.

A qualificação dos profissionais de serviço social, neste sentido precisa ser bem abrangente. De acordo com os dados do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS), o mercado de trabalho para Assistentes Sociais está sendo gradativamente ampliado nos últimos anos no Brasil como reflexo direto da evolução das políticas públicas, como, por exemplo, a instalação, a partir de 2005, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS), municipaliza as ações na área. O impacto do SUAS no mercado de trabalho ocorre com a criação de postos de atendimentos municipais (CFESS, 2005).

Além disso, em relação à carga horária, prefeituras de municípios de pequeno porte tem contratos de 20 horas, e em cidades maiores são de 40/44 horas para os

Assistentes Sociais. Esse fato está diretamente relacionado com a faixa salarial, as menores cargas horárias com os menores salários principalmente no interior do Estado, porém as atividades desenvolvidas e a demanda para o profissional, não são menores. Ainda de acordo com o CFESS, geralmente os salários pagos pelos municípios são baixos, principalmente para a carga horária de 20h, e isso faz com que muitos profissionais, trabalhem em dois locais, para aumentar seu rendimento, esse é outro aspecto que compõe a precarização das condições de trabalho dos mesmos. Em relação a essa problemática, foi sancionado em agosto de 2010 a Lei 12.317/2010 que fixa a carga horária máxima dos Assistentes Sociais em 30h semanais sem redução de salário. Por ser uma conquista recente ainda há muito que se avançar no que tange a implementação desta Lei. Nesse sentido, vem ocorrendo manifestações da classe junto às instituições representativas da categoria (CFESS/CRESS), reivindicando melhores condições de trabalho.

A estrutura física das prefeituras também implica muito na precarização do trabalho dos assistentes sociais. O sucateamento dos equipamentos públicos de assistência social, onde muitas vezes não há condições básicas para desenvolver o trabalho. CRAS e CREAS, Unidades Básicas, entre outros espaços públicos, que não possuem acesso a internet, ou tampouco computadores, sendo que, tudo é feito via sistemas dos quais dependem as verbas, profissionais que não tem como fazer uma visita domiciliar, pois não tem acesso a carros públicos. Prédios velhos que não oferecem o espaço necessário para atender os serviços, entre outras questões que fazem do trabalho do assistente social um grande desafio, realizado muitas vezes por amor a causa social e não pelo reconhecimento devido ao seu trabalho. De acordo com Rosaura Espírito Santo da Silva (2018), em pesquisa realizada no município de Pelotas, durante seu doutoramento, afirma que os CRASs

não têm um aporte tecnológico (computadores, impressoras, banda larga) que garanta minimamente as suas atividades, muitos têm computadores, mas a maioria não tem acesso à internet e quando ele existe é precário e instável (SILVA, 2018, p. 137).

Diante desta problemática se entende que há uma importante necessidade na área acadêmica do Serviço Social em conhecer, analisar e objetivar no que concerne

ao mundo do trabalho do Assistente Social, até mesmo para intervir na realidade dita como desafio para o mesmo, desenvolvendo sua capacidade de construir propostas de trabalho para a efetivação de direito, vinda até então de demandas do sistema vigente.

Nas palavras de lamamoto:

Pensar o trabalho do Assistente Social em tempo de capital fetiche requer também tratar o processo de formação dessa força de trabalho qualificada no âmbito do ensino universitário, sujeito às injunções econômicas, políticas e ideológicas da prevalência dos interesses do grande capital e de seus centros estratégicos mundiais (lamamoto 2011, p.432)

Pensando neste processo de formação em relação à realidade posta e vivida pelos profissionais do SUAS, é que a pesquisa trouxe como um dos questionamentos aos entrevistados: *considerando que cada realidade é única, que cada família tem sua dinâmica, mas que a pobreza é um ponto comum, da grande maioria dos usuários que são atendidos na política de assistência social, em seu processo de formação acadêmica, você aprendeu como trabalhar para a geração de renda dos usuários?*

Resiliente –“ Na verdade na formação a gente aprende muito sobre a sociedade de maneira...(gesto com as mãos indicando amplitude), né! Mas ali na prática acho que o que complementa seria vivências em estágios, relacionando com outros profissionais que estão na prática, mas é muito mais na prática e daqui a pouco naquela política que tu vai trabalhar, não que na assistência a gente não trabalhe com diversas políticas, quando chega uma família, tu vai ali e...mas esse foco vai muito mais do conhecimento em si da política e da prática do que na formação, na formação é de maneira mais... é tu não foca na política de assistência, tem que fazer assim e assim.(...) No sentido de práticas, para trabalhar com a pobreza, não na formação não vejo, posso ter esquecido, mas não lembro. Claro a gente tem acesso aos instrumentos de entrevista e tal, mas não te diz como, como fazer, não, até porque a sociedade está sempre em movimento, né, então a gente tem que estar sempre atento né, aos ciclos tanto da questão da pobreza, a programas que hoje a gente tem acesso a alguns, amanhã não tem, então acaba que o nosso trabalho vai muito dentro da realidade que a gente tem né, e o que que a gente pode acessar para poder trabalhar com as famílias, do conhecimento da comunidade que a gente tá trabalhando, até porque cada uma tem sua cultura, formas de viver, então também isso é importante, então primeiro conheça a comunidade que tá trabalhando para poder pensar no como né...até porque acaba que a assistência parece aquela política pobre para pobre, por mais que a gente tente romper ainda os governos deixam em segundo plano, terceiro né, primeiro focam em saúde e educação, não que não tenha que ser, mas no sentido que a política de assistência também é uma política tão importante quanto as demais, e que muitas vezes a gente trabalha é... na assistência com todas as outras políticas, a gente trabalha com a família, então lá na hora da licitação vamos focar na saúde, educação...e assistência a gente acaba sempre ficando com as sobras.”

Amiga – “Eu acho que o serviço social ainda consegue ter uma visibilidade maior na questão da política de assistência, acho que porque a gente tem uma cadeira da política da assistência específica, então acho que sim, mas eu acho que ainda falta mais, assim, depois quando tu vai para a prática eu acho que ainda fica muito....tu vai comparar assim tu vai ver que tu é muito, né... e a prefeitura ainda ...a questão de capacitação continuada também né, é um déficit bem grande assim a gente tem mas é pouquíssimo, a colega até já conseguiu fazer algumas, onde ela veio assim com outra visão e consegue...a gente fica quebrando a cabeça até em função dos programas que a política oferece, o programa que é o carro chefe que” é o PAIF, a gente vive se digladiando, e a gente não consegue entender”

“É que te chamam e te colocam pra trabalhar e tu aprende a trabalhar com a colega que já está, aí aquela colega sai tu vai ensinar a próxima que vai entrar, então a forma que se aprende a trabalhar é a forma que a antiga está trabalhando, segue fazendo igual, não se é capacitado.”

Persistente – “Quando eu saí, não estava preparado, eu olhava assim para aquele diploma o que eu vou fazer? Cara eu não estou preparado para ir atender ninguém, eu acho que faculdade falou muito filosofia, sociologia, não sei o quê, não sei o que mais, e fundamentos históricos, e isso...cara e o tete a tete lá? E o dia a dia? Cara eu não sei nem o que fazer, a hora que eu chegar lá no Cras lá, e começar a chegar gente, eu faço o que meu Deus do céu, com esse povo, eu digo o quê para essas pessoas? Eu vou chegar numa casa vou fazer uma visita domiciliar, o quê, que eu vou dizer, o que, que eu vou fazer, o quê, que eu vou me portar, o quê, que eu tenho que observar? O quê, que eu tenho que relevar, não tenho ideia, eu digo cara a faculdade não me preparou para trabalhar, me preparou para mim ser um pensador, me preparou para mim ser um estudioso, me preparou para mim ser sei lá o quê, mas não me preparou para trabalhar, é minha opinião.

Responsável - “Na questão acadêmica a gente passa ali o quê, que é vigente o que já aconteceu também que são as políticas, os programas, ela não te ensina a planejar, eu não tive uma cadeira de programas e projetos, eu fui aprender projetos dentro do meu trabalho, com o que seria projetar então, um programa né, o quê, que seria implementar alguma coisa.”

As falas dos colegas demonstram um déficit na formação acadêmica em relação à realidade vivenciada no cotidiano do trabalho com famílias pobres. Este distanciamento entre a sociedade que se quer, e sociedade que temos, deixa uma lacuna na preparação do(a) acadêmico(a) para inserção no mercado de trabalho. Ao entrar no jogo da vida, nas histórias caóticas dos usuários, o profissional precisa estar preparado para encontrar e apontar saídas e na maioria das vezes trabalhando com o mínimo dos mínimos, de estrutura em todos os sentidos.

Durante as entrevistas, os profissionais foram unânimes em dizer que ao se depararem com as situações urgentes geradas pela pobreza, não sabiam o que fazer e não contavam com nenhum “manual” ou “protocolo de atendimento” para apontar uma

solução para os usuários. Mesmo sabendo que é possível a inserção em programas sociais, isto não ocorre na mesma proporção e tempo do que a necessidade vivida, ou que pode-se alcançar através de atitudes voluntárias, fato que não deveria ser, mas em muitos casos é a única solução imediata, conseguir uma “ajuda”. Nada disso resolve a questão da pobreza de renda, apenas atenua uma situação de urgência que logo retornará, pois não houve nenhuma resolutividade em sua demanda – o que ocorreu foi um atendimento pontual.

São necessários mais estudos sobre as condições de trabalho do assistente social e das equipes de atenção básica, no exercício profissional, especialmente num momento em que as mudanças no mundo do trabalho requerem mais do que competência técnica para lidar com a questão social: requerem o amparo numa teoria social crítica que subsidie o arcabouço teórico-metodológico da profissão e numa opção ético-política capaz de enfrentar os desafios postos à profissão na atualidade. De acordo com Glória Maria Gomes Dravanz:

A prática profissional cotidiana vivenciada está situada entre uma intencionalidade transformadora e uma atuação pontual e reducionista, onde a prerrogativa de execução terminal da PAS supera a potencialidade do CRAS, como espaço de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (DRAVANZ, 2018,129)

Este contexto, de desafios no mundo do trabalho, também se apresentam como demanda dos usuários atendidos pelos profissionais de serviço social. No caso deste estudo, se buscou justamente conhecer estratégias que impulsionam e potencializam mulheres empobrecidas, as quais geralmente tem pouca qualificação profissional a entrarem no mundo do trabalho, seja como empregadas ou como empreendedoras capazes de gerir seus próprios negócios. Novamente se mostra uma contradição do fazer profissional, pois os técnicos dependem, na maioria das vezes do poder público para a efetivação do seu trabalho, precisam pensar estratégias de emancipação para driblar a pobreza.

Após fazer uma caracterização dos serviços ofertados nos CRAS, equipamentos públicos escolhidos para desenvolver a pesquisa que deu origem a esta tese, irá se contextualizar os municípios pesquisados, em relação à política de assistência social, pois os dados são do Ministério de Desenvolvimento Social.

2.4 Sobre os municípios pesquisados

Como dito anteriormente, os municípios pesquisados foram Santa Vitória do Palmar, Chuí, Rio Grande, Pelotas, Capão do Leão, Morro Redondo, São Lourenço do Sul, Turuçu, Cerrito e Canguçu. A seguir, uma breve análise da situação de cada um.

Santa Vitória do Palmar

Santa Vitória do Palmar tem uma população de 30.990 habitantes (CENSO 2010). Conta com uma área de 5.244 Km² e é considerado um município de Pequeno Porte II. Tem 3.620 famílias inseridas no Cadastro Único, das quais 1.262 são beneficiárias do Programa Bolsa Família, ou seja, 10,78% da população aproximadamente são beneficiadas pelo programa. O valor médio do benefício pago por família é de R\$ 137,04. A cobertura do programa é de 50,85% em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Existem em Santa Vitória do Palmar 2.611 famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo; e 1.906 famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo com o cadastro atualizado, ou seja, aptas a receber algum benefício e/ou participar de programas sociais do governo federal. O município tem um Centro de Referência de Assistência Social, localizado na popularmente chamada “vila Jacinto”, da qual se originou o nome CRAS Jacinto, para atender as demandas sociais da atenção básica da assistência social.

O perfil da educação mostra que o total de crianças e jovens de 6 a 17 anos inseridas no PBF é de 1.527 os quais tem uma Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (TAFE) de 91,36%. Na saúde municipal 1.071 famílias deveriam estar sendo acompanhadas dentro das condicionalidades do PBF, mas destas, 851 são acompanhadas, somando a Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (TAAS) de 79,46%.

Chuí

Este município se caracteriza por ser uma região de fronteira entre Brasil e Uruguai, tem uma população de 5.917 habitantes (CENSO 2010). Com uma área de 203 Km², encontra-se na classificação de município de Pequeno Porte I. O número de famílias inseridas no Cadastro Único é de 617 famílias das quais 248 são beneficiárias do PBF, somando 9,95% da população beneficiada aproximadamente. O valor médio recebido por família beneficiária é de R\$ 160,23. O município tem um Centro de Referência de Assistência Social, localizado na Rua Chile, para atender as demandas do lado brasileiro, porém acaba atendendo também, uruguaios que vivem entre os dois lados da fronteira.

Em relação à gestão das condicionalidades na área da educação, o município tem um total de crianças e jovens de 6 a 17 anos do PBF de 249 beneficiários, dos quais 212 estão sendo acompanhados, somando uma Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (TAFE) de 85,14%. Na área da saúde o Chuí apresenta um total de 172 famílias com perfil para acompanhamento, sendo que destas, apenas 69 famílias acompanhadas somando uma Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (TAAS) de 40,12%. As famílias com renda até ½ salário mínimo no município são 403, das quais 293 estão com o cadastro atualizado apontando uma Taxa de Atualização Cadastral (TAC) de 72,70%.

Rio Grande

Com uma área de 2.814 Km², e uma população de 197.228 habitantes (CENSO 2010), Rio Grande é considerado um município de grande porte. No Cadastro Único o número é de 20.164 famílias sendo destas 5.314 beneficiárias do Programa Bolsa Família. Estes números mostram que 6,92% da população aproximadamente são beneficiárias do programa, recebendo em média R\$ 131,65 por família. O município tem quatro Centros de Referência de Assistência Social, localizados nos bairros Cidade de Águeda, Hidráulica, Getúlio Vargas e Carlos Santos, atendendo na rede de atenção básica do município.

A gestão das condicionalidades mostra que na área da educação o total de crianças e jovens de 6 a 17 anos do PBF no município é de 6.563 e destes 6.536 estão sendo acompanhados. A Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (TAFE) é de 99,59%. Na área da saúde o total de famílias com perfil para acompanhamento no município é 4.069, sendo acompanhadas através da condicionalidade do PBF 2.949 famílias. A Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (TAAS) é de 72,47%.

As famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo no município somam 13.611 famílias, porém com o cadastro atualizado são 10.022 famílias, sendo a Taxa de Atualização Cadastral (TAC) de 73,63%.

Pelotas

A população de Pelotas é de 328.275 habitantes (CENSO 2010) ocupando uma área de 1.609 Km² tornando Pelotas, um município de grande porte. As famílias inseridas no Cadastro Único são de número de 22.625 das quais 7.177 são beneficiárias do PBF, somando 5,30% da população aproximadamente. O valor médio do benefício é de R\$ 138,38 por família. O município tem cinco Centros de Referência de Assistência Social, localizados nos bairros Areal, Centro, Fragata, Navegantes II e Três Vendas, compondo a rede de atenção básica de assistência social do município.

O perfil na área da educação mostra que o total de crianças e jovens de 6 a 17 anos inseridas no PBF no município é de 8.588, destes 8.315 crianças/jovens estão sendo acompanhados apontando uma Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (TAFE) de 96,82%. Já na área da saúde o município conta com 5.349 com perfil para acompanhamento, porém apenas 3.373 famílias estão de fato sendo acompanhadas, por sua vez a Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (TAAS) soma 63,06%.

Os dados do Cadastro Único mostram que o número das famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo no município é de 16.861, das quais 11.485 estão com seus dados atualizados. A Taxa de Atualização Cadastral (TAC) é de 68,12% em Pelotas.

Capão do Leão

Com uma população (CENSO 2010) de 24.298 habitantes e uma área de 785 Km² o município do Capão do Leão se caracteriza de Pequeno Porte II. As Famílias inseridas no Cadastro Único são do número de 3.709 e as beneficiárias do PBF são 1.832 famílias, somando 18,19% aproximadamente da população. O Valor médio do benefício é de R\$ 159,23 por família. O município tem um Centro de Referência de Assistência Social, localizado no bairro Jardim América, de onde se dá o nome CRAS Jardim América, para atender as demandas da população na área da assistência social.

O perfil da educação mostra que o total de crianças e jovens de 6 a 17 anos do PBF no município: 1.677 e destes 1.629 são acompanhados, sendo a Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (TAFE): 97,14%. Já na área da saúde há 1.459 famílias com perfil para acompanhamento, mas, acompanhadas há 1.199 famílias. A Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (TAAS) é de 82,18%.

As famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo no município são 3.020, mas, com o cadastro atualizado são 2.396 famílias. A Taxa de Atualização Cadastral (TAC) no município é de 79,34%.

Morro Redondo

Morro Redondo é considerado um município de pequeno porte I, com uma população de 6.227 habitantes (CENSO 2010) e uma área de 245 Km² tem 1.133 famílias inseridas no Cadastro Único e 383 famílias beneficiárias do PBF que somam 12,75% da população aproximadamente. O valor médio do benefício é de R\$ 141,16 por família. O município tem um Centro de Referência de Assistência Social, localizado no bairro Eurico Fiss, de onde se dá o nome CRAS Eurico Fiss, para o atendimento na atenção básica da assistência social.

Na gestão das condicionalidades aparecem os seguintes dados: 273 o total de crianças e jovens de 6 a 17 anos do PBF no município, sendo 263 acompanhados, gerando uma Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (TAFE) de 96,34%. Na Saúde os números mostram que o total de famílias com perfil para serem

acompanhadas é de 297, mas 254 famílias são acompanhadas gerando uma Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (TAAS) de 85,52%.

Famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo no município: 760 famílias e, destas, com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo com o cadastro atualizado são 616 famílias; criando uma Taxa de Atualização Cadastral (TAC) de 81,05%.

São Lourenço do Sul

São Lourenço do Sul é um município que compreende uma área de 2.036 Km² e tem uma população de 43.111 habitantes (CENSO 2010). É por tanto considerado de pequeno porte II. As famílias inseridas no Cadastro Único são do número de 3.810, sendo 1.576 famílias beneficiárias do PBF, somando 8,55% da população beneficiada pelo PBF aproximadamente. O valor médio do benefício é de R\$ 137,58 por família. O município tem um Centro de Referência de Assistência Social, localizado no bairro Arthur Kraft e leva o nome de CRAS Esperança, atuante no atendimento das demandas sociais da atenção básica da assistência social.

Na gestão das condicionalidades do PBF, aparece na área da educação o total de crianças e jovens de 6 a 17 anos do PBF no município de 1.498, dos quais 1.451 estão sendo acompanhados. A Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (TAFE) é de 96,86% no município. Mostra também na área da saúde o total de famílias com perfil de acompanhamento em saúde de 1.228 famílias, mas, 746 são de fato, acompanhadas. Assim a Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (TAAS) fica em 60,75%.

As famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo no município são do número de 2.998 e destas com cadastro atualizado temos 2.248 famílias. A Taxa de Atualização Cadastral (TAC): 74,98% em São Lourenço do Sul.

Turuçu

Este pequeno município tem uma população de 3.522 habitantes (CENSO 2010) e conta com uma área de 255 Km² se caracterizando como município de Pequeno

Porte I. Estão inseridas no Cadastro Único, 462 famílias, das quais 185 são beneficiárias do PBF, totalizando 11,5% da população aproximadamente beneficiada pelo PBF. O valor médio do benefício repassado as famílias é de R\$ 165,83. O município tem um Centro de Referência de Assistência Social, localizado no centro, tem o nome do município CRAS Turuçu e atende as demandas da atenção básica da assistência social.

A gestão das condicionalidades do PBF demonstra que, na área da educação, o total de crianças e jovens de 6 a 17 anos do PBF no município é de 175, das quais 170 estão sendo acompanhados, totalizando uma Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (TAFE): 97,14%. Na área da saúde a gestão das condicionalidades demonstra que o total de famílias com perfil de acompanhamento em saúde no município é de 163, porém destas, 108 famílias são acompanhadas, totalizando uma Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (TAAS): 66,26%.

As famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo no município somam o número de 340 famílias e destas 295 estão aptas a receber benefícios e participar de programas federais, pois estão com seus cadastros atualizados, totalizando uma Taxa de Atualização Cadastral (TAC): 86,76% em Turuçu.

Cerrito

O município de Cerrito soma uma população de 6.402 habitantes (CENSO 2010) distribuídos em uma área de 452 Km², sendo assim considerado município de Pequeno Porte I. As famílias inseridas no Cadastro Único somam 961, das quais 340 famílias são beneficiárias do PBF, totalizando 11,53 da população beneficiada pelo PBF aproximadamente. O Valor médio do benefício pago às famílias R\$ 125,79 por família. O município tem um Centro de Referência de Assistência Social, no atendimento a atenção básica da assistência social, está localizado no centro e leva o nome de CRAS Casa das Famílias.

O perfil da educação no município demonstra que o total de crianças e jovens de 6 a 17 anos do PBF é de 323 dos quais 321 crianças/jovens estão sendo

acompanhados pela gestão do PBF, gerando uma Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (TAFE) de 99,38%. Na área da saúde o total de famílias com perfil de acompanhamento em saúde no município é de 280 famílias, das quais 214 estão sendo acompanhadas. A Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (TAAS) é de 76,43%.

Famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo no município somam um total de 783, das quais 516 famílias estão com seus cadastros atualizados, estando aptas a receber seus benefícios e participarem dos programas sociais do governo, totalizando uma Taxa de Atualização Cadastral (TAC): 65,90%.

Canguçu

Canguçu tem uma área de 3.525 km², e uma população de 53.259 habitantes (CENSO 2010), sendo caracterizado como município de médio Porte. As famílias inseridas no Cadastro Único somam 6.489, das quais, 2.925 famílias são beneficiadas pelo PBF, aproximadamente 11,71% são alcançadas pelo PBF. O valor médio do benefício é de R\$ 121,11 por família. O município tem um Centro de Referência de Assistência Social, localizado na Vila Nova, para o atendimento da população na atenção básica da assistência social.

A educação tem o total de 2.711 crianças e jovens de 6 a 17 anos no PBF, das quais, 2.686 estão em acompanhamento no município. A Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (TAFE) em Canguçu é de 99,08%. O total de famílias com perfil de acompanhamento em saúde no município é de 2.161, das quais 1.743 famílias estão em acompanhamento. A Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde (TAAS) é de 80,66%. Famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo no município somam 5.359, das quais, 3.927 famílias estão com o cadastro atualizado, gerando uma Taxa de Atualização Cadastral (TAC) de 73,28%.

Como vimos, há diferenças significativas entre os municípios pesquisados, o que vale dizer que o formato dos serviços vinculados á assistências social, embora

preconizados pela NOB/SUAS, acabam sendo impactados pela realidade de cada cidade.

3. POLÍTICAS PARA MULHERES E A QUESTÃO DO EMPREENDEDORISMO

3.1 Elementos introdutórios sobre a questão feminina

Partindo da percepção de que sexo é a diferença biológica entre os seres humanos machos e fêmeas e de que a partir da vivência em sociedade são constituídas ideias padronizadas de masculinidade e feminilidade, nas quais os modelos ideais são homem como sexo forte, e a mulher como sexo frágil, se entende igualmente, que tais concepções constituídas socialmente e culturalmente como modelo que orienta as relações sociais, evidencia a necessidade de uma leitura de sociedade que possibilite uma reflexão acerca desses modelos que tem gerado desigualdades entre os sexos a partir das diferenças. Tal leitura elucida duas constatações fundamentais para a desconstrução do modelo relacional culturalmente constituído: que as diferenças são naturais e as desigualdades são criadas culturalmente. Portanto, ser homem ou ser mulher é uma construção cultural e social.

Do feminismo derivou a categoria de análise social conhecida como gênero, de caráter relacional, que denuncia o modelo de poder masculino que se impõe como paradigma das relações humanas estabelecidas na sociedade. O denominado patriarcado, que tem no machismo sua maior expressão tem ignorado o respeito às diferenças, que se corporifica no que denominamos de equidade, a qual deve reconhecer a diversidade de classe social, de raça e etnia, de geração, orientação sexual, deficiência, religiosidades, enfim que reconhece que cada ser humano tem sua especificidade.

Ao analisarmos o trabalho remunerado e não remunerado sob uma perspectiva de gênero, se faz necessário enfatizar o caráter estratificado da inserção das mulheres no mercado de trabalho, a sobrecarga de demandas que enfrentam como responsáveis quase exclusivas pelo cuidado e trabalho nos lares, além da baixa participação dos homens no âmbito doméstico.

Isto é acompanhado pela ausência de políticas e quadros reguladores que resultam numa escassa oferta de serviços de cuidado, sejam estatais ou de mercado, gerando um círculo vicioso que mantém a mulher refém da família e do cuidado com outrem. As mais prejudicadas são as mulheres pobres, seja porque carregam com maior peso a dupla jornada de trabalho, seja porque têm mais limitações, por falta de apoio em tarefas de cuidado, para gerar renda que mantenha o sustento da família. Isto constitui um elo central da reprodução da pobreza e da desigualdade. Neste contexto, enfatiza-se a importância de que os sistemas de proteção social promovam serviços de cuidado coletivos e universais, assim como regulamentações e incentivos estatais que defendam uma distribuição mais justa na articulação do trabalho remunerado e não remunerado entre homens e mulheres, nos âmbitos público e privado (OIT, 2009).

De tudo isso, se entende que a pobreza feminina é uma das questões sociais mais pertinentes do século XXI, pois é claro a posição desvantajosa das mulheres no que diz respeito à natureza do trabalho que intervém nos cuidados a outras pessoas. Destacam-se aqui as famílias monoparentais e as diferenças nos ganhos em relação aos homens, quanto ao trabalho remunerado. Ricardo Antunes (1999) destaca ao analisar o jogo de interesses que envolvem a perspectiva de gênero e o papel da mulher socialmente construído, acarretando uma dupla exploração sobre as mulheres. Neste sentido o autor destaca que:

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas (ANTUNES, 1999, p. 108-109).

Estas diferenças socialmente produzidas embasam este estudo que pretende trabalhar a partir de uma perspectiva de gênero. Como já pontuado, anteriormente, a política social brasileira, centraliza a mulher como o elo entre o Estado e a família, responsabilizando-a pela eficácia da política.

O ano de 2005 marcou o décimo aniversário da Conferência Mundial de Pequim sobre as mulheres e traz foco e energia renovados aos esforços para o empoderamento das mulheres. Entre os “Objetivos do Milênio da ONU” (UNESCO – Brasil, 2005), consta o objetivo de número 3 (três) que é: “promover a igualdade entre os gêneros e dar mais poder às mulheres”.

Da mesma forma, o Fórum Econômico Mundial, comprometido com a melhoria das condições do mundo, elaborou o documento “Empoderamento das Mulheres - Avaliação das Disparidades Globais de Gênero” (FEM, 2005), definindo cinco dimensões importantes para o empoderamento e oportunidade das mulheres: participação econômica; oportunidade econômica; empoderamento político; conquistas educacionais; saúde e bem-estar.

1 – *Participação econômica das mulheres*: diz respeito à presença das mulheres no mercado de trabalho em termos quantitativos; é importante aumentar a renda familiar e estimular o desenvolvimento econômico nos países como um todo. As sociedades precisam ver as mulheres menos como receptoras passivas de ajuda e mais como promotoras de dinâmicas de transformação;

2 – *Oportunidade Econômica*: diz respeito à qualidade do envolvimento econômico das mulheres; internacionalmente, as mulheres estão concentradas, na maioria dos casos em profissões consideradas “femininas” como enfermagem, serviço social, magistério, cuidado de idosos e enfermos - e tendem a permanecer nas categorias trabalhistas inferiores às dos homens: faxineiras, domésticas, serviços de limpeza e outras trabalhadoras profissionais e técnicas (em relação ao percentual total);

3 – *Empoderamento Político*: diz respeito à representação equitativa de mulheres em estruturas de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, e também ao seu direito à voz na formulação de políticas que afetam a sociedade na qual estão inseridas. A ausência de mulheres nas estruturas de governo significa inevitavelmente que prioridades nacionais, regionais e locais – isto é, como os recursos são alocados – são definidas sem participação significativa de mulheres, cuja experiência de vida em relação aos homens proporciona a elas uma compreensão diferenciada das necessidades, preocupações e interesses;

4 – *Conquistas Educacionais*: é o requisito fundamental para o empoderamento das mulheres em todas as esferas da sociedade. Sem educação de qualidade as mulheres não conseguem acesso a empregos bem remunerados no setor formal, nem avanços na carreira, participação e representação no governo e influência política. Educação e alfabetização reduzem índices de mortalidade infantil e ajudam a diminuir as taxas de fertilidade.

5 – Saúde e bem-estar: de acordo com a Organização Mundial da Saúde, 585 mil mulheres morrem a cada ano, mais de 1.600 por dia, de causas relacionadas à gravidez e ao parto; dos 46 milhões de abortos anuais em todo o mundo, cerca de 20 milhões são realizados de forma insegura e resultam na morte de 80 mil mulheres por complicações; As taxas de fertilidade de adolescentes e o elevado número de gravidez na adolescência também são incluídos como indicadores de riscos à saúde entre mulheres de 15 a 19 anos.

Portanto, o empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição da mulher como submissa. No campo das discussões sobre desenvolvimento, o empoderamento é visto por algumas ONGs como principal estratégia de combate à pobreza e de mudanças nas relações de poder.

Dentre as condições prévias para o empoderamento da mulher, estão os espaços democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres. O movimento de mulheres tem situado o empoderamento no campo das relações de gênero e na luta contra a posição socialmente subordinada das mulheres em contextos específicos. Esse termo chama a atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder enquanto relação social. O poder (na ciência política geralmente vinculado ao Estado) pode ser fonte de opressão, autoritarismo, abuso e dominação. Na proposta do feminismo, porém, pode ser uma fonte de emancipação, uma forma de resistência.

O empoderamento na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres, sendo uma precondição para obter a igualdade entre homens e mulheres representando um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição

subalterna da mulher como gênero, significando uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e as violações.

Friedmann (1996) afirma que empoderamento “é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania”. Ele aponta três tipos de empoderamento, importantes para as unidades domésticas: o social, o político e o psicológico.

A Política Nacional para Mulheres orienta-se pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, princípio da equidade, da autonomia das mulheres, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social, da transparência dos atos públicos e da participação e controle social.

Em agosto de 2007, o II Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres foi aprovado pela II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, e está desde então estruturado em torno de 5 estratégias de atuação: autonomia; igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e , enfrentamento à violência contra as mulheres.

Nos municípios, a Política Municipal para Mulheres deve ser desenvolvida através de programas e projetos, com a participação da comunidade através do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, diretamente, por ações governamentais e, indiretamente, por meio de organizações não governamentais, mediante a transferência de recursos, subvenções e auxílios, através de termos de cooperação ou convênios (DPM, 2015).

Através da execução de políticas ligadas ao mundo do trabalho, pois é fundamental que a mulher tenha autonomia econômica e financeira pra que ela fique menos vulnerável a violência, para que ela tenha mais empoderamento para as disputas políticas, para que ela se apresente com mais condições de disputar mercado de trabalho, e, além disso, lute pela igualdade de condições no trabalho. Portanto, torna-se necessário o aperfeiçoamento e a evolução contínua de políticas quanto à equidade de gênero. Tais políticas precisam se desenvolver, tanto no campo quanto

nas cidades, pois tanto as mulheres urbanas, quanto as mulheres rurais, apresentam suas demandas em relação à desigualdade. Neste sentido, torna-se necessário a ampliação dos equipamentos públicos de assistência social de atendimento às mulheres, que tenham como foco a Política Nacional para Mulheres.

A pobreza no Brasil carrega consigo características femininas, ou seja, existe um crescente predomínio de mulheres entre a população mais pobre. Não causa estranhamento para as ciências sociais o termo “feminização da pobreza”, que para Aguilar (2011) é utilizado em seu significado específico, para referir-se a pobreza feminina. Termos mais comumente utilizados, neste sentido da pobreza feminina, foram resumidos em um trabalho desenvolvido pelo PNUD:

a) un predomínio de mujeres entre los pobres; b) el impacto no fortuito, con sesgo de género, de las causas de la pobreza; c) el reconocimiento de una tendencia direccional en la cual a representación desproporcionada de las mujeres entre los pobres está aumentando progresivamente (en este sentido, la feminización de la pobreza es un proceso, no simplemente un estado de cosas en una coyuntura particular); d) el grado de visibilidad de la pobreza femenina. En la medida que la unidad de análisis de los estudios e investigaciones son los hogares, no consideran las reglas que rigen la distribución interna en una unidad doméstica y que varían ampliamente según sociedades y culturas (PNUD, 1997).

A pobreza tem se tornado cada vez mais feminina. Os dados mostram que o número de domicílios chefiados por mulheres deu um salto do ano de 1995, de 23% para 31% segundo o censo Demográfico de 2010⁹. No Brasil esse número continuou a crescer, dados da PNAD, de 2011 já revelaram um significativo aumento em tão pouco tempo, o percentual apresentado de lares chefiados por mulheres foi de 37,4%. Já em 2015, segundo informações da pesquisa “Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça, feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base nos números também da PNAD, o número saltou para 40% de lares chefiados por mulheres¹⁰.

9

Relatório de monitoramento das condições de vida no Brasil, produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://educacaoecia.blogspot.com.br/2005/06/pesquisa-nacional-radar-social.html>>. Acesso em 15/04/2018.

10

Ainda é importante salientar que, segundo o estudo, em 34% das famílias chefiadas por mulheres, existe a presença do cônjuge em casa. Mesmo assim, em nota a equipe do IPEA afirma que “é elevado o patamar de famílias em que as mulheres não têm cônjuges”, o que colabora para o aumento do “risco de vulnerabilidade social, já que a renda média das mulheres, especialmente a das mulheres negras, continua bastante inferior não só dos homens, como das mulheres brancas”. Aqui se mostra outro fenômeno social latente, que a pobreza não só tem gênero, mas também raça.

O IPEA também aponta para o fato de que, os lares chefiados por mulheres são majoritariamente urbanos. Nas cidades, em 2015, 43% da referência era feminina. No campo essa referência era de 25% no mesmo período. Duas razões explicam o crescimento de mulheres que comandam os lares: por um lado, o aumento “parece indicar mudanças no padrão de comportamento social, demonstrando maior aceitação de modelos menos tradicionalistas”, diz o IPEA. Além disso, os dados podem estar apontando também para “uma mudança de auto percepção das mulheres em relação à sua posição dentro da família”.

Os arranjos familiares também passaram por um movimento de transformação no decorrer destes anos. Entre 1995 e 2015, o número de casal com filhos caiu de 58% para 42%, enquanto a proporção de domicílios com somente uma pessoa ou com um casal sem filhos fez o caminho inverso, saltando de 42% para 58%.

Em relação à participação das mulheres no mercado de trabalho, os números mostram que entre 1995 e 2015, essa participação oscilou em torno de 55%, nunca tendo chegado a 60%, relacionada a pessoas entre 16 e 59 anos que não estavam trabalhando ou à procura de trabalho, ainda segundo IPEA.

Em contraponto, a participação dos homens no mercado de trabalho, apesar de vir caindo, ainda é a grande maioria dos postos ocupados, e segue bem acima das mulheres. Passou de 86% em 1995, para 78% em 2015. Em 2015, a taxa de desocupação masculina estava em 7,8% enquanto que a feminina era de 11,6%.

Somando a esses dados, as mulheres negras formavam o grupo mais vulnerável e prejudicado, tendo uma taxa de desocupação de 13,3%, comparando com os homens brancos, esse número era de 6,8%. Esse quadro geral diz o IPEA “mostra uma hierarquia (do mercado de trabalho) estanque, na qual o topo é ocupado pelos homens brancos e a base pelas mulheres negras” – dados que reforçam a teoria de que a pobreza é feminina e negra!

Diante dos fatos, torna-se fundamental para a ascensão das mulheres no mundo do trabalho, garantir qualificação profissional, estimular as mulheres a serem empreendedoras, e para isso constituir linhas de financiamento com juros diferenciados. Preparar as mulheres não só para a produção do seu produto, mas para a comercialização, ensinar sobre as regras de comercialização, o funcionamento de estoques e compras, tudo isso que agrega valor no produto final e que torna competitivo o negócio, ampliar postos de trabalho dando formalidade ao trabalho, tendo todos os direitos legais observados e cumpridos, como registro em carteira de trabalho, direito a férias, licença maternidade, décimo terceiro, ou seja, tudo o que está no arcabouço legal trabalhista brasileiro. O governo neste sentido, precisa garantir a fiscalização desta formalidade, pois, para as mulheres não é apenas difícil o acesso ao mercado de trabalho, mas conquistar a igualdade de condições salariais e acesso aos postos de chefia e a concretização da sua cidadania de forma ampliada, ainda são grandes desafios. Diante desta dificuldade, torna-se difícil a inclusão das mulheres na concepção de cidadania social. Sobre esta questão, Soares (2003) descreve:

A cidadania fragilizada e as tensões da cidadania social das mulheres são de difícil resolução, porque as separações entre o público e o privado, a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero têm forjado uma divisão de papéis e uma simbologia cultural que restringem a atuação das mulheres à unidade familiar, naturalizando aí sua atuação. Com essa manutenção oferece-se ainda a elas, e só a elas, um modelo de cidadania social, de cidadania no mundo do trabalho e no mundo da política cujas referências não lhes permitem ainda uma relativa autonomia em relação à família (SOARES, 2003, p.91).

A busca pela autonomia das mulheres está intimamente ligada à conquista da cidadania, que abrange não só a âmbito privado do lar, mas também, que atinge a âmbito público de tomada das decisões.

Para todas as cidadanias fragilizadas ou parciais, como é o caso das femininas, os processos de construção da cidadania têm andado de mãos dadas com os

de conquista da autonomia. Porque a falta de autonomia das mulheres na época moderna tem andado de mãos dadas com a limitação de seus direitos cidadãos. A luta para alcançar a cidadania é uma luta pela autonomia, diante das restrições e barreiras impostas ou assumidas (SOARES, 2003, p.95).

Ainda hoje no Brasil, de todos os trabalhadores no mercado de trabalho, a maioria na informalidade são mulheres. Na base da pirâmide do mundo do trabalho no Brasil e em muitos outros países, estão em sua maioria mulheres, enquanto que no pico, onde ficam as posições mais hierarquicamente altas, estão os homens.

As políticas para mulheres enfatizam a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos pelas demandas por creches, por saúde, e outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família, mas elas não são necessariamente, políticas de empoderamento e autonomia. Houve avanços nas conquistas de direitos femininos nos últimos anos, porém, ainda falta a efetivação destes direitos na prática cotidiana das mulheres.

Existe ainda, o desafio de vencer os efeitos do entendimento cultural que separa homens e mulheres em grau de importância e de relevância de uma forma extremamente injusta. Diante destes desafios para o empoderamento das mulheres, em especial das mulheres pobres, a atenção básica da assistência social nos equipamentos públicos dos CRAS, pode ter um grande papel potencializar das capacidades através de estratégias empreendedoras, sendo o início da conquista da autonomia feminina.

Sobre este empoderamento feminino através da política social, as entrevistadas colocaram suas visões a respeito do tema: *qual sua percepção em relação ao empoderamento feminino, através das políticas sociais?*

Responsável – “Existe toda uma questão sociocultural também né, fora a questão, é tudo né, um conjunto é econômico é intelectual acho que é tudo um conjunto né, isso tu vai encontrar mulheres que estão dispostas e que realmente de repente com oportunidade e com uma força maior, com ofertas maiores né, que ela possa sentir encorajada para o empoderamento, a sim tem essa possibilidade, mas tu vai encontrar o oposto também, tu vai encontrar aquelas que não querem, assim como a colega falou, porque elas não vão querer sair da zona de conforto, ou porque elas estão dentro de um meio ilícito, que não é legal que se desvende isso, né, então fica naquela questão velada, ela também não quer se expor, não vai se expor né, e a gente encontra muito isso né, eu acho que a política em si ela é falha também, né, tem essa questão de que ela é muito mais bonita no papel do que sendo feita né, e aí começa sendo feita de uma maneira totalmente torta né.”

Lutadora – “Eu acho assim olha, o que, que acontece, tudo o que há para tirar essas pessoas da vulnerabilidade é muito interessante, mas acho que depende na mão a onde cai, porque o que acontece, livros tem um monte né, a gente tem os manuais, sabes bem né, do Ministério de Desenvolvimento Social, só que eu acho assim é uma coisa da nossa equipe aqui,(...) a ideia das políticas né, sociais tu pensando assim em Bolsa Família em Nutrindo, é interessante, mas soltas como vinha sendo trabalhado, como vitalícias isso aí, não contribui em nada, pelo contrário tu fomenta com que aquelas pessoas vivam dependentes, vivam a mercê de duas sacolas de alimento por mês. Vamos pensar em Bolsa Família então, sem trabalho as pessoas não vão (...) até não digo que vão largar o cartão tá, porque é um direito delas enfim, não impede elas de ter o cartão, mais eu te digo assim ó, pensando em esfera federal tá, eu acho assim, sem um trabalho por trás, sem uma vontade dos técnicos, porque assim elas podem vim porque a gente sabe que o público prioritário do Cras é BPC, é Bolsa Família é aqui como a gente tem no município o Nutrindo, são essas pessoas que são beneficiárias dos programas, tá, mas se elas vem aqui, tá e elas aprendem o artesanato, aprendem o corte costura, mas se a gente não trabalhar com elas a questão do empoderamento, até não digo só enquanto mulheres, mas de enquanto individuo, enquanto protagonismo, eu acho que sai vazio, a pessoa entra vazia e sai vazia, porque ela vai associar o Cras, vai associar o Bolsa Família me dá o dinheiro, o Cras me dá uma atividade, me dá um lazer, mas eu de nada penso, de nada me acrescenta, então eu acho que isso é uma coisa assim ó, é da secretaria o trabalho não é só da equipe do Cras, (...) agora teve essa palestra do dia das mulheres, e era isso, é empoderamento, era protagonismo, era tu ser capaz, tu não deixar alguém te limitar, te dizer até aonde tu vai, o que tu vai fazer, há porque tu tens a coxa grossa, tu não podes ser bailarina, porque tu tens idade tu não podes pular de paraquedas, então isso a gente trabalha com elas, isso é constante.

Cuidadosa –“Eu acho que não, faltaria muito ainda né, ela pode ter tipo um incentivo a questão de, sei lá do Bolsa algumas coisas assim, mas não que vá empoderar a partir de uma política social não, estímulo, autoestima orientação, tudo isso ajuda mas, dizer que uma mulher se empoderou a partir de da política social eu vejo que não”.

- “eu também não, desconheço qualquer caso que a gente tenha acompanhado”

- “Eu acho que depende da forma da execução sabe, a política pública existe né, mas como que ela vai ser colocada em prática né, depende do profissional que está atuando. Eu vejo que o nosso trabalho empodera sim as pessoas, assim ó, vou te citar um exemplo tá: nós temos uma família que a gente acompanha PAIF aqui, que a colega encaminhou para uma prótese dentária, ela viveu toda a vida dela sem os dentes aqui da frente tá, uma mulher jovem com seis, sete filhos tá, mas bonita, enfim ela teve um problema que ela não tinha os dentes aqui, os superiores, foi feito todo um trabalho ela primeiro teve que fazer algumas restaurações, umas extrações, mas enfim, a colega conseguiu encaminhar lá para a rede de atendimento e ela conseguiu colocar a prótese dentaria, eu pra mim isso é um empoderamento! Então eu acho que sim!

- “Mas na questão de empoderamento de renda, quase nada”.

Amiga – “Nossa! Eu acho que depende muito do profissional também, do profissional entender o que da política que leva a isso, né eu acho que depende muito do profissional, eu acho quando a gente vê um grupo de mulheres, que pela experiência que a gente tem aqui, bem acompanhado por um técnico que entende o objetivo que tem que chegar com aquela grupo, eu vejo mais isso, eu

acho que o técnico que tem que conhecer bem isso aí, qual é a sua função, qual é o seu papel pra conseguir fazer, quando a gente tem um técnico que entende bem, que domina bem isso, acredito que sim, que se alcance bons resultados, o que não é sempre que acontece. O empoderamento eu acho que seria a autonomia das próprias vidas delas”.

As colocações das entrevistadas demonstram alguns pontos pertinentes: primeiro aponta que a postura da própria usuária da política de assistência, em relação a querer ou não este empoderamento, é muito relevante para que este processo aconteça, tanto em termos subjetivos, como em relação a geração de renda, partindo do entendimento que, para que se chegue na geração de renda, esta mulher precisa romper com inúmeras questões internas, como medos, limitações, baixa autoestima, e para isso, se faz necessário o “querer romper” de cada uma. O segundo ponto é que, a maneira como os técnicos operam a política é o que de fato pode fazer toda a diferença no resultado final - o domínio das técnicas de acolhimento e acompanhamento, o trabalho interdisciplinar entre as equipes, a disponibilidade de fazer “além” do que está posto, a inconformidade com a situação de pobreza e miséria, tampouco o comodismo com as crises do sistema.

O terceiro é que a política, por si só, com seus programas, benefícios e projetos, não tem a capacidade de empoderar ou gerar autonomia, ela precisa de uma boa parcela de empenho e criatividade de seus operadores. Mas fica claro, durante toda a pesquisa, que a política de assistência social carece de estratégias que capacitem mais os técnicos e trabalhadores, a atuarem em meio a tantas demandas relacionadas à pobreza.

Situado no campo do trabalho, o termo empreendedorismo, remete a um processo baseado na persistência e numa visão de futuro, sendo capaz de identificar oportunidades e criar algo inovador sob condições de incerteza, assumindo os riscos aí envolvidos (Hisrich e Peters, 2002). Este processo tem como resultado a criação de um novo empreendimento ou de uma nova maneira de realizar um trabalho, ou um novo produto, serviço ou atividade capaz de agregar ganhos e benefícios materiais e sociais para quem realiza.

Além da Política Nacional para Mulheres, existe também o Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, criado pela Secretaria Especial de Políticas

para as Mulheres da Presidência da República, fruto das demandas também, da I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, inseridas no II Plano Nacional de Políticas para Mulheres – capítulo I (“Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho”), que visa proporcionar às mulheres instrumentos para a criação e gestão dos negócios para que se atinja a autonomia econômica e a igualdade no mundo do trabalho. Este Programa tem como objetivo promover mudanças nas condições de vida das mulheres incentivando a autonomia econômica e financeira, a ambiência produtiva e a posição ocupada no mercado do trabalho.

Neste sentido, para que o Programa se efetive é necessário o envolvimento dos gestores públicos, dos movimentos sociais de mulheres, dos organismos de políticas públicas para mulheres, e até mesmo, de empresas que atuam neste tema, para fomentar a geração de renda e desenvolver a capacidade empreendedora da mulher, entre outros. A coordenação do Programa está a cargo do Instituto Brasileiro de Administração Municipal- IBAM, em especial do Programa de Gênero e Políticas Públicas, abrigado na área de Desenvolvimento Econômico e Social e sua execução se dá em parceria com as unidades estaduais do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Business Professional Women (BPW). Para a execução do Programa é fundamental a parceria do Governo do Estado e para tanto a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) assina Acordo de Cooperação Técnica específico com a unidade da federação que tenha interesse em desenvolvê-lo. Também outras organizações locais que tenham interesse e possam atender ao perfil do Programa são chamadas para construir e/ou fortalecerem a rede de desenvolvimento social local.

As atividades do Programa estão voltadas para mulheres empreendedoras que possam tanto criar novos negócios como desenvolver os existentes; mulheres pobres, em situação de vulnerabilidade e risco social por renda, participantes ou não, de programas de inclusão social. Paralelamente, o Programa atende às gestoras e aos gestores públicos das Secretarias Distritais, Estaduais e Municipais participantes das redes locais de apoio.

As orientações demandadas da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e o capítulo 1 do II Plano Nacional de Política para Mulheres (PNPM) – Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com inclusão Social que objetivam:

- Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais, regionais e de deficiência;
- Promover a igualdade de gênero, considerando a dimensão étnico-racial nas relações de trabalho;
- Elaborar, com base na Agenda Nacional, o Plano Nacional, o Plano Nacional do Trabalho Decente, incorporado os aspectos de gênero considerando a dimensão étnica racial.
- Definição enquanto orientação estratégica de atuação da SPM a área Trabalho e Autonomia da Mulher (PTEM, 2008).

O principal objetivo deste Programa é alterar de modo significativo a interrelação presente nos processos de desenvolvimento local e os fatores de vulnerabilidade que incidem sobre as condições de vida das mulheres no que diz respeito à: ambiência produtiva; autonomia econômica e financeira; posição ocupada no mercado de trabalho e em relação à tomada de decisões. Aponta como público prioritário mulheres com capacidade empreendedora que possam, tanto criar novos negócios, como desenvolver os existentes. Também, mulheres pobres, em situação de vulnerabilidade social por renda, participantes ou não dos programas de inclusão social.

As estratégias de ação consideram a interseção de três redes que operam no território como pontos de apoio para a realização das ações de disseminação de informações, sensibilização, mobilização e capacitação: organismos institucionais de políticas para as mulheres e os conselhos estaduais e municipais de direitos das mulheres; escritórios regionais do SEBRAE; rede SUAS, em especial os CRAS.

Apresentar a base deste Programa nesta tese pretende mostrar que existe uma ligação direta entre a Política Nacional para Mulheres em relação ao trabalho e renda, e o trabalho na assistência social através dos CRAS. Porém a pesquisa demonstrou, que os técnicos da atenção básica nos CRAS, sequer citaram a Política Nacional para Mulheres, quando questionados sobre quais políticas para mulheres eram utilizadas no serviço, as respostas ficaram em torno de, trabalhos de grupos que faziam conscientização de direitos sociais, que falavam sobre violência doméstica e familiar e a

Lei Maria da Penha, sobre autoestima, inclusão das mulheres na política, entre outros diversos assuntos, mas nada especificamente sobre essa política e sobre o Programa Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM).

Não se pretende aqui culpabilizar os técnicos por tal desinformação, visto que muitos trabalham abrindo “rios no deserto”, mas sim pontuar a falta de investimento do Estado, na capacitação dos operadores da Política de Assistência Social, visto que fica a cargo dos municípios proporcionar o financiamento para tais capacitações, e a falta da criação de estratégias claras de atendimento a demanda da geração de renda.

É de fundamental importância que os trabalhadores do SUAS, inclusive gestores municipais da assistência social, desenvolvam novas estratégias para romper com o ciclo intergeracional de pobreza das famílias, representadas na figura da mulher. O fato não significa que o Estado não continue tendo que arcar com suas responsabilidades, pelo contrário é ele quem precisa criar e efetivar políticas de alcance às mulheres pobres. Entretanto, a questão em pauta, não se trata de individualizar a pobreza, cobrando da mulher mais uma atitude para rompê-la, mas de ofertar a estas mulheres novas oportunidades, novos caminhos que as mantenham sim, com seus direitos garantidos, e não apenas beneficiárias de programas de transferência de renda, onde precisam cumprir com condicionalidades para se manterem neles. Neste sentido, a pesquisa abordou uma questão: *o que a política de assistência social oferece como estratégia ou ferramenta, para que vocês consigam potencializar os usuários a gerar renda? Percebem o respaldo estratégico da política, esse chão para trabalhar?*

Paciente – Eu acho assim, a gente sabe que os programas não são vitalícios, hoje ele tá te ajudando daqui a pouco, (...) eu acho assim, se a gente for a risca tá tudo nos manuais, a gente sabe como colocar as pessoas nos programas, mas a gente não sabe como tirar, mas quando vê a gente tá com as mesmas famílias anos e anos, é isso que eu te digo, é falado mas não, vai muito pelo tato profissional e do que tu queres com as pessoas, mas te dizer assim que está no manual explicito, um livro que até eu levei e leio muito, é aquele azul, o manual de técnicos do Cras, eu uso muito aquele livro ali, mas ali te fala o que é o PAIF, mas não te fala como fazer, a gente ficou cabeceando assim ó, eu cheguei aqui em 2017 em junho, e a gente lia os livros e ia para computador e o que que é esse PAIF, tá e onde é que está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos? Até a gente entender que o PAIF está aqui e o Serviço está dentro, a gente olha e a gente lia, a gente tinha uma equipe todo mundo pegando junto né, claro que agora todo mundo já sabe, mas na época estava todo mundo chegando, é aí que eu quero chegar, e era todo mundo nos livros imprimindo, e pesquisando e aí a gente sabia assim ó, tal livro aqui, aqui diz, diz, diz, mas não diz o que é, e tu anda em círculos naquilo ali, então até tu

entender...e aí tu quer o quê? Tu queres fazer o que é para ser feito dentro do programa, dentro do serviço, por exemplo, eu enquanto profissional né, é até uma petulância da minha parte dizer, mas eu quero que o CRAS seja o que o CRAS é para ser! Por exemplo se o CRAS é isso é trabalhar com beneficiários do programa, que eu concordo com isso aí, mas aí a gente até entender que o objetivo é que elas entendam da autonomia, não sei o quê, isso aí a gente leva tempo, as políticas elas não te dizem, te dizem como coloca-los lá, mas não te explica como tirar eles de lá.

Responsável – Para o momento eu digo que não, se a política tivesse um investimento propício para isso, mas só acaba, o que que a gente tem dentro do SUAS? Quase nada. A gente trabalha com o mínimo para proporcionar o quê?
- E quando tinha até mesmo os cursos do Pronatec, aquelas coisas, são coisas que não geram, ou tinham aqueles cursos a distância e as pessoas não tinha, internet em casa (..)

Lutadora- “Não vejo clareza nisso, não acho possível romper pobreza assim, com esses programas, até por causa das verbas, elas estão atrasadas então tu não consegue, tu só pode usar aquela verba em determinadas coisas né, aí tu vai usar a gente já tá com atraso, de verba então acontece que tu já não consegue suprir até com a verba que tu pode usar, então eu acho fica muito limitado, de repente eu sou nova, a gente tá lendo todos os dias para ver se encontra outro caminho né porquê.”

Cuidadosa - “Não, em cada gestão municipal eles veem assistência de uma forma, então em outras gestões era muito mais valorizada, nós tínhamos muito mais recursos e muito mais autonomia para trabalhar, no atual momento a assistência social é a última a ser vista, nem sei se é enxergada aqui no município”

- É porque a política pública existe a nível federal, mas acaba que cada município vai gerindo né, conforme o seu interesse e entendimento, porque por exemplo assim, o recurso que a gente recebe para desenvolver as atividades do Cras né, hoje ele está quase que sendo utilizado em sua totalidade para pagar os funcionários né, e a gente sabe que na verdade não pode ser assim, por exemplo, o município tem que dar a contrapartida também né, então na verdade tu paga os funcionários e não sobra dinheiro para tu executar as atividades, só que vai do entendimento de cada gestor né, então nós temos visto é que com o passar dos anos a assistência social cada vez mais deixou de ter sua importância sua relevância, principalmente nos últimos anos assim , quando a gente fala vamos fazer uma oficina, vamos deixar de usar o dinheiro aqui pra usar ali, nós não somos atendidos, tá a gente não tem , principalmente nesse âmbito de geração de renda, a gente tem feito cada vez menos, não pela equipe que está sempre batalhando que está sempre buscando, mas é que aí esbarra no entendimento da gestão.

Persistente – Eu vejo o SUAS focado na questão, como vou te explicar, mas assim ó o SUAS ele faz um trabalho todo, mas eu acredito que não é voltado ao financeiro, não tem o foco financeiro, a proteção social básica trabalha na prevenção, o âmbito da proteção social é um trabalho feito na proteção, prevenção, proteger essas famílias de que elas entrem em algum estado de vulnerabilidade, tá, minha concepção o PAIF, é para ti fazer uma orientação mas não tem foco financeiro, eu acho que deveria ter, porque o mundo todo gira em torno do trabalho, eu acho que o trabalho tinha que ter na educação, alguma, por exemplo, tem escolas aí que já tem inglês desde a segunda série, mas não diz nada, não prepara a criança para o mundo do trabalho, não tem uma educação uma cultura de trabalho, que o trabalho é que vai fazer todas as

outras coisas funcionar, o trabalho pode tirar a pessoas da pobreza, acho que tinha que ser uma coisa cultural, o Brasil não é um país que tem a cultura de trabalhar, o Brasil é um país culturalmente de malandro, infelizmente eu vejo assim, o Brasil tem a cultura da malandragem, do jeitinho brasileiro, da esperteza, de dar um jeitinho, de não sei o quê, não é um país culturalmente trabalhador, tu vê pelo menos assim, a nossa realidade que a gente vê assim ó, as pessoas tem o total desinteresse por trabalho, tu vê muita gente em questão de pobreza, de vulnerabilidade financeira, tão todo mundo em casa parado e ninguém quer fazer nada, tu precisa de alguém para fazer algum tipo de serviço pra ti, tu não encontra, tu não encontra, e isso eu acho que virou uma questão social, assim ó, tu vê esses lugares da serra que são colonizados por outra cultura, o pessoal é trabalhador, e eles estão em outro patamar social e financeiro, porque são pessoas que tem uma cultura trabalhadora, o resto do Brasil não tem essa cultura trabalhadora, é o que eu vejo, então assim ó, as pessoas estão enfiadas em um buraco indo cada vez mais para baixo, e o nosso trabalho de formiguinha não vai mudar, é cultural, assim como o machismo, eu acredito que esse paradigma pode ser quebrado na escola, em botar no currículo escolar, alguma coisa, não digo um trabalho técnico, há vamos fazer uma cadeira técnica ensinar, não ensinar as crianças que elas tem que trabalhar, que o trabalho vai gerar dignidade, vai gerar renda, vai evitar ou tirar elas daquela questão de vulnerabilidade. Não vejo outra maneira de pessoas saírem da vulnerabilidade a não ser através de trabalho e renda, não vejo outra saída, ninguém vive sem trabalho e renda, só que as pessoas estão vivendo a gente tem uma cultura principalmente nessa questão mais marginalizada, de que não precisa trabalhar, pra quê trabalhar? Acredito que o SUAS tinha que englobar alguma coisa dessa forma, no SUAS e também paralela na educação, porque uma política isolada, sozinha, não vai dar conta do tamanho que é esse problemão. Quando entrou o Pronatec, nossa senhora, aquilo foi muito bom, pena que parou, porque aquilo enriqueceu aquele trabalhinho que a gente fazia conforme as nossas pequenas pernas podiam fazer, as oficinas de pintura, corte de cabelo, até parceria com a EMATER, até parceria como a gente tinha pouco recurso, com a Pastoral da saúde de Cerrito a gente fez uma baita parceria, elas tinham lá um pessoal que báh, vários cursos de costura, de edredom, de muita coisa, então eles ensinavam o pessoal a fazer e o pessoal ajudava eles a confeccionar para doar né, ou para fazer para eles mesmos, porque eram pessoas em vulnerabilidade, parceria com a EMATER a gente fez bastante, pra levar a assistência social até o interior, levar muitos serviços que não eram acessados no interior, trazer coisas do campo para cidade, cultura de hortas coisas assim, mas é tudo que a gente faz por um tempo muito empolgados, mas as pessoas infelizmente não valorizam.

Amiga- Contato com a rede, aqui a gente usa muito o telefone, e até os contatos pessoais que a gente tem né, o pedir mesmo, mas a gente não tem... não tem resposta.

- Há um tempo atrás quando eu trabalhei na secretaria a gente ainda tinha cursos de capacitações, tinha até da questão do Bolsa Família de quem era beneficiário, tinha vários cursos disponíveis do Senac, até como tu falou da questão pra ti não ficar vinculado ao benefício a vida toda, hoje oficina que é uma coisa tão básica não tem, nós não temos no Cras oficina, nada, alguns Cras até tem, foram beneficiados por um edital alguns conseguiram, entendesse, mas nós não, faz um ano que eu estou aqui e nós não fomos beneficiados com nenhuma oficina de recurso da prefeitura, da secretaria, entendesse, nenhum, tudo o que tu viu ali no Serviço de Convivência é voluntário, é isso que a colega estava dizendo, do que a gente faz contato com a rede buscando parcerias, agora que tenha vindo uma oficinaira vamos dizer de crochê, nós não temos, e abriu o edital nós fomos, e isso eu brigo muito lá,

nós fomos o único Cras que não recebeu nenhuma oficina, nem pro serviço de convivência, nem para idosos nem para mulheres, nenhum oficinairo a gente recebeu. (...) e tu não consegue né, é como a colega esses dias veio de uma capacitação onde falaram pra ela que, falaram na palestra, que chega de fazer guardanapo né, que a gente ia enrolar o mundo com guardanapos, e realmente isso não é uma coisa que dá um retorno para as famílias, tu não vai conseguir tirar a família da vulnerabilidade com cursinhos de crochê, cursinhos de guardanapo sei lá eu o quê, vai defender um pouquinho lá sei eu, talvez, mas não é uma coisa como esse programa que tu falou (Progredir) que a gente nem sabia totalmente diferente da proposta que a gente tem hoje. Se tu conversares com o grupo ali, elas vão te dizer que elas estão cansadas descreditasas...

Trabalhar com uma política que não oferece o respaldo necessário para intervir nas demandas cotidianas de seus operadores, considerando o grau de complexidade das demandas geradas pelo próprio sistema capitalista, é um tanto esmagador em relação a realidade vivenciada. Além da política de assistência social não oferecer estratégias claras, de atendimento a demanda da geração de renda para rompimento da pobreza, visto que segundo a concepção dos entrevistados, isto se torna necessário, as gestões municipais administram os recursos descentralizados do SUAS, conforme seus interesses, sucateando ainda mais os equipamentos públicos de assistência, impossibilitando que os profissionais façam o mínimo possível. O que a pesquisa encontrou, foram técnicos cansados e de mãos atadas diante da falta de interesse e de conhecimento sobre a política, de seus gestores. O rompimento da pobreza passa, necessariamente, por uma rede de serviços, até chegar à usuária, e é neste caminho que muitas vezes, estratégias exitosas de atendimento se perdem.

Para além das questões de renda e rompimento com os ciclos de pobreza, oferecer as mulheres novos horizontes, toca também na relação desta mulher com ela mesma, e com o meio em que vive. Mexe com questões subjetivas de autoestima e autorrealização, pois o processo de empreender envolve motivação, atitudes e comportamentos, fatores psicológicos que compõe a experiência de criar algo novo ou renovar algo já existente.

Ter a oportunidade de vivenciar algo novo, além de promover satisfação pode gerar renda e agregar valor ao trabalho feminino. Isso tudo, contribui para o bem-estar da mulher. De acordo com o autor Csikszentmihalyi (1998), de forma subjetiva, este bem-estar é um produto concomitante a ação de realizar algo e não apenas do cumprimento de metas. Ou seja, estar construindo algo dentro de um espaço

atemporal, que favorece seu crescimento pessoal, na medida e que os desafios que enfrentam as induzem a desenvolver competências adequadas para lidar com eles, é mais importante do que o produto final do empreendimento.

As capacidades emocionais da mulher em relação ao cuidado com o outro, faz dela uma empreendedora diferenciada, partindo de uma visão mais humana do negócio, elas se preocupam mais com os funcionários, elas se preocupam com a comunidade, elas se preocupam com a sociedade, e por conta disso, o impacto dos negócios femininos são maiores nas comunidades onde elas estão inseridas. Segundo Platão, no que tange ao papel social da mulher,

se dessem às mulheres condições para que obtivessem educação e fossem liberadas das tarefas domésticas, entre estas, as dos cuidados com os filhos, elas teriam as mesmas condições de desenvolvimento do homem (MAFFEY, 1991, p. 352).

Ser mulher na sociedade atual implica em desempenhar vários papéis socialmente construídos: o papel de esposa, mãe, dona de casa, cuidadora da família. Por este motivo, ser uma mulher empreendedora demanda muito foco, disciplina, organização do tempo e muita persistência diante dos obstáculos diários. Empreender por outro lado, pode dar para as mulheres uma capacidade de gerenciamento da vida, do seu tempo e das suas demandas, visto que as mulheres ainda desempenham esses diversos papéis.

Na construção social, o homem é culturalmente visto, ainda nos dias de hoje, em torno de si mesmo, da sua carreira e satisfação profissional. Neste sentido Simone de Beauvoir afirmava que

sem perceber, sem refletir, sem observar, sem participar, foi que as mulheres se tornaram o segundo sexo. Aquele que só se define em relação ao primeiro sexo, o masculino. Assim, a história e a cultura construíram das mulheres uma imagem invertida, tal qual um reflexo no espelho. Ao longo dos milênios e séculos, as mulheres só existiram em referência aos homens ao contrário, como sua versão fracassada, sem força, impotente e desprovida de poder masculino (BEAUVOIR, 1980, p. 09).

Por isso, a importância da mulher se desvincular deste papel oposto e ao mesmo tempo paralelo aos homens, criando seus próprios caminhos de autonomia e

independência social. Apesar das duas identidades estarem historicamente relacionadas, elas não são a mesma coisa. Existe uma identidade feminina desvinculada da figura dos homens fortes e provedores.

A identidade de gênero em suas relações é atravessada por diferentes símbolos, discursos e práticas. Estes arranjos são sempre transitórios, não só temporalmente como em suas articulações com as histórias pessoais, identidades sexuais, étnicas, classe e raça (TRIERWEILER, 2013, p. 24).

Quando mantemos essa visão binária homem/mulher inconscientemente mantemos a visão de poder superior do primeiro sobre o segundo. Torna-se necessário, neste sentido, uma desconstrução dessas identidades plasmadas em papéis de um e papéis de outro.

Por isso, o “empoderamento” é indicado como passo inicial de um processo mais amplo de conquista da cidadania, que deve ser facilitado através da participação em projetos com vistas a propor demandas de políticas públicas. A proposta desse trabalho é mostrar que os profissionais de serviço social e as equipes de atendimento na atenção básica, devem atuar como facilitadores do processo de empoderamento, na medida em que despertam nas mulheres condições de mudança em relação a sua consciência, aos seus direitos e capacidades, possibilitando dessa forma, sua autonomia e inclusão nas políticas sociais.

3.2 Plano Progredir: capacitação, trabalho e empreendedorismo?

O Plano Progredir do Governo Federal foi criado em 2017, com o intuito de incentivar os beneficiários do Programa Bolsa Família a terem maior autonomia. No Decreto Nº. 9.160, de 26 de setembro de 2017, o Presidente Michel Temer, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição, decreta¹¹:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Progredir, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, que constitui um conjunto articulado de ações de

inclusão produtiva para pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único.

Parágrafo único. O Plano Progredir será executado pela União, com a colaboração por adesão dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil.

Art. 2º. O Plano Progredir destina-se à população incluída no Cadastro Único, prioritariamente com renda de até meio salário mínimo per capita.

A intenção do Governo é proporcionar melhores oportunidades de vida e emprego para as famílias de baixa renda, gerando independência financeira do PBF, para que não fiquem dependendo do auxílio do Estado em longo prazo. As famílias que aderirem ao Plano Progredir e tiverem membros com carteira assinada e/ou liberação de microcrédito, se não ultrapassarem a renda per capita de meio salário mínimo, ainda permanecerão no Programa Bolsa Família por mais dois anos, dentro da regra de permanência¹².

Através de um conjunto de ações, o Governo intenciona promover emprego e renda para as pessoas inscritas no CádÚnico, e beneficiárias do PBF, buscando uma forma de emancipar as pessoas humildes para que tenham mais condições e preparo para se inserirem no mercado de trabalho. Os objetivos do Plano Progredir, estão explicitados no Art. 3º, sendo:

- I - estimular e ampliar o acesso de pessoas incluídas no Cadastro Único ao mundo do trabalho e propiciar melhores condições de emprego e renda;
- II - articular e coordenar a oferta de serviços para inclusão produtiva, de forma a aproximar os trabalhadores e os empreendedores de baixa renda e o mundo do trabalho, por meio de ações de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e empreendedorismo;
- III - incentivar ações municipais e estaduais de inclusão produtiva; e
- IV - incentivar ações de órgãos e entidades públicas e de instituições privadas que promovam a inclusão do público-alvo do Plano Progredir no mundo do trabalho.

Coordenado pela Secretária de Inclusão Social e Produtiva do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e por meio de parcerias públicas e privadas, o

12

Renda dos beneficiários pode superar R\$ 140,00 per capita, até o limite de meio salário mínimo, sem que ocorra cancelamento imediato do benefício. Disponível em: <www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/Informe%20274%20%20Regra%20de%20permanencia_versao%20final%20editada.pdf>. Acesso em 17/04/2018.

Programa Progredir atua, de forma conjunta e integrada em três eixos: intermediação de mão de obra, qualificação profissional e empreendedorismo.

Para auxiliar as pessoas a terem um currículo pronto para o mercado de trabalho, o Programa Progredir disponibiliza uma ferramenta digital para ajudar aos beneficiários do Programa Bolsa família a prepararem o próprio currículo. Se o usuário já está inscrito no Cadastro Único, pode cadastrar as informações pessoais, de escolaridade e de experiência profissional. Caso queira se qualificar profissionalmente antes de cadastrar o currículo, o usuário tem essa possibilidade. O Art. 4º resume os eixos de atuação do Plano Progredir: I - empreendedorismo; II - intermediação de mão de obra; e III- qualificação profissional.

O Plano Progredir prepara as famílias para o mercado através de cursos de educação financeira, de tecnologia da informação e cursos do Pronatec. O Pronatec Oferta Voluntária é uma iniciativa do MEC - Ministério da Educação, que disponibiliza vagas gratuitas em cursos de qualificação profissional e também cursos técnicos de nível médio (para aqueles alunos que já concluíram o ensino médio), sem transferência de recursos financeiros aos institutos ofertantes por parte do MEC (por isso é voluntária). Os cursos do Pronatec disponíveis na internet são os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), de curta duração: 3 a 5 meses. Podem fazer esses cursos pessoas que tenham no mínimo o ensino fundamental incompleto. A qualificação profissional, como os cursos do Pronatec, faz parte de uma das estratégias do Plano Progredir.

Caso os cadastrados no CadÚnico queiram também ser microempreendedores, o programa Progredir incentiva o empreendedorismo para a maior independência das famílias, através do cadastro de Micro Empreendedores Individuais, o MEI. Microempreendedor Individual (MEI) é quem trabalha ou quer trabalhar por conta própria e decide formalizar seu negócio como uma empresa, para ter acesso a CNPJ, aposentadoria, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte e outros direitos. Para ser um MEI, é preciso faturar no máximo R\$ 60 mil por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular Para quem já possui seu próprio negócio, a

renda ou a receita desse negócio tem que ser de zero até 200 mil reais por ano (MDS, 2018)¹³.

As ações do Progredir voltadas para os microempreendedores (pessoas que possuem o próprio negócio), formais e informais, inscritos no Cadastro Único, são divididas em inclusão financeira e assistência técnica. A assistência técnica consiste em um acompanhamento especializado voltado ao aperfeiçoamento técnico do microempreendedor, formal e informal, e ao sucesso de seu negócio. As ações vão desde a realização de visitas locais, à casa da pessoa, até encaminhamentos para cursos, orientações técnicas e consultorias.

Sobre a gestão do Plano, o Art. 5º instituiu o Grupo Gestor do Plano Progredir GGPP, composto pelos membros titular e suplente, representando os seguintes órgãos:

- a.I - Ministério do Desenvolvimento Social, que o coordenará;
- a.II - Ministério da Educação;
- a.III - Ministério do Trabalho;
- a.IV - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e
- a.V - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Segundo o § 1º do decreto, compete ao GGPP promover a articulação, acompanhar e aperfeiçoar as ações de inclusão produtiva. O § 2º diz que os integrantes do GGPP serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social. Já no § 3º diz que, poderão ser convidados a participar das reuniões do GGPP representantes de órgãos e entidades públicos, inclusive dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, de instituições privadas, e especialistas, a fim de contribuir com suas atividades. E o § 4º deixa claro que a participação no GGPP será considerada prestação de serviço público relevante e não remunerada.

O Art. 6º do referido decreto diz que para a execução do Plano Progredir, poderão ser firmados contratos, convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, dos

Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive consórcios públicos, e com entidades privadas, na forma da legislação pertinente.

Os beneficiários do PBF poderão ter acesso através do Progredir aos serviços e ações de orientação sobre o gerenciamento e ampliação dos empreendimentos, além da liberação de micro crédito, mediante orientação de qual melhor mercado deverá investir. Somente fazendo um curso de educação financeira como uma etapa obrigatória, o usuário irá autorizar que as informações dadas na plataforma do Plano, estejam disponíveis para que as entidades parceiras do Progredir analisem o perfil do negócio proposto. É uma decisão da entidade financeira, emprestar ou não, qualquer valor. O valor do empréstimo/microcrédito depende da entidade parceira do Progredir, habilitada a operar o microcrédito. Cada caso será analisado individualmente pela entidade que fornece o empréstimo/microcrédito. As taxas de juros do empréstimo/microcrédito, bem como o valor a ser emprestado, dependem da avaliação da entidade parceira do Progredir habilitada a operar o microcrédito e do valor concedido. Cada entidade tem sua política de negociação. Quando o CPF está negativado / com restrição, realidade de muitos usuários cadastrados no CádÚnico, devido ao alto grau de pobreza, o acesso ao microcrédito/empréstimo dependerá da política de cada entidade parceira do Progredir.

Os recursos do Governo Federal devem somar 3 bilhões por ano, para serem liberados aos usuários que solicitarem e forem aprovados para receber o micro crédito. Conforme traz o Art. 7º.:

As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas aos órgãos e às entidades envolvidos, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Este parágrafo citado anteriormente mostra que o Plano Progredir poderá ser custeado por outras fontes de recursos destinadas por Estados, Distrito Federal e Municípios e por instituições privadas. O governo intenta o aquecimento da economia e o desenvolvimento econômico do país. Neste sentido, o Plano Progredir parece num primeiro momento, uma política econômica, antes de se mostrar efetiva socialmente, pois o acesso ainda parece ser bem limitado.

O primeiro passo, para participar do programa é fazer a inscrição totalmente online, ou seja, os usuários da assistência social precisam ter acesso a um computador e a internet. Após entrar no link de cadastro disponibilizado no site do MDS, o usuário precisa saber seu número do seu Cadastro para Pessoa Física (CPF) e selecionar o Estado onde mora, e ainda clicar em um procedimento de segurança da página. Em um segundo momento, o usuário é direcionado a um cadastro, onde é necessário preencher uma série de dados, como por exemplo, um e-mail, além de nome de pai e mãe, e ao final do cadastro é necessário criar uma senha de acesso onde recebe no e-mail o link para a confirmação de sua inscrição. Uma vez confirmada à inscrição abre-se o sistema de ferramentas do plano de ações. Após escolher por uma das três ações (emprego, qualificação ou empreendedorismo) o usuário precisa saber fazer o login, com a senha cadastrada e inserir os demais dados novamente¹⁴.

Todo esse passo a passo, para o acesso as ferramentas do Programa foi explicitado para pontuar o grau de dificuldade de um usuário da assistência social, que não tem os recursos materiais, como computador e internet, e muitas vezes também não possui o conhecimento necessário para acessar tais ferramentas, visto que o acesso é totalmente online, e foi desenvolvido para pessoas de baixa renda. A quem recorreria, por exemplo, um morador do interior rural, onde a internet não chegou, onde a taxa de analfabetismo ainda é muito alta, e onde as informações chegam de forma muito simplificadas?

3.2.1 Capacitação da equipe técnica

É importante destacar que os profissionais da atenção básica da assistência social, nos equipamentos dos CRAS, (pelo menos, os da região sul do Rio Grande do Sul) os quais seriam os locais de acolhimento deste público, interessado no Programa, não receberam ainda, conforme entrevistas, nenhum treinamento, nem mesmo nenhuma normativa ou informação oficial sobre o cadastramento destes usuários.

14

Site do MDS, Tutorial. <<http://mds.gov.br/assuntos/progredir>> acessado em 17/04/2018.

Quando questionados se já haviam recebido alguma orientação ou capacitação sobre o Plano Progredir, as respostas foram:

Amorosa - “Nada, não, eu não recebi nada e com certeza a coordenadora também não, eu acho que quem buscou alguma coisa, neste sentido, foi o menino do bolsa família, né, que faz a gestão do CadÚnico ali, ele está sempre buscando uma coisa e outra (...), esses dias nós ainda estávamos conversando sobre esse programa Progredir, mas pra nós não veio nada que pudesse assim, nos pôr a par do que realmente é, né, como funciona, nada, nada. Nós não recebemos nada, e as pessoas, os usuários em geral eles não pesquisam essas coisas, muitos nem tem acesso, né, quem mora no interior, né, então, e aqui mesmo da cidade tem pessoas que não tem acesso, então quem leva essas informações sempre é o técnico né, é dentro do município. No momento que a gente é capacitado, a gente pode trabalhar esses programas, mas nós não recebemos nada”.

Forte - “Eu não recebi no e-mail do CRAS, nem no meu e-mail, mas eu acompanho ali o site do Ministério. Vocês receberam? - Não. Há tá porque a gente está procurando o Progredir, (...) é eu sei o “que eu procuro aqui no site pra olhar, mas nem que tenha, nunca veio nada pro meu e-mail, eu também participo do Conselho de Assistência, represento os trabalhadores e também não, só o que tem muito é o Criança Feliz, o Criança Feliz tem muita coisa, muito recurso, muita manchete. Em nível nacional lançaram esse programa, esse plano, é um plano né, mas efetivamente pra nós aqui não chegou nada e eu acho que no Rio Grande do Sul também não, né?”.

Esperançosa - “Eu ouço falar aqui nos e-mails, a gente recebe e-mail, mas a gente nunca recebeu nenhuma capacitação.

Oferece cursos profissionalizantes é isso? (...) isso é interessante saber, algum município já encaminhou, tu pesquisou? Se tem essa linha de crédito é interessa pra nós, pra falar para as nossas famílias. É federal? Aqui a gente não recebeu nada assim explicando como funciona, olha que interessante seria né, esse projeto aí sei lá, plano”.

“Eu já tentei trazer o SEBRAE, que trabalha com empreendedorismo, eles não dão palestras, eu queria que eles dessem uma palestra aqui, eu tentei marcar mas eles tem uns temas deles, qualidade (...) de qualidade eu não quero saber, eu só quero saber é de né, como ser empreendedor pra dar pra essas pessoas que precisam e necessitam aqui”.

Lutadora - “Não que eu tenha conhecimento, só se foi antes, eu nem tinha conhecimento”.

Cuidadosa - “Não, nada, desconheço”.

Responsável - “Não, agora não. Mas ouvi falar alguma coisa em alguma reunião. Ouvi falar que era com o SEBRAE (...)”

- “Em 2017 eles já estavam cortando as verbas do Pronatec (...), eu fiz um curso em Brasília, que eu achei muito bom, de educação financeira para os beneficiários do Bolsa Família, não sei se tu ouviu falar, mas era uma risada só né, como é que tu vai fazer uma poupança com R\$80,00? Era um gozo só, acho que eles tinham que gastar alguma verba e inventaram o curso”.

Paciente - “Eu particularmente, não conheço, não posso responder pela equipe, mas eu desconheço, quando vê até a colega sabe e eu não sei, até assim, o nome não me soa estranho Progredir, mas eu não faço a mínima ideia do que é”.

Amiga - “Não, acho que não, posso ver com as técnicas, mas acho que não”.
 “Eu li sobre isso quando estava pesquisando sobre o benefícios que era exigido o CadÚnico, eu fiz uma relação de benefícios e encontrei esse programa, mas meu único contato foi esse, e como seria importante, porque a queixa que a gente se sente mais impotente é a queixa do desemprego né, que não tem o que fazer”.

Persistente - “ Não, não sei o que se trata. Mas deixa eu te falar um pouco sobre o Pronatec, público-alvo eram beneficiários do P.B. Família, não conseguimos formar nenhuma turma, nenhuma com beneficiários do P.B.Família, cara sendo que o nosso principal parceiro aqui era o SENAC, principal porque o rapaz que era coordenador era daqui, então ele trouxe muita coisa do Pronatec, muita mesmo, e não conseguimos formar nenhuma turma (...) formou só que não com beneficiários do Bolsa, a gente teve que abrir para os não beneficiários, eles não queriam né, digo olha se não abrir, não vai ter (...)

Por falta de interesse das pessoas, comodismo gerado pelo Bolsa, no momento que entrou um auxílio financeiro, até aumentou a procura, porque eles começaram a pagar vale transporte e alimentação para quem quisesse, por semana. Há quando surgiu a notícia que iam ganhar sei lá R\$ 50,00/60,00 por semana, aí aumentou a procura, não por interesse no curso, mas por interesse nos R\$ 50,00, (...) aqui não tem transporte, é tudo pertinho, todo mundo anda a pé, bicicleta, carro, moto, com ou sem dinheiro eles viriam do mesmo jeito que era antes, não tem transporte, não mudou nada, foi um fator motivacional a parte financeira, aí a gente formou várias e várias e várias turmas (...).

Pelo menos a metade não era beneficiário de Bolsa, e tu vê que o pessoal que buscou atrás de empreender não era o público do Bolsa, porque o público do Bolsa, voltou para casa tomar mate e fumar cigarro na sombra. O pessoal que tu viu frutos era o pessoal que não era do Bolsa Família, era esses que entraram para poder fechar as turmas”.

Resiliente – Já ouvi, mas capacitação não, veio do Progredir há algum tempo acho que uns dois anos né, chegou alguma coisa, foi por e-mail, até a gente tentou se interar, mas não tivemos capacitação e acaba que frente a toda demanda que a gente tem e a equipe reduzida a gente não consegue”.

Ainda é muito cedo para se tirar conclusões sobre o Plano Progredir, mas, como nas outras políticas sociais de geração de renda, a atuação dos profissionais que estão na ponta da operacionalização das mesmas é muito importante. A valorização, a informação e a capacitação destes profissionais, por parte dos governos das três esferas de gestão do SUAS, também são de suma importância. Além disso, é preciso manter claro que o Serviço Social trabalha fundamentalmente com o acesso e a efetivação dos direitos sociais, entre eles, os direitos trabalhistas. Para tanto, não basta orientar os usuários apenas em relação à geração de renda, ou qualificação profissional, mas sobretudo continuar lutando para que eles não abram mão de seus direitos trabalhistas e previdenciários.

É possível que, dependendo dos rumos que o Governo dará a Política Social Brasileira, através deste tipo de programa de incentivo ao empreendedorismo, pelo menos uma parcela da população, talvez os mais jovens, por terem maior acesso ao mundo digital, possam se beneficiar com tais iniciativas. Basta saber se esta será uma porta de saída do Programa Bolsa Família, ou o pré- anúncio do fim do mesmo? Diante do congelamento dos gastos por vinte anos, é provável que o governo repasse para a sociedade o compromisso de tornar-se empreendedora, culpabilizando essa mesma sociedade em caso de fracasso, o que facilmente deve ocorrer devido ao agravamento da pobreza e da falta de perspectivas de mudança no quadro caótico em que se transformou a realidade brasileira.

3.3 A Mulher Pesquisadora por trás da Pesquisa

Ao tratar da mulher como eixo central deste trabalho, é necessário conhecer a partir de quais vivências e experiências, as considerações e análises foram construídas pela autora. Partindo do princípio, que nenhuma pesquisa é neutra, justamente porque o pesquisador tem internalizado seus valores, crenças e idéias que formam sua cosmovisão de mundo e sociedade.

Entrei no curso de serviço social a primeira vez no ano de 1998, ano em que também casei, e logo no segundo semestre pude me deparar com os primeiros campos de estágio voluntário, os quais foram: clinica psicológica e presídio de Pelotas, quando cheguei exatamente no meio do curso, agora mãe de um bebê de seis meses, por condições financeiras precisei trancar, e abandonar temporariamente o sonho da formatura.

Os próximos dez anos da minha vida foram recheados de experiências cotidianas, que são a vivencia de boa parte das mulheres que hoje atendo na assistência social. Durante este tempo, fui mãe de três crianças, dona de casa, esposa, artesã, para poder ajudar na renda da família. Até que, num ato de coragem e de rompimento como o “dado”, resolvi negociar minha dívida com a universidade, e me endividar um pouco mais, para dar continuidade ao sonho interrompido aos vinte anos de idade.

Voltei para um curso totalmente diferente, com várias mudanças curriculares, mas certa de que estava no caminho da profissão que me faria plena e feliz. Sempre procurei me envolver com projetos de pesquisa, como bolsista, pois também era uma maneira de sobreviver aos gastos universitários. Fiz pesquisa na área da agricultura familiar, estágios na área da saúde e da educação infantil. Circulei entre as políticas sociais, e me formei sem ter certeza de onde gostaria de atuar, apenas sabia, que não gostaria de trabalhar na assistência social, pois já havia visto bastante as condições de precarização do trabalho dos assistentes sociais nesta área.

Quando me formei, já havia sido selecionada como aluna taxista do Mestrado em Política Social da mesma universidade, e os próximos dois anos, foram de muito estudo, paralelo a minha vida de mãe, dona de casa, e não mais esposa, passei por um divórcio e me vi sozinha com os três filhos, uma pequena pensão alimentícia, um aluguel e muitos livros. Então agora havia me tornado uma vendedora ambulante de cosméticos, roupas e semi-jóias.

Vencido o mestrado, no mesmo mês da defesa da dissertação, fui selecionada como aluna bolsista deste Doutorado em Política Social e Direitos Humanos na mesma universidade. No mês seguinte, fui aprovada em primeiro lugar no concurso para a Prefeitura municipal de Arroio do Padre, onde me tornei a única assistente social do pequeno município de 3 mil habitantes, para trabalhar justamente onde mais temia: atenção básica do SUAS.

Posso dizer que o meu primeiro contato com o equipamento público que fui lotada para trabalhar foi surpreendente. Cheguei em um prédio afastado do centro, em uma colônia na zona rural, com toda a estrutura necessária para trabalhar. Havia um notebook para uso exclusivo meu, uma sala com ar condicionado, impressoras, materiais de expediente a vontade, sala de cursos, cozinha equipada, carro do CRAS com motorista, entre outras coisas. Realidade esta que infelizmente é minoritária, tendo em vista o contexto de atuação de colegas na política de assistência social.

Paralelamente ao meu trabalho de 40h, meus estudos foram sendo construídos, mas agora a prática cotidiana me transformava para além dos livros. Agora eu não mais apenas estudava sobre o PBF, pois acompanhava e acompanho as famílias

beneficiárias em todos os seus processos dentro da assistência. Eu não mais apenas escrevo sobre as vulnerabilidades sociais, mas lido com as mais diversas todos os dias. A política social ganhou materialidade para além das minhas escritas e se tornou a minha maior ferramenta de trabalho, mesmo que eu não pense que ela dê conta da realidade, como deveria.

Falar da mulher, da política social e do empreendedorismo, então, é algo que perpassa a minha história e as minhas vivências profissionais cotidianas. Pesquisar como meus colegas de SUAS tem dado conta das demandas da pobreza, é de certa forma um estudo, que faz com que eu me autoavaliar como técnica desta política.

Quais caminhos estão sendo percorridos? Existem outras formas de operacionalizar esta política, considerando, que vivemos todos no “escuro do como”? Existem saídas reais para estas mulheres romperem com a miséria, pelo menos de renda? Todos estes questionamentos, e inquietudes deram origem a este estudo.

Na equipe que trabalho, somos uma assistente social, uma psicóloga, uma auxiliar administrativa que também é a cadastradora do CadÚnico e a coordenadora do CRAS. Atendemos dentre vários grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, dois com foco na mulher e geração de renda, envolvendo em torno de 40 mulheres. Quando comecei em 2016, elas apenas se reuniam para aprender algum trabalho manual e conviver, até que entenderam que o trabalho que dava prazer, que desenvolvia auto-estima, que fazia vencer limitações, também poderia agregar renda.

Parte destas mulheres se organizou, e hoje participam de feiras, dentro e fora do município. Posso dizer que, fizeram dos trabalhos manuais seu grito de liberdade, não só pela questão da renda, até porque os valores arrecadados são poucos, mas porque essa participação em feiras as leva para outras realidades, para conhecer outros públicos, e vivenciar novas experiências.

Além destas mulheres que participam ativamente do CRAS, também busquei dentro do município todas as mulheres que prestavam algum serviço formal ou informal, que vendem algum produto, seja fruto de suas plantações, ou o pão e a bolacha

caseira, ou a sacoleira, a doceira, a fotógrafa, a vendedora de cosméticos, enfim, todas que se pode saber que eram mulheres empreendedoras, com mais condições financeiras ou as beneficiárias do Bolsa Família, e criou-se um grupo, uma rede de parceiras que participam juntas, muitas vezes comprando umas das outras em um espaço mensal, também criado por nós, equipe da assistência, que denominou-se Domingo em Família. O Domingo em Família acontece todo terceiro domingo de cada mês, em um ginásio público com uma área verde bastante ampla, onde todas essas mulheres, e outros empreendedores, são convidados a montar uma feira, e juntamente com este espaço de negócios, criamos um ambiente de lazer e convivência comunitária, onde as crianças tem acesso a brinquedos gratuitos, onde os grupos que fazem oficinas de dança, violão e canto, fazem suas apresentações a comunidade, onde através de parcerias podemos oferecer cultura e informação, como exposição de carros antigos, Escolinha de Trânsito, entre muitas outras atrações, que são pensadas mensalmente, com custo zero para os cofres da assistência social.

O objetivo do Domingo em Família é desenvolver o empreendedorismo como meio de sobrevivência, em determinada fase da vida de algumas mulheres, ou pelo menos apontar um norte, para além dos programas sociais, mas também, para que se possa gerar o sentimento de pertencimento ao território, de identidade comunitária, sem distinguir, quem tem mais de quem tem menos. Ali todas as famílias vão para desfrutar de lazer, e todos as(os) expositoras(es) vão fazer seus negócios. A experiência tem sido exitosa, e os frutos com as mulheres referenciadas pela assistência também tem sido crescentes.

Este meu relato de experiência acaba sendo o pano de fundo que desencadeou esta pesquisa, realizada em outros dez municípios; mas a forma como tenho trabalhado com a equipe, com certeza coopera para que eu continue acreditando que é possível apesar do sistema, apesar das desigualdades e da pobreza, encontrar os “caminhos no deserto”, “abrir rios no ermo”. Cada realidade é única, cada gestão municipal, tem suas limitações e prioridades, cada população tem suas características e suas culturas locais, a população que trabalho é em sua grande maioria, de cultura alemã/pomerana. cada equipe tem suas peculiaridades, portanto, não tenho a pretensão, de fazer da minha experiência uma receita de bolo, mas sim, de usá-la para potencializar outros

colegas, a encontrarem “seus caminhos possíveis”, em meio ao caos social cotidiano em que vivemos.

4 O ARTESANATO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1 O trabalho manual no contexto dos CRAS

A palavra artesanato de acordo com o dicionário Merriam-Webster¹⁵, vem da palavra Inglesa que significa “força” ou “habilidade” derivado do Inglês Antigo ofício, palavra que vem do alto alemão antigo kraft, para a força, e significa “habilidade no planejamento, fazendo, executando” e, por extensão, “uma ocupação ou de atividade que exija habilidade” e ofícios, pois, sendo os objetos resultantes da aplicação dessa habilidade.

No Brasil, segundo a Portaria 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018¹⁶, “Artesanato é toda produção resultante da transformação de matérias primas em estado natural ou manufaturada, através do emprego de técnicas de produção artesanal, que expresse criatividade, identidade cultural, habilidade e qualidade“(Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), 2018). Segundo a mesma portaria, artesão é:

toda pessoa física que, de forma individual ou coletiva, faz uso de uma ou mais técnicas no exercício de um ofício predominantemente manual, por meio do domínio integral de processos, transformando matéria-prima em produto acabado que expresse identidades culturais brasileiras. Além disso, o artesão poderá utilizar artefatos, ferramentas, máquinas e utensílios para auxílio limitado, desde que seu manuseio exija ação permanente do artesão para executar o trabalho; e moldes e matrizes, não comercializáveis, desde que tenham sido criados e confeccionados pelo próprio artesão para o seu uso exclusivo. (PAB, 2018)

O estilo do artesão empresta originalidade a seus objetos, como que a marca pessoal. Cada peça feita à mão é única, não se confunde com nenhuma outra, nem da mesma espécie, ainda que tenha sido elaborada no mesmo dia e pela mesma pessoa. Para fins de estabelecimento de políticas públicas no país, foi aprovada em 2015 a Lei 13.180/2015, que reconheceu a profissão de artesão, e estabeleceu em suas diretrizes

15

¹⁵ Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/>>. Acesso em 30/10/2019.

16

¹⁶ Diário Oficial da União, estabelece a Portaria que institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34932949/do1-2018-08-01-portaria-n-1-007-sei-de-11-de-junho-de-2018-34932930>. Acesso em 31/10/2019.

a valorização, qualificação, apoio comercial, com identificação de novos mercados, a certificação de qualidade e a divulgação do artesanato brasileiro.

Normalmente, os artesanatos são fabricados de forma caseira ou em pequenas oficinas por famílias. A aprendizagem de trabalho artesanal é adquirida de maneira prática e formal, ele se dá tanto nas famílias e oficinas, como citado, ou na vivência do indivíduo com o meio artesanal onde o aprendiz maneja a matéria-prima e as ferramentas, e imita os mais entendidos no ofício de sua preferência (HOLANDA, 2009).

A atividade artesanal está ligada aos recursos naturais do estilo de vida e do grau de comércio com outras comunidades sendo, o artesanato uma manifestação da vida comunitária, seja em função utilitária, lúdica, decorativa ou religiosa, o trabalho se orienta no sentido de produzir objetos de uso mais comum no lugar. Tal técnica é praticada desde o período antigo, denominado Neolítico, quando poliam pedras para fabricar cerâmica para guardar alimentos e tecelagem para fabricar redes, roupas e colchas, além de armas e objetos de caça e pesca.

No período capitalista que se denominou Revolução Industrial, que iniciou na Inglaterra, o trabalho foi dividido colocando determinadas pessoas para realizarem funções específicas, essas deixaram de participar de todo o processo de fabricação, além disso, os artesãos eram submetidos à péssimas condições de trabalho e baixa remuneração. Este processo de divisão de trabalho recebeu o nome de linha de montagem. Esse novo modo de produzir, fez com que o artesanato deixasse de ser tão importante, e foi fortemente desvalorizado¹⁷.

No Brasil em seus primeiros anos de colonização, se espalharam por todas as comunidades urbanas e rurais foram instaladas oficinas artesanais, onde os artesãos tiveram ensejo de desenvolver suas habilidades. Hoje, o artesanato voltou a ter prestígio e importância. Continua a buscar elementos naturais para desenvolver suas peças originadas do barro, couro, pedra, folhas e ramos secos entre outros. Em todas as regiões é possível encontrar artesanatos diversificados originados a partir da natureza típica do local e de técnicas específicas.

17

Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/artes/artesanato.htm>>. Acesso em 30/10/2019.

No Rio Grande do Sul, temos o Programa Gaúcho de Artesanato (PGA)¹⁸, o qual tem por missão incentivar a profissionalização dos trabalhadores que produzem artesanato e fomentar a atividade artesanal com políticas de formação, qualificação e orientação ao artesão. Busca também, a qualidade do produto artesanal e a abertura de espaços para a comercialização da produção artesanal.

O Programa faz o cadastramento do artesão, fornecendo-lhe a Carteira do Artesão, que lhe dará o reconhecimento como profissional autônomo, possibilitando-lhe contribuir para a Previdência Social e emitir notas fiscais de suas vendas, com a isenção do ICMS, obter declaração de rendimentos, participar de exposições, feiras e eventos no Brasil e no exterior. Os artesãos no Estado são atendidos pela Casa do Artesão de Porto Alegre e nas Agências FGTAS/SINE. O artesanato gaúcho segue as orientações do Manual do Artesanato.

A Carteira de Artesão é o documento emitido pela Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, através do Programa Gaúcho do Artesanato, que identifica o profissional de artesanato devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego para fins de benefícios. Nela estão impressos os dados de identificação do profissional, seu número de registro no PGA e as matérias-primas por ele utilizadas e que provou estar habilitado. A carteira é gratuita e é emitida após o registro do artesão no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab). Para confirmação do registro, o artesão tem que ter registro no Programa Gaúcho do Artesanato. A Carteira Nacional de Artesão permite aos artesãos cadastrados a participação em cursos de capacitação, feiras e eventos apoiados pelo Programa Brasileiro do Artesanato.

A Carteira de Artesão Familiar Rural segue as regras da Carteira do Artesão, porém sua identificação ocorre com a denominação conceituada na Lei 14.483, de 28 de fevereiro de 2014, que denomina o artesão que utiliza matéria prima própria, realiza

18

¹⁸ Disponível em: <<https://fgtas.rs.gov.br/programa-gaucha-do-artesanato>>. Acesso em 27/10/2019.

a transformação rudimentar da sua produção em estabelecimento rural e apresenta documentação que comprove sua identidade rural, como “Artesão Familiar Rural”.

O artesanato em geral é reconhecido em áreas como a de bijuterias, bordados, cerâmica, vidro, gesso, mosaicos, pinturas, velas, sabonetes, saches, caixas variadas, reciclagem, patchwork, metais, brinquedos, arranjos, apliques, além de várias técnicas distintas utilizadas para a fabricação de peças. Além do artesanato advindo de matérias primas dos recursos naturais, o PAB define em seu § 6º o que não é artesanato:

I - Trabalho realizado a partir de simples montagem, com peças industrializadas e/ou produzidas por outras pessoas;

II - Lapidação de pedras preciosas;

III - Fabricação de sabonetes, perfumarias e sais de banho;

IV - Habilidades aprendidas através de revistas, livros, programas de TV, dentre outros, sem identidade cultural;

V- Trabalho que segue moldes e padrões pré-definidos difundidos por matrizes comercializadas e publicações dedicadas exclusivamente a trabalhos manuais;

VI - Trabalho que apresenta uma produção assistemática e não prescinde de um processo criativo e efetivo;

VII - Trabalhos baseados em cópias, sem valor cultural que identifique sua região de origem ou o artesão que o produziu.

§ 7º No Artesanato, mesmo que as obras sejam criadas com instrumentos e máquinas, a destreza manual do homem é que dará ao objeto uma característica própria e criativa, refletindo a personalidade do artesão e a relação deste, com o contexto sociocultural do qual emerge (PGA, 2018).

A estes trabalhos definem-se como trabalhos manuais, os quais são produzidos em grande parte das oficinas dos CRASs pelo Brasil afora. Dos dez municípios pesquisados, apenas um não possui grupos de mulheres que se reúnem em torno da produção de trabalhos manuais, pois foi desativado há algum tempo.

Quando questionados sobre o trabalho com mulheres, nove das equipes citaram a questão do “artesanato”, que na verdade são “trabalhos manuais”, como eixo central destes grupos com mulheres, ou seja, elas se reúnem em torno dos trabalhos, pois segundo os cadernos de normatização da política em âmbito nacional, isso pode ser usado como “chamariz”, para que as usuárias venham para o serviço, mas não tem o objetivo de gerar renda, pois é um meio e não um fim. Isto demonstra quanto à política de assistência social vincula a mulher aos trabalhos manuais, fator que pode ter seus benefícios no sentido terapêutico da convivência comunitária, mas que continua

estigmatizando a mulher, em relação ao seu papel e sua função social, econômica e política na sociedade.

Não se pretende aqui, desvalorizar a oferta das oficinas, tão pouco a junção destas mulheres em tornos destes trabalhos, a questão é problematizar o porquê, que a grande maioria dos grupos tem que funcionar neste formato? Sim, muitas mulheres gostam dos trabalhos manuais, e tem dom e talento para produzi-los, mas boa parte destas mulheres faz apenas o que consegue, em termos de arte, pois suas capacidades são muitas vezes, para outras atribuições, as quais deixam de serem potencializadas em detrimento da manutenção dos serviços de assistência social, que já estão plasmados em uma única ótica: de que devemos como trabalhadores da assistência, atrair estas mulheres, para o serviço, para empoderá-las sobre seus direitos, para tratar de suas vulnerabilidades, mas as mantemos prisioneiras dos “panos de pratos”!

Durante a pesquisa bibliográfica busquei a origem da introdução do artesanato e dos trabalhos manuais, na política de assistência social, mas não tive êxito, não encontrei nenhum relato histórico, isso mostra o quão intrínseco e naturalizado é para a assistência social, a questão de que as mulheres devem se reunir em torno dos trabalhos manuais, certamente uma visão que vem da antiguidade, e que carrega um cunho conservador de manutenção dos “bons costumes”, pois as mulheres historicamente se reuniam em torno das agulhas e de uma boa xícara de chá.

A visão crítica aqui, vem no sentido de mostrar algumas das contradições presentes no trabalho social, advindas de uma política social “confusa”. Essa confusão será explicitada nas considerações finais.

É claro que dependendo do talento para os trabalhos manuais, muitas mulheres conseguem “obter” um lucro, para complementar a renda da família. Entretanto, isto vai depender de inúmeros fatores, internos como já abordados, como auto-estima, e atitude empreendedora, fatores sociais, como por exemplo, se essa mulher tem com quem deixar os filhos, para desenvolver e vender seu trabalho, como também de mercado, de lugares e pontos de vendas.

Foi neste sentido também, que a pesquisa que deu origem a esta tese, quis conhecer as estratégias que tem sido ou não, usadas nos CRAS, tendo como hipótese prévia, que os grupos de mulheres trabalhavam com “artesanatos”, nos grupos dos CRASs. Quando perguntados sobre a questão: *existe algum ponto em comum de venda, ou mesmo a participação em feiras, articulado pela equipe?*

Cuidadosa - “Até quando tem essas feiras da prefeitura, no ginásio, costumam ter essas feiras, aí eles sempre colocam um espaço para feira de artesanato junto, a banquinha do artesanato ali, não é do Cras, mas são algumas das que estão lá vendendo já participaram com nós”.

- “Aqueles banquinhas que tem em frente ao prédio de vidro ali, faz anos isso, mas foi a partir das primeiras atividades do artesanato. Tem um quiosquezinho bem em frente a prefeitura, na praça ali, que a prefeitura disponibiliza. Não assim, até onde a gente sabe, tem caminhos sim, até agora tem um núcleo de turismo NE, que é desenvolvido em outras secretarias, então as pessoas que tem interesse de expor né, esses material elas devem que procurar, algumas nos procuram aqui e a gente faz essa intermediação, mas existe.”

“-Mas também a gente tem que ser realista, que muitas não tem interesse em seguir, por exemplo, no final do ano passado, um colega da secretaria de turismo foi lá no grupo de convivência das mulheres, e ofereceu para elas colocarem a banquinha de lanches e alimentação em uma feira que ia ter no final do ano, uma festa no ginásio, e elas não tiveram interesse em colocar a banca pra vender pastel e lanches rápidos assim né, que eles precisam. A idéia era uma oportunidade para o grupo de mulheres, uma só teve interesse, aí ela não teve coragem, disse que sozinha não iria.”

“-Muitas vezes a gente vê isso né, é uma questão que esbarra: reclamações que não são oferecidos cursos, que não são oferecidas oficinas, que elas não tem oportunidades, mas muitas vezes quando é oferecido o curso, adesão até a gente percebe que tem, adesão participação, mas depois parece que dar continuidade para este trabalho, são poucas assim que permanecem naquilo. Será que falta incentivo? Será que é uma questão mais delas de motivação? São questões assim que tem que analisar”.

Guerreira- “Nós sempre pensamos com o foco na geração de renda, o problema é a questão do técnico, do oficineiro que não tem este pensamento, e como é um prestador de serviço, é complicado da gente né, envolver ele nesta questão. Inclusive ontem, eu conversei com ela e levei mais idéias com a oficineira em si, para fazer com que aquilo gere renda né, não é só fazer o enfeitezinho para dar, não um passa tempo, convivência, não é isso, o foco não é esse. Só que é difícil colocar na cabeça das pessoas, e aí tem que estar toda a hora lá né, vamos fazer outro projeto, que outro projeto? Apresenta outra coisa que faça com que eles possam vender. Ah, pois é mas eles não querem! Bom mas não é questão dele quererem ou não, não querem? Será que porque eles não tiveram oportunidades, eu acredito nisso, daí fica complicado.”

Amorosa – “Algumas pessoas até fazem, uma ou outra, até fazem e vendem. Nós temos 5 grupos (...) tem uma região, sim uma das regiões mais vulneráveis daqui do município, se não a mais, lá sim elas fazem e muitas vendem né, sempre dá uma renda, pouca coisa mas elas conseguem vender. Outras vem mais para poder sair de casa, para convivência mesmo né, e para fazerem para si. E uma grande dificuldade que nós temos a questão da locomoção né, aqui dentro do município não tem ônibus (...)

Elas têm clientela própria né, uma época até elas estavam quando tinha algum evento no município, botando as banquinhas assim, mas acabaram desistindo porque disseram que não vendiam muito, a festa era muito pequena assim, então não vendiam, mas muitas delas tem clientela né, fazem e vendem principalmente o crochê, né, mas agora a gente pensou assim, um leque de outras possibilidades, uma época elas só queriam crochê e tricout, crochê e tricout, Não gente vamos trabalhar outras coisas, vocês precisam aprender outras coisas também, porque se não ao invés de crochê tu vai vender um feltro, tu vai vender uma pintura em tecido né, então ta se abrindo mais para elas terem mais opções de vendas.”

Paciente- “Nós temos de corte costura, essa mulheres que estão nesse grupo, elas foram indicadas pelas assistentes sociais que trabalhavam antes aqui, com qual objetivo? Que seriam as que mais necessitam de uma geração de renda, né, e elas poderiam fazer em casa, também porque podem cuidar dos filhos e podem estar ali, gerando renda, provendo renda em casa né, e esse grupo a intenção é que seja profissionalizante, que elas saiam aptas a serem costureiras, elas vão receber diploma e tudo.

Eu acredito que sem uma (...) se tu dá um programa e se tu não faz reflexões acerca do programa, as pessoas não vão largar, que aqui nós temos o antigo Fome Zero, mas que é o Nutrindo que é sustentado pelo município (...) eu acredito que se tu não trabalha, porque na realidade o Cras, o público alvo dos Cras tem que ser essas famílias”. Pra tu trabalhar essa idéia de querer trabalhar pode te tirar dessa zona de pobreza, dessa zona de miséria, eu acho que sim, não vou dizer assim, que elas vendam dentro dos trabalhos, por exemplo aqui elas não vendem aqui dentro, mas elas aprendem técnicas, por exemplo elas vão para amostras, enfim que tem as vezes da prefeitura no centro, elas não vão vender em nome do Cras, o Cras não faz esse trabalho, nós aqui pelo menos no nosso município nós não fizemos esse trabalho, mas tu vê aquele artesanato ali: Aí que bonitinho!!, fulana tu não vende isso aí? Se eu te encomendar tu não faz? Isso aí sim, eu acredito que a geração de renda pode tirar as pessoas da(...), mas não só isso, tem que ser um trabalho em conjunto, é que é isso que eu acredito, não adiante eu largar as políticas se não tiver um trabalho. Se as pessoas não entenderem porque elas estão ganhando um Bolsa Família, se elas não entenderem porque elas estão ganhando Fome Zero, porque todos os programas pelo que eu já li e vivencio, a intenção é que não seriam vitalícios, é eles tirarem as pessoas, eles ajudarem por um tempo, eles fornecem aquele auxílio por um tempo para que eles consigam sobreviver por sua conta.”

Esperançosa – “Então são mulheres que se interessam por artesanato como algo assim, potencializador socialmente, e também como geração de renda, nem todas tem essa pretensão de gerar renda, mas todas gostam de artesanato se interessam, umas aprendem no grupo (...) agora estamos em 15 e era um grupo muito fechado de muitos anos (...). Isto que é muito bacana é que elas dispõe de uma sala, que é um ponto de venda, até se tu quiser conhecer é aqui pertinho.

Elas estavam muito desmotivadas, porque aqui é meio complicado o emprego na, então as pessoas (...) não é uma lojinha assim que bomba né, assim que ela vende um monte, mas elas já há um bom tempo, a gente ajuda, compra delas, é cedida pela prefeitura, aí elas tem esse ponto de venda, nem todas participam do rodízio, porque algumas não se interessam por gerar renda, gostam mais da convivência, mas agora a gente esta fechando em 6 que estão dividindo a lojinha, daí elas fazem o rodízio. Elas vão começar a atender só no turno da tarde, antes era o dia todo, mas aí a gente reviu esses dias como ia fazer. Final de semana fecha, mas quando mas quando tem a festa no

município elas expõe, a gente motiva bastante também para colocar, porque toda sexta-feira tem uma banquinha dos agricultores, que é um projeto da Emater, daí a gente motiva sempre em véspera de festa, elas a colocarem a banquinha ali do lado, tem uma página no Facebook “Parceiras da Arte”, a gente divulga por ali também.

Em alguns dos CRASs onde a pesquisa foi feita, foi destacado que é possível uma articulação com a rede municipal, para que essas mulheres tenham minimamente um espaço ou como citado “uma banquinha”, em eventos e feiras para venderem seus produtos. Fica claro que esta é também uma questão de gestão municipal, visto que os espaços na maioria dos casos são públicos.

A concepção dos trabalhadores da assistência social é de que, as usuárias precisam aprender algum ofício manual, dentro dos CRASs, ou através de parcerias, para que efetivamente consigam algum rendimento que auxilie no enfrentamento da pobreza. Mas na verdade, nem mesmo os técnicos sabem como fazer isso, como potencializar esse público ao ponto, de fazer deste trabalho manual algo produtivo financeiramente. Essa incapacidade de “criar “algo resolutivo” no sentido de alteração das condições de vida dessas usuárias em relação à pobreza, torna o trabalho social enfadonho e infrutífero, e faz com que muitas vezes, o discurso da culpabilização surja, pois parece que nada do que é oferecido adianta.

O artesanato, ou os trabalhos manuais, portanto, tem a sua importância dentro da política de assistência social, para uma parcela de mulheres, mas não para todas as mulheres que buscam o serviço. E para essas interessadas, seria necessário maior investimento, nas capacitações, nos materiais, nas emersões culturais ligadas ao artesanato de fato, para que esse ofício se torne eficaz, capaz de entrar para o mercado.

Algumas terão interesse pela informática, outras pela área da beleza, da gastronomia, da administração, da construção civil, enfim, as atitudes empreendedoras, só serão possíveis se partirem de um desejo pessoal de cada uma, e de habilidades que, potencializadas, qualifiquem estas mulheres para o mercado do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta tese, podemos destacar alguns aspectos relacionados a figura feminina e ao seu papel no núcleo familiar. Nos novos arranjos familiares, considerando que a mulher vem assumindo cada vez mais a responsabilidade de mantenedora, seja através do trabalho, seja através de sua representação perante os programas sociais, há a predominância das famílias monoparentais.

Dentro desses novos arranjos familiares, a mulher vem assumindo uma responsabilidade que favorece a criação de conflitos entre o trabalho remunerado, o cuidado com os idosos, a educação dos filhos, o trabalho doméstico dando ênfase à concepção cultural predominante que considera essas funções como de responsabilidade feminina. Essa multiplicidade de papéis assumidos acaba por acarretar para as mulheres pobres um acúmulo de tarefas e responsabilidades no âmbito privado e também no público. É preciso desmistificar “tal verdade” contribuindo para alterar as relações de gênero.

Os profissionais que atuam com mulheres necessitam compreender que o trabalho social com mulheres envolve questões bastantes profundas do que pensar apenas a possibilidade de gerar renda através de trabalhos manuais, realidade que ainda hoje perpassa os diversos equipamentos públicos que prestam serviço de assistência social.

Na Política de assistência social, especialmente nos Programas de transferência de renda há sempre alguma contrapartida ou condicionalidade, ou seja, nenhuma família tem acesso ao programa de forma incondicional, e isto nos mostra que a política social brasileira reforça o viés de “pobres mercedores”, que cumprem com suas responsabilidades, e daqueles não mercedores, distanciando-se da ideia de direitos sociais e reforçando a ótica da dependência ou assistencialismo.

Em relação ao entendimento acerca da pobreza, podemos afirmar que ela é um fenômeno multifatorial e complexo que exige a articulação de diversas políticas, bem como o trabalho de diversos atores que compõem a rede socioassistencial. Nos CRASs

se realiza a atenção básica. Quando essa não é trabalhada de forma articulada com a rede de serviços, os usuários deixam de ser vistos em sua integralidade, como indivíduos possuidores de direitos, que vivem e atuam em determinado território e que apresentam múltiplas demandas sociais. Dependendo da forma como a política social é operacionalizada nos equipamentos públicos de assistência social, tais indivíduos, apenas passam a assumir a condição de beneficiários de programas de transferência de renda condicionados, como o PBF, transferência esta, que sozinha não garante direitos, levando em consideração o seu baixo valor monetário.

Nesse sentido, é necessário pensar formas estratégicas de trabalho para as equipes profissionais, de modo que não somente as famílias referenciadas nos serviços de atenção básica de assistência social sejam contempladas com uma ação profissional mais eficaz em seus territórios, mas também que os assistentes sociais e as equipes multiprofissionais, atuantes nesses espaços, possam atuar no sentido de garantir direitos.

Diante dessa realidade, o trabalho social precisa ter essa dinamicidade, considerando também os retrocessos em relação à efetivação de direitos sociais e o aumento nas taxas de desemprego e pobreza no Brasil. Conhecer as diferentes estratégias de enfrentamento a pobreza principalmente relacionada ao gênero feminino, através da atuação profissional dos assistentes sociais, e das equipes de atenção básica do SUAS, também justificou este estudo.

A questão social é objeto de trabalho do assistente social. No regime capitalista de produção, a questão social faz parte da produção da vida humana e de suas condições materiais, que se desenvolve sob as relações sociais histórico-econômicas, tendo a historicidade como elemento importante de análise. A partir disso, o surgimento da questão social está atrelado ao modo de produção capitalista que se constitui na sociedade burguesa. O modo de exploração do capital sobre o trabalho está relacionado com as multifacetadas expressões da questão social.

Considerando o aumento das situações de vulnerabilidade social, em decorrência da ausência de renda, há um crescimento do número de famílias

empobrecidas, as quais se tornam reféns da miséria. Antigamente o Estado não se responsabilizava pelo atendimento das necessidades da população pobre.

Assim, as Santas Casas de Misericórdia, asilos e mosteiros davam atendimento para os desfavorecidos. A pobreza era entendida como natural e a assistência deixada pela iniciativa da igreja. A questão do merecimento estava presente nas ações desenvolvidas, onde os pobres eram classificados como “pobres merecedores e pobres não merecedores”. Denominada de assistência esmolada, se estendeu por um longo período da história.

No Brasil, a primeira instituição formada nessa época, para dar conta dos excluídos, enquanto resultado das manifestações da questão social, foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA). A primeira dama Darci Vargas assumiu o controle da LBA, que passou posteriormente a ser responsabilidade das esposas dos presidentes, isso foi à instituição do primeiro-damismo junto à assistência social, seguindo a lógica assistencialista já existente.

No ano de 1998 foi aprovado o primeiro texto para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), e a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) que definiram as regras para o repasse dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para municípios, estados e Distrito Federal. Já no ano de 2003 a Política de Assistência Social passou a ter parâmetros nacionais, mesmo em face de tantas desigualdades sociais regionais. Houve então a implantação do Sistema Único de Assistência Social já na quarta Conferência Nacional. Foram instituídos, então os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de transferência de renda, como o PBF. A assistência social passou a ser efetuada nos denominados Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Estes espaços constituem a garantia de acesso da política de assistência social com direito a convivência familiar e comunitária.

Em relação ao repasse de auxílio financeiro contribuiu para a melhoria de renda, o que gerou um aumento no consumo e o fortalecimento do mercado. Mas, o outro lado, demonstra que a intervenção realizada através das políticas sociais, nos diferentes arranjos familiares, não concretiza uma mudança qualitativa e, tampouco, de

efetivação dos direitos sociais, pois não possibilitam a qualificação dos serviços prestados à população nas áreas de educação, saúde e assistência social, e sim, a responsabilização das famílias com maior foco nas mulheres, pelo sucesso do Programa, caracterizando assim dever e não direito.

Em relação ao CadÚnico, que foi instituído em julho de 2001 pelo decreto nº3.887 sendo regulamentado posteriormente, tornando-se um instrumento importante para conhecimento da realidade socioeconômica e das vulnerabilidades presentes no contexto das famílias que se cadastrarem, possibilitando o ingresso das que possuem renda per capita de até meio salário mínimo ou renda total de até três salários mínimos.

A vulnerabilidade social, pode ser entendida como privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social decorrente de discriminações etárias, étnicas, de gênero, sexualidade, deficiência, e exigem um trabalho social capaz de inibir o agravamento das dessas situações reconhecidas como de vulnerabilidade social.

A institucionalização do Serviço Social durante muito tempo esteve vinculada ao atendimento das demandas das classes sociais, que são de certa forma antagônicas dentro do processo produtivo capitalista. Entretanto, ao assumir o projeto ético-político profissional, a categoria fez a opção pela classe trabalhadora, da qual também faz parte. Entretanto, há contradições em que o Serviço Social está historicamente inserido, visto que até hoje, se caracteriza como uma profissão que não detém as bases materiais e organizacionais para a efetivação do seu trabalho, dependendo assim, dos meios e recursos da instituição que o contrata. Essa característica limita a atuação do profissional e condiciona sua intervenção junto à população mais necessitada.

Com o acirramento da competitividade na atualidade e com as profundas mudanças no mundo do trabalho, tende-se a produzir duas categorias de trabalhadores: os qualificados e os desqualificados profissionalmente. Aqueles com maior qualificação acabam sendo inseridos em espaços em que há uma cobrança semelhante aos tempos da Revolução Industrial, trabalhadores das fábricas, sem dia e

sem horário para trabalhar, desde que produzam cada vez. Já os menos qualificados temem, a todo momento, a perda de seus empregos e convivem com baixos salários.

Muitas profissões estão sendo terceirizadas, no caso do Serviço Social, por enquanto, esta permanece em níveis mais baixos, se comparados a outros tipos de trabalhadores. Os assistentes sociais atuam em vários campos, seja nas políticas sociais de saúde, educação, habitação, como também na previdência social, na assistência social, na ecologia, no trabalho e renda, na infância, entre outros.

Apesar disso, se entende que há uma importante necessidade na área acadêmica do Serviço Social em conhecer, analisar e objetivar no que concerne ao mundo do trabalho do Assistente Social, até mesmo para intervir na realidade dita como desafio para o mesmo, desenvolvendo sua capacidade de construir propostas de trabalho para a efetivação de direito, vinda até então de demandas do sistema vigente.

Com relação ao aprendizado para atuar no cotidiano, as falas dos colegas demonstram um déficit na formação acadêmica em relação à realidade vivenciada no cotidiano do trabalho com famílias pobres. Este distanciamento entre a sociedade que se quer, e sociedade que temos, deixa uma lacuna na preparação do(a) acadêmico(a) para inserção no mercado de trabalho. Ao entrar no jogo da vida, nas histórias caóticas dos usuários, o profissional precisa estar preparado para encontrar e apontar saídas e na maioria das vezes trabalhando com o mínimo dos mínimos.

Durante as entrevistas os profissionais foram unânimes, em dizer que ao se depararem com as situações urgentes geradas pela pobreza, não sabiam o que fazer, e não contavam com nenhum “manual”, ou “protocolo de atendimento”, para apontar uma solução para os usuários. Mesmo sabendo que é possível a inserção em programas sociais, isto não ocorre na mesma proporção e tempo do que a necessidade vivida, ou que, pode-se através de atitudes voluntárias, fato que não deveria ser, mas em muitos casos é a única solução imediata, conseguir uma “ajuda”, nada disso resolve a questão da pobreza de renda, apenas atenua uma situação de urgência, que logo retornará, pois não teve nenhuma resolutividade em sua demanda, pois o que ocorreu foi um atendimento pontual.

São necessários mais estudos sobre as condições de trabalho do assistente social e das equipes de atenção básica, no exercício profissional, especialmente num momento em que as mudanças no mundo do trabalho requerem mais do que competência técnica para lidar com a questão social: requerem o amparo numa teoria social crítica que subsidie o arcabouço teórico-metodológico da profissão e numa opção ético-política capaz de enfrentar os desafios postos à profissão na atualidade.

Com relação à realidade dos municípios pesquisados, há diversos contextos, o que faz com que o formato dos serviços vinculados à assistência social, embora preconizados pela NOB/SUAS, acabe sendo impactado pela realidade de cada cidade.

Em relação às questões de gênero e partindo da percepção de que sexo é a diferença biológica entre os seres humanos e de que a partir da vivência em sociedade são constituídas ideias padronizadas de masculinidade e feminilidade, nas quais os modelos ideais são homem como sexo forte, e a mulher como sexo frágil, se entende que tais concepções constituídas socialmente e culturalmente como modelo que orienta as relações sociais, necessita uma nova uma leitura de sociedade que possibilite uma reflexão acerca desses modelos que tem gerado desigualdades entre os sexos a partir das diferenças. Tal leitura elucida duas constatações fundamentais para a desconstrução do modelo relacional culturalmente constituído: que as diferenças são naturais e as desigualdades são criadas culturalmente. Portanto, ser homem ou ser mulher é uma construção cultural e social.

Do feminismo derivou a categoria de análise social conhecida como gênero, de caráter relacional, que denuncia o modelo de poder masculino que se impõe como paradigma das relações humanas estabelecidas na sociedade. O denominado patriarcado, que tem no machismo sua maior expressão tem ignorado o respeito às diferenças, que se corporifica no que denominamos de equidade, a qual deve reconhecer a diversidade de classe social, de raça e etnia, de geração, orientação sexual, deficiência, religiosidades, enfim que reconhece que cada ser humano tem sua especificidade.

De tudo isso, se entende que a pobreza feminina é uma das questões sociais mais pertinentes do século XXI, pois é claro a posição desvantajosa das mulheres no

que diz respeito à natureza do trabalho que intervém nos cuidados a outras pessoas. Por exemplo, as famílias monoparentais e as diferenças nos ganhos em relação aos homens, quanto ao trabalho remunerado.

A pobreza tem se tornado cada vez mais feminina, os dados mostram que o número de domicílios chefiados por mulheres deu um salto do ano de 1995, de 23% para 31% segundo o censo Demográfico de 2010. No Brasil esse número continuou a crescer, dados da PNAD, de 2011 já revelaram um significativo aumento em tão pouco tempo, o percentual apresentado de lares chefiados por mulheres foi de 37,4%. Já em 2015, segundo informações da pesquisa “Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça, feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base nos números também da PNAD, o número saltou para 40% de lares chefiados por mulheres. Ainda é importante salientar, que segundo o estudo, em 34% das famílias chefiadas por mulheres, existe a presença do cônjuge em casa. Mesmo assim, em nota a equipe do IPEA, afirma que “é elevado o patamar de famílias em que as mulheres não têm cônjuges”.

Diante dos fatos, torna-se fundamental para a ascensão das mulheres no mundo do trabalho garantir qualificação profissional, potencializar as mulheres para serem empreendedoras, e para isso constituir linhas de financiamento com juros diferenciados. Preparar as mulheres não só para a produção do seu produto, mas para a comercialização, ensinar sobre as regras de comercialização, o funcionamento de estoques e compras, tudo isso que agrega valor no produto final e que torna competitivo o negócio, ampliar postos de trabalho dando formalidade ao trabalho, tendo todos os direitos legais observados e cumpridos, como registro em carteira de trabalho, direito a férias, licença maternidade, décimo terceiro, ou seja, tudo o que está no arcabouço legal trabalhista brasileiro. O governo neste sentido, precisa garantir a fiscalização desta formalidade, pois, para as mulheres não é apenas difícil o acesso ao mercado de trabalho, mas conquistar a igualdade de condições salariais e acesso aos postos de chefia e a concretização da sua cidadania de forma ampliada, ainda são grandes desafios.

A maioria dos trabalhadores no mercado de trabalho, que atuam na informalidade são mulheres. Na base da pirâmide do mundo do trabalho no Brasil e em muitos outros países, estão em sua maioria mulheres, enquanto que no pico, onde ficam as posições mais hierarquicamente altas, estão os homens.

As políticas para mulheres enfatizam a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos pelas demandas por creches, por saúde, e outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família, mas elas não são necessariamente, políticas de empoderamento e autonomia. Houve avanços nas conquistas de direitos femininos nos últimos anos, porém, ainda falta a efetivação destes direitos na prática cotidiana das mulheres.

Existe ainda o desafio de vencer os efeitos do entendimento cultural que separa homens e mulheres em grau de importância e de relevância de uma forma extremamente injusta. Assim, um dos desafios presentes é o empoderamento das mulheres, em especial das mulheres pobres. A atenção básica da assistência social nos equipamentos públicos dos CRAS, deve potencializar suas capacidades através de estratégias empreendedoras, sendo o início da conquista da autonomia feminina.

As colocações das entrevistadas demonstram alguns pontos pertinentes: primeiro aponta que a postura da própria usuária da política de assistência, em relação a querer ou não este empoderamento, é muito relevante para que este processo aconteça, tanto em termos subjetivos, como em relação a geração de renda, partindo do entendimento que, para que se chegue na geração de renda, esta mulher precisa romper com inúmeras questões internas, como medos, limitações, baixa autoestima, e para isso, se faz necessário o “querer romper” de cada uma. O segundo ponto é que, a maneira como os técnicos operam a política é o que de fato pode fazer toda a diferença no resultado final. O domínio das técnicas de acolhimento e acompanhamento, o trabalho interdisciplinar entre as equipes, a disponibilidade de fazer “além” do que está posto, a inconformidade com a situação de pobreza e miséria, tampouco o comodismo com as crises do sistema, e terceiro que a política por si só, com seus programas, benefícios e projetos, não tem a capacidade de empoderar ou gerar autonomia, ela precisa de uma boa parcela de empenho e criatividade de seus operadores.

O termo empreendedorismo pode ser entendido como um processo baseado na persistência e numa visão de futuro, sendo capaz de identificar oportunidades e criar algo inovador apesar das incertezas. Este processo tem como resultado a criação de um novo empreendimento ou de uma nova maneira de realizar um trabalho, ou um novo produto, serviço ou atividade que agregue ganho e benefícios materiais e sociais para quem realiza.

Além da Política Nacional para Mulheres, existe, também, o Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, criado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, fruto das demandas também, da I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, inseridas no II Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Percebe-se que a política de assistência social não oferece estratégias claras, de atendimento a demanda da geração de renda para rompimento da pobreza, visto que segundo a concepção dos entrevistados, isto se torna necessário, as gestões municipais administram os recursos descentralizados do SUAS, conforme seus interesses, sucateando ainda mais os equipamentos públicos de assistência, impossibilitando que os profissionais façam o mínimo possível. O que a pesquisa encontrou, foram técnicos cansados e de mãos atadas diante da falta de interesse e de conhecimento sobre a política, de seus gestores. O rompimento da pobreza passa, necessariamente, por uma rede de serviços, até chegar à usuária, e é neste caminho que muitas vezes, estratégias exitosas de atendimento, se perdem.

Para além das questões de renda e rompimento com os ciclos de pobreza, oferecer as mulheres novos horizontes, toca também na relação desta mulher com ela mesma, e com o meio em que vive. Mexe com questões subjetivas de autoestima e autorrealização, pois o processo de empreender envolve motivação, atitudes e comportamentos, fatores psicológicos que compõe a experiência de criar algo novo ou renovar algo já existente.

É importante destacar que os profissionais da atenção básica da assistência social, nos equipamentos dos CRAS, (pelo menos, os da região sul do Rio Grande do Sul) os quais seriam os locais de acolhimento deste público, interessado no Programa,

não receberam ainda, conforme entrevistas, nenhum treinamento para atuar no Programa Progredir.

A palavra artesanato de acordo com o dicionário Merriam-Webster (2010), vem da palavra Inglesa que significa “força” ou “habilidade” derivado do Inglês Antigo *ofício*, palavra que vem do alto alemão antigo *kraft*, para a força, e significa “habilidade no planejamento, fazendo, executando” e, por extensão, “uma ocupação ou de atividade que exija habilidade” sendo os objetos resultantes da aplicação dessa habilidade. Hoje, o artesanato voltou a ter prestígio e importância. Continua a buscar elementos naturais para desenvolver suas peças originadas do barro, couro, pedra, folhas e ramos secos entre outros. Em todas as regiões é possível encontrar artesanatos diversificados originados a partir da natureza típica do local e de técnicas específicas. No Rio Grande do Sul, temos o Programa Gaúcho de Artesanato (PGA) o qual tem por missão incentivar a profissionalização dos trabalhadores que produzem artesanato e fomentar a atividade artesanal com políticas de formação, qualificação e orientação ao artesão.

Dos dez municípios pesquisados, apenas um não possui grupos de mulheres que se reúnem em torno da produção de trabalhos manuais, pois foi desativado há algum tempo. Quando questionados sobre o trabalho com mulheres, nove das equipes citaram a questão do “artesanato” que na verdade são “trabalhos manuais”, como eixo central destes grupos com mulheres, ou seja, elas se reúnem em torno dos trabalhos, pois segundo os cadernos de normatização da política em âmbito nacional, isso pode ser usado como “chamariz”, para que as usuárias venham para o serviço, mas não tem o objetivo de gerar renda, pois é um meio de atraí-las, e não o objetivo final.

Isto demonstra quanto à política de assistência social vincula a mulher aos trabalhos manuais, fator que pode ter seus benefícios no sentido terapêutico da convivência comunitária, mas que continua estigmatizando a mulher, em relação ao seu papel e sua função social, econômica, política na sociedade. Não se pretende aqui, desvalorizar a oferta das oficinas, tão pouco a junção destas mulheres em tornos destes trabalhos, a questão é problematizar o porquê, que a grande maioria dos grupos tem que funcionar neste formato? É possível afirmar que muitas mulheres gostam dos

trabalhos manuais, e tem dom e talento para produzi-los, mas boa parte destas mulheres faz apenas o que é exigido para permanência nos programas sociais. Assim, cabe aos profissionais trabalhadores da assistência, atrair estas mulheres, para o serviço, para empoderá-las sobre seus direitos, para tratar de suas vulnerabilidades.

Não há referências sobre a origem da introdução do artesanato e dos trabalhos manuais, na política de assistência social. Isso mostra o quão intrínseco e naturalizado é para a assistência social, a questão de que as mulheres devem se reunir em torno dos trabalhos manuais, certamente uma visão que vem da antiguidade, e que carrega um cunho conservador de manutenção dos “bons costumes”.

Para romper com essas práticas é necessária uma articulação com a rede municipal, para que essas mulheres tenham minimamente um espaço ou como citado “uma banquinha” em eventos e feiras para venderem seus produtos. Fica claro que esta é também uma questão de gestão municipal, visto que os espaços na maioria dos casos são públicos.

A concepção dos trabalhadores da assistência social é de que, as usuárias precisam aprender algum ofício manual, dentro dos CRASs, ou através de parcerias, para que efetivamente consigam algum rendimento que auxilie no enfrentamento da pobreza. Mas na verdade, nem mesmo os técnicos sabem como fazer isso, como potencializar esse público ao ponto, de fazer deste trabalho manual algo produtivo financeiramente.

A família dentro do desenho da Política de Assistência Social é tomada como principal agente de proteção social. Por este motivo, o Serviço de Convivência e Fortalecimentos de vínculos, vem com esse viés, de trabalhar as vulnerabilidades sociais, sem focar na questão da geração de renda, mas de usar as oficinas como um meio e não como um fim, como já colocado. Neste ponto encontra-se uma das principais contradições da política, pois se a causa principal das vulnerabilidades ainda está na questão socioeconômica, na precariedade de renda e acesso a políticas públicas para sanar ou amenizar, visto que dentro de uma sociedade de classes, a deficiência de renda de uma parcela da população sempre irá existir, porque os

serviços e os profissionais precisam trabalhar com foco nos vínculos familiares e comunitários, se isso não é suficiente para alterar as condições de vida das famílias?

Os trabalhadores do SUAS, na verdade estão confusos perdidos em meio as contradições da política, pois vivem imersos nas necessidades socioeconômicas cotidianas dos usuários, e ao mesmo tempo nas orientações dos serviços advindos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Afinal, o que é o PAIF? Esse questionamento foi um dos que mais apareceram, durante a pesquisa, no sentido inverso, os entrevistados questionando, sendo que o PAIF é o carro chefe da proteção social básica. Enquanto os técnicos precisam trabalhar, essa atenção integral às famílias, e o fortalecimento de vínculos, eles ficam buscando estratégias, descoladas do desenho da política social para gerar renda. Pois é claro para os entrevistados, que a pobreza é um dos maiores fatores de risco das famílias, e sem enfrentar essa violação, o resto do serviço, como aconselhamentos, acolhimentos, inserção em programas e projetos, fica pouco eficaz.

A fala destes trabalhadores mostra o quanto a política de assistência social é no mínimo “confusa”, pois, preconiza a proteção social da família, responsabilizando indiretamente esta família pelo cuidado, com seus membros, e não aborda a questão central, que é na maioria dos casos a raiz da “desproteção social” ou seja, a deficiência de renda, sendo que os operacionalizadores da política, tentam incansavelmente trabalhar a geração de renda, sem o mínimo de respaldo no desenho da política de assistência social, e por consequência sem financiamento específico.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos seriam ótimos, se tivessem a intenção de auxiliar a família representada principalmente no papel da mulher, em relação ao cuidado, para que esta mulher tivesse condições de buscar capacitação para, de fato gerar renda. Por exemplo, se os grupos para pessoas com deficiência não exigissem que o responsável, que na maioria dos casos, diga-se a mãe, tivesse que acompanhar até o serviço, que o trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes, funcionasse em turno inverso, com projetos que contribuíssem de fato, para a formação e desenvolvimento destas crianças, dando o respaldo que as equipes

precisariam em termos de recursos materiais e humanos para que este trabalho se desenvolva com qualidade para os usuários e para os trabalhadores do SUAS.

Na minha concepção profissional, e aqui pontuo um diferencial nas minhas análises, o fato de ser ao mesmo tempo, estudante e trabalhadora da política de assistência social, qualificou muito os meus estudos, pois o embasamento que tenho, vai para muito além do teórico, mesmo considerando que não realizei a pesquisa dentro da minha realidade municipal, mas eu também vivencio cotidianamente os desafios do trabalho no SUAS, portanto, retomando a minha concepção é que não existe como “proteger a família” individualizando e personalizando o cuidado. Desde a minha graduação, fui crítica das políticas focalizadas e uma defensora do fortalecimento das políticas universais. Neste sentido, penso que o caminho é o fortalecimento dos serviços, ou a criação de uma rede de serviços dentro do território, que acolham a família em suas demandas, principalmente de cuidado, para que a mulher tenha condições de se envolver com o trabalho, e aí não só pensando na geração de renda, mas também na realização e conquista pessoal desta mulher, mas também pensando em projetos que dêem acesso ao lazer, a cultura, ao conhecimento do território, para fortalecer o sentimento de pertencimento comunitário. E esses serviços, devem ter como foco as pessoas mais vulneráveis, pois estas, não têm condições de lançar para o mercado suas demandas, mas também, pensando de forma universalizante, não se pode criar o que chamo de “ilha dos pobres”, ou seja, criar serviços pobres para pessoas pobres. A idéia da universalização dos serviços de assistência social é desafiadora, mas por experiência própria, no meu cotidiano de trabalho, é possível.

É comum ouvirmos relatos dos trabalhadores da assistência, que as pessoas que mais precisam, os beneficiários do Bolsa Família, do BPC, não participam dos grupos, de mulheres, de idosos, de adolescentes, enfim, na nossa teoria baseada na política, esses usuários dadas suas vulnerabilidades seriam os mais necessitados de estarem em nossos grupos, mas será que realmente é disso que eles precisam? É desse formato de serviço que eles estão desejosos? Existe sim, uma parcela de responsabilidade destas famílias, em buscar os atendimentos, a inserção nos programas, o acesso aos benefícios, mas existe do outro lado, a nossa velha forma de pensar os serviços, sem o mínimo de inovação em relação à dinâmica da sociedade,

digo “velha”, no sentido de que, apenas reproduzimos a forma com que muitas vezes, nossos colegas anteriores faziam, o nos passaram que seria assim, e assim continuamos.

Uma vez ouvi uma estória em uma capacitação, que mudou o meu fazer profissional: certa senhora, já avó, costumava receber a família aos domingos, em torno de uma deliciosa receita de peixe assado, advinda de seus antepassados. As filhas e netas aprendiam atentamente, o passo-a-passo da receita, para que esta continuasse na família. A dedicada avó tinha uma fôrma de estimacão na qual colocava toda a vez, o seu peixe, porém cortava-lhe a cauda. Um dia, ela veio a falecer como acontece no curso natural da vida, e sua filha assumiu o papel de cozinheira da famosa receita de peixe, diferente de sua mãe, ela não tinha uma fôrma de estimacão, mas várias de vários tamanhos, mas como aprendeu, toda vez que colocava o peixe na forma, também cortava-lhe a cauda. As próximas gerações também aprenderam a receita, do peixe sem a cauda, até que um dia, alguém parou e questionou: Mas porque é necessário cortar a cauda do peixe, se ele cabe inteiro na minha fôrma? Conclusão: a avó cortava a cauda do peixe porque não cabia na sua fôrma de estimacão.

Essa ilustracão da receita de peixe me fez repensar meu fazer profissional, quais eram as “caudas de peixe” que eu estava cortando, e por incrível que pareça, eram muitas. Então comecei a adequar a minha “receita” à minha “fôrma”, e o trabalho começou a deslanchar, não desmerecendo o trabalho das colegas anteriores, mas fizemos em dois anos, o que não havia sido feito em dez anos, em termos de ofertas de serviços e projetos para o território.

Neste sentido, a idéia de universalizacão da prestacão dos serviços, sempre priorizando o público alvo da assistência social, mas não focando ou fechando os grupos e projetos para este público, ou seja, tanto as mulheres aposentadas, quanto mulheres inseridas no Bolsa Família, participam do mesmo grupo; tanto uma como a outra tem a possibilidade de viajar com o CRAS, no mínimo duas vezes por ano; tanto o filho do vereador, como a filha da mãe do Bolsa, dançam juntos no projeto de artes de turno inverso do CRAS, dentro da escola pública, como citado; todos os empreendedores do território tem o mesmo acesso a feira mensal proposta pelo CRAS,

tanto as crianças pobres como as crianças com condições, tem acesso ao mesmo lazer gratuito proposto por projetos da assistência social, fazendo com que aconteça uma qualificação dos serviços, e com a universalização da prestação, não reafirmamos a lógica da política pobre para os pobres.

É claro, que trabalhar em um município de pequeno porte, de características rurais, com um determinado modelo de gestão, permite que estas estratégias sejam colocadas em prática, mas o que quero pontuar aqui, é que cada território tem suas potencialidades e possibilidades, que devem ser exploradas, para além do que esta determinado nas cartilhas do SUAS, que vem para os CRAS.

É necessário pensar a política de assistência como uma política essencial, e trabalhar fazendo ela tão importante o quanto ela é. Os governantes vão olhar para nossa ferramenta de trabalho, conforme nós primeiramente a vimos. Essa cultura de que, nada somos e nada podemos fazer, diante do governo, das crises, da pobreza, da falta de recursos, faz com que nós não sejamos reconhecidos com tal importância, pois nós mesmos não passamos essa confiança para os gestores e por consequência para nossos usuários. Não quero aqui, culpabilizar meus colegas pela ineficácia da política, a política no meu entendimento, sem que haja o “plus” do profissional da ponta, é ineficaz por si só, pois não nos oferece o respaldo necessário para trabalharmos nas realidades em que estamos inseridos. Como citado durante as entrevistas, é neste sentido de déficit da política que nós profissionais precisamos nos tornar muito criativos e pró-ativos.

Pensar no âmbito da proteção social básica do SUAS, é ou deveria ser, pensar estratégias prevenção as vulnerabilidades, isso na perspectiva do território, podemos pensar por exemplo, que criar uma pracinha em um bairro pobre, onde não há lazer gratuito é prevenção, pensar em criar um projeto que envolva as crianças com as artes, dança, música, com esporte, é prevenção, pensar em grupos de terceira idade, que melhorem a qualidade de vida dos idosos, que proporcione cultura e lazer, é um trabalho preventivo, e ações assim deveriam ser o nosso foco na atenção básica. Mas perdem-se horas de trabalho técnico, fazendo avaliações socioeconômicas, para a

cedência de sacolas de alimentos, que são sim, necessárias em um dado momento da história das famílias pobres, mas isso deveria ser apenas o primeiro momento para resolver uma emergência, e não se tornar uma saída mensal, por anos. Lutamos ideologicamente contra o assistencialismo, e gastamos nossos dias fazendo-o.

As colocações dos colegas demonstram dois principais pontos em comum entre as respostas, o primeiro seria a questão de maior investimento na política de assistência social, e todos sabemos que isso é histórico desde a concretização do SUAS, que os recursos são escassos, e em qualquer crise somos a primeira área de cortes de financiamento nos três âmbitos, federal, estadual e também nos municípios, e é principalmente neste sentido que precisamos criar muitas estratégias, parcerias e formas empreendedoras e criativas para atender os usuários, sem nunca desistir da luta por melhores investimentos e pelo reconhecimento da importância do nosso trabalho.

Neste sentido, minha defesa é que, a nossa luta é ainda maior do que pensamos, precisamos antes desse reconhecimento governamental, mostrar que tudo funciona melhor no território, se nós trabalharmos. Os governantes, neste caso pensemos no personagem bíblico Tomé, precisam ver para acreditar, que com um bom trabalho social, tudo tende a melhorar. Trago aqui como base analítica, um tripé abordado por MIOTTO, 2012 sobre o trabalho social com famílias, ela coloca que este trabalho não pode ficar restrito ao desenvolvimento de ações apenas junto às famílias, mas implica em projetar ações que possam interferir também em outras instâncias como:

- a) proposição e articulação da política social – ações de natureza político organizativas;
- b) organização e gestão dos serviços – ações de gestão e planejamento; e
- c) ações dirigidas a situações singulares que se caracterizam pelo caráter socioassistencial.

Para além do seio das famílias, de organizar-las para um processo político organizativo dentro da política social, de ocupar espaços de controle social, de ocupar outros espaços referentes a outras políticas de forma articulada e organizada, pois

nenhuma política sozinha vai dar conta das demandas que as famílias trazem cotidianamente. Também se fazem necessários, a gestão e planejamento dos serviços, no âmbito do território. Porque, não fazer planejamento de projetos, juntamente com a escola local? Porque não conhecer qual a maior demanda do posto de saúde do território, e planejar ações articuladas, pensando o indivíduo de forma integral?

Transcender, o nosso serviço específico para pensar que essas famílias precisam ter o mínimo de integralidade na atenção para romper com as necessidades sociais mais urgentes. Isso faz com que possamos ocupar outros espaços de decisões, que influenciam diretamente no cotidiano dos usuários. Eu não preciso ser uma assistente social, concursada para trabalhar na escola, não desvalorizando a necessidade que se tenha profissionais da área nestes espaços, para me fazer presente neste ambiente, eu não preciso ser a profissional do posto de saúde, para estar lá conversando e planejando ações para o território, juntamente com a equipe lotada lá. Esse isolamento que muitas vezes nós mesmos nos colocamos dentro dos equipamentos públicos de assistência social, faz com que nos sintamos sozinhos na luta e principalmente invisíveis para os governos locais.

É claro que as ações singularizadas com as famílias também são importantes, mas não podemos perder o foco da atenção básica, que é a proteção e prevenção das vulnerabilidades sociais, por tanto, elas não podem ser o foco, e mesmo que tenham sido, ou venham sendo, é preciso ficar claro, que nós não conseguiremos dar conta de resolver os problemas de forma individualizada, descolando essa família de todo contexto dos demais serviços do território, ou corremos o risco de ficar dez anos atendo aquela família, com as mesmas demandas, fato que se repete nos serviços.

Retomando a questão central deste estudo, o empreendedorismo dentro da política de assistência social, acredito ter ficado entendido, que não venho fazer a defesa de um modelo de empreendedorismo do tipo empresarial, de objetivos bem definidos e metas pré- estabelecidas para a geração de lucros. Minha defesa do termo empreendedorismo vem em dois sentidos: primeiro de que nós trabalhadores sociais, precisamos desenvolver essa capacidade de empreender, significa transformar uma realidade em que se está inserido, trabalhar com seu próprio “empreendimento” e

buscar sucesso com ele, significa desenvolver a capacidade de implementar mudanças mesmo em um serviço, que já está vicioso, que corta a “cola do peixe”, com atitudes criativas e inovadoras. Deixo claro que não estou desresponsabilizando a política social, o Estado, em prover a estrutura necessária para que os profissionais tenham condições de realizar os serviços, mas que não podemos apenas sentar e ficar esperando, desesperançosos, frustrados com a falta de frutos no nosso trabalho.

De uma forma geral, a incapacidade e a desadequação das instituições governamentais em solucionar novos problemas sociais, visível nos diferentes tipos de políticas sociais setoriais (ou na ausência delas) e particularmente nas restrições orçamentais, tem fomentado iniciativas da sociedade civil na procura de práticas alternativas que respondam às necessidades sociais não atendidas nem pelo Estado, nem pelo mercado (PARENTE, 2011).

A necessidade de nos tornarmos empreendedores, em nossas ações relacionadas aqui, ao trabalho social, advém de uma desqualificação do Estado, representado nas instituições governamentais em dar resolutividade para as novas expressões da questão social. Mas quem sou eu, como trabalhadora dentro de uma instituição governamental de assistência social? Não seria, a representação estatal, mais próxima da população? Não sou eu lá na ponta a representante daquele serviço público? Ou ficamos naquele ciclo, de que, eu espero do Estado, e o usuário espera de mim, o que de fato, isolada dentro do serviço, não tenho como resolver?

Volto a frisar que, o Estado representado na política pública de assistência social, tem sua responsabilidade, e é por isso que estudos se fazem cada vez mais necessários, para que se apontem as deficiências e também para que se façam apontamentos de melhorias necessárias para os profissionais que operacionalizam a política lá na ponta, mas que nós profissionais também possamos nos enxergar como agentes transformadores, minimamente do território que trabalhamos, essa é uma das maiores resistências que podemos fazer, frente às injustiças sociais.

O segundo sentido que quero abordar a necessidade de se trabalhar de forma empreendedora, é que os usuários da política, e reforço aqui a mulher, como o segmento mais desfavorecido, também precisam receber capacitações, cursos

profissionalizantes, oficinas, seja lá qual o formato, para tentarem fazer frente ao mercado de trabalho, e gerar renda, para só então, começar um processo lento de rompimento com a pobreza. E pontue-se aqui, que não somente o artesanato e os trabalhos manuais devem acontecer neste sentido. Mas, a partir das capacidades e habilidades, destas usuárias, e dos recursos disponíveis, se pensarem em formas de transformar o que se tem, em produtos e serviços para fazer frente ao mercado.

É claro, que como já abordado, o fato de se capacitar uma mulher pobre precisa vir acompanhado de um respaldo da rede serviços que abrangem o seu território, e fazer essa articulação entre os serviços, é papel da atenção social básica no âmbito do SUAS. A questão muito relevante, se terá esta mulher mercado de trabalho, para desenvolver seu trabalho e gerar renda, não tem resposta definida, sabemos da deficiência do mercado em acolher os trabalhadores de forma que garanta os seus direitos trabalhistas, portanto, realmente algumas mesmo depois de capacitadas, possam por algum momento ficar de fora, mas o conhecimento adquirido, será sempre uma ferramenta para continuar tentando, visto que a sociedade e o mercado, não são estanques. Ainda seria mais fácil, uma mulher capacitada, conseguir romper com o status de pobreza, do que uma mãe dependente do Bolsa Família, sem perspectiva alguma de mudança da situação vigente.

Para finalizar as considerações deste trabalho, os estudos realizados ao longo destes quatro anos de doutorado, aliados a minha experiência profissional, me fazem ousar ter como síntese desta tese que: a política de assistência social brasileira, dentro de uma perspectiva “familista”, se tornou ineficaz no trabalho com famílias, no âmbito da proteção social básica do SUAS, pois joga para dentro do seio desta a responsabilidade do cuidado e da proteção, tirando o foco da necessidade de fortalecer a rede de serviços públicos, que seriam necessários para que realmente esta família pudesse estar protegida e gerando renda. E ainda, que os trabalhadores desta política, estão trabalhando desacreditados desta ferramenta, discordantes do seu formato, fazendo com que suas labutas sejam enfadonhas e infrutíferas, diante do mar de expressões da questão social em que estão cotidianamente imersos.

Neste sentido este trabalho vem para tornar públicas as deficiências do SUAS, que tocam diretamente em nosso trabalho, mas também vem para compartilhar com a classe trabalhadora da assistência social, que é possível continuarmos, abrindo como já citado “rios no deserto”, se renovando para inovar e empreender fazendo frente aos maus gestores públicos. Precisamos acreditar que o nosso trabalho é essencial e importante ferramenta de transformação da sociedade, para que possamos passar essa visão aos usuários que atendemos que, o fruto do seu trabalho também será algo relevante para a sua família e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Paula Lucia. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. In: **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.14, n.1, p. 126133, jan/jul 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttextpid=5141449802011000100014>>. Acesso em 01 abr. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Bontempo Editorial, 1999.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980**

BANCO MUNDIAL. **O combate à pobreza no Brasil: relatório sobre pobreza, com ênfase nas políticas voltadas para a redução da pobreza urbana**, 2001.2. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/>>. Acesso em 28 ago. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____. **Decreto nº5.209 de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5209.htm>. Acesso em : 16 de abril. 2014.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social de Combate à Fome. Site.

BRASIL SEM MISÉRIA. Disponível em <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/apresentacao>>. Acesso em 29 de junho 2014.

_____. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Capacitação para controle social nos municípios: Assistência Social e Programa Bolsa Família: Secretária de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010. 224 p.;

_____. Capacita Suas Volume 1 (2008). SUAS: Configurando os Eixos de Mudança/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto dos Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - 1 ed. - Brasília: MDS, 2008, 136 p.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**. Fundamentos e História. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

CAMPOS, M. S. “**O Casamento Da Política Social com a Família: feliz ou infeliz?**” XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ ENPESS. Juiz de Fora: 2012.

CARVALHO, Poliana O.; TEIXEIRA, Solange. Questão social e as tendências familistas na Política de Assistência Social no Brasil. In: SILVA, Maria Rosário et al. **Questão Social e Políticas Públicas na atualidade**. Teresina: EDUFPI, 2017.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) (org.). **Assistentes sociais no Brasil Elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005.

CSIKSZENTMIHALYI. M. (1998). **The psychology of everyday life**. London. Phoenix.

DANTAS, Kallyne Lígia Dantase. **Precarização do trabalho dos assistentes sociais dos Centros de Referência da Assistência Social de Campina Grande** /kallyne Lígia Dantase Dantas.- João Pessoa, 2010. 131f. Orientadora: Cleonice Lopes Nogueira Dissertação (Mestrado)-UFPB/CCHLA.

DRAVANZ, Glória Maria Gomes. **Entre manutenções e rupturas: análise da prática do/a assistente social no CRAS**. Pelotas, PPG em Política Social e Direitos Humanos, 2018.

DPM. Delegações de Prefeituras Municipais: **Aprimorando o Exercício da Função Pública. Sistema Único da Assistência Social- SUAS**, 2015.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, **Empoderamento de mulheres. Avaliação das disparidades globais de gênero**. Genebra, 2005 FRIEDMAN, John. Empowerment - uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras, Celta, 1996.

GAMA, Andréa de Souza. **Trabalho e Responsabilidades Familiares no Brasil: reflexões sobre os direitos do trabalho**. EM PAUTA, Rio de Janeiro – 2º Semestre de 2012 – n. 30, v. 10, p.149-168. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

HISRICH, R. D. e Peters, M. P. **Entrepreneurship**, 5ª. ed. Boston, MA: Irwin/ McGraw Hill, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História da civilização**. São Paulo: Companhia Nacional, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**, 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 16ª. ed. São Paulo: Celats/Cortez, 2004.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 10ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.a.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1982.

LISBOA, Teresa Kleba. Universidade Federal de Santa Catarina. **Empoderamento, inclusão social, políticas de gênero** ST 11 – Exclusão Social, Poder e Violência, Florianópolis, agosto de 2008.

MAFFEY, A. Gênero. **Dicionário de Ciência Política.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

MDS. Ministério de Desenvolvimento Social de Combate à Fome. 2014.

MIOTO, C.R.T. **Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais.** Revista Virtual Textos e Contextos, Porto Alegre, n 3, dez. 2004^a. Disponível em [:http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/979 >](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/979). Acesso em 10/11/2015.

_____. Família, trabalho com família e serviço social. Palestra. Serviço Social em Revista. Londrina, v.12, n 02. p 163-176, jan/jun 2010.

_____. Processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, H.B.M. (org). Serviço Social: questões contemporâneas, 1ed. Florianópolis: editora da UFSC, 2012, V.1, P.125- 138.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social:** teoria, método e Criatividade. São Paulo: Vozes, 1993.

NETO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. In: **Temporalis**, Ano 2, n.3 jan/jul.2001, p.-41-49. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

Orientações Técnicas: **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.**-1. Ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72p.

PARENTE, C., SANTOS, M., CHAVES, R. R., & COSTA, D. (2011). Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição.

PAULA, L. F. R. de, **Estado e Políticas Sociais no Brasil, in ver.** De Administração Pública, 04. Rio de Janeiro: 1992.

PTEM – Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher: **Guia para Implementação do Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher.** Rio de Janeiro, dezembro/2008.

SARACENO, Chiara. **Sociologia da família.** Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SELLTIZ, WRITSMAN, COOK. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** v. 1/3. 2. ed. São Paulo: E.P.U, 1987.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Assistência Social em risco:** conservadorismo e luta por direitos. In: Serviço Social. São Paulo:Cortez, 2017.

SILVA, Rosaura do Espírito Santo da. **As ações de tecnologia e informação no processo de vigilância socioassistencial previsto na Política de Assistência Social: aproximações e distanciamentos.** Pelotas, PPG em Política Social e Direitos Humanos, 2018.

SOARES, Vera. **A construção da cidadania fragilizada da mulher.** In: EMÍLIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M.: GODINHO, T. (org.) Trabalho e Cidadania ativa para as mulheres: desafios para a política pública. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher do Governo do estado de São Paulo, 2003, p. 89-100.SOUZA, André Portela. **Políticas de Distribuições de Renda no Brasil e o Bolsa Família** C-Micro Working Paper N°.1/2011. Janeiro de 2011.

TRIERWEILER, Roberta Rodrigues. **Gênero e cidadania feminina no Programa Bolsa Família: Um estudo no Loteamento Dunas em Pelotas/RS/** Roberta Rodrigues Trierweiler.- Pelotas: UCPEL 2013.

TRIVIÑOS, Augusto. Coleta de dados na pesquisa qualitativa. In. TRIVIÑUS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2013.

Sites Acessados:

<<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/maio/brasil-sem-miseriaatendera-16-2-milhoes-de-pessoas/?searchterm=linha%20de%20pobreza>>. Acesso em 29/06/2016.

<http://observatorio.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/layout/doc/casen/pobreza_casen_2011.pdf>. Acesso em 11/11/2016.

<<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/apresentacao>>. Acesso em 29/06/2017.

<<http://www.chileatiende.cl/fichas/ver/35332>>. Acesso em 11/11/2015.

<<http://pt.slideshare.net/ilaninhafernandes/movimento-de-reconceituao-2>>. Acesso em 13/11/2015.

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/taxa-de-desemprego-no-pais-fecha-2017-em-127>>. Acesso em 03/03/2018.

<<http://www.canalrural.com.br/noticias/rural-noticias/entenda-como-funrural-surgiu-evo-lucao-cobranca-longo-dos-anos-67279>>. Acesso em 02/04/2018.

<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/o-codigo-demenores-e-o-surgimento-da-febem/43795>>. Acesso em 03/04/2018.

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/polit_fed_assist_farm.pdf> Acesso em 03/04/2018.

<<http://www.valor.com.br/brasil/4889492/numero-de-lares-chefiados-por-mulheressobe-de-23-para-40-em-20-anos>>. Acesso em 12/03/2018.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Primeiro Eixo Temático: Serviços, Projetos e Programas

1. Quais os serviços, programas e/ou projetos que são desenvolvidos no CRAS, que tem as mulheres pobres como público alvo?
2. Qual a equipe que trabalha neste equipamento público?
3. Quais técnicos desenvolvem este trabalho com mulheres?
4. Das famílias atendidas pelo PAIF, qual a proporção das que são chefiadas por mulheres?
5. Qual é a adesão das mulheres aos projetos desenvolvidos para elas?

Segundo Eixo Temático: Geração de renda e políticas para mulheres

6. Quais políticas para mulheres são utilizadas no serviço?
7. Em relação a geração de renda existe alguma estratégia sendo desenvolvida no CRAS?
8. Existe algum ponto em comum de venda, ou mesmo a participação em feiras, articulado pela equipe?
9. Quando alguma família tem, o benefício suspenso, quais medidas são tomadas pela equipe?
10. Os profissionais já receberam alguma capacitação ou orientação sobre o Plano Progredir?
11. Qual a sua percepção em relação ao empoderamento feminino, através das políticas sociais?

12. Em seu trabalho com mulheres, já foi possível ver frutos de autonomia feminina e familiar principalmente em relação à renda, através de estratégias usadas pela equipe do CRAS?

Terceiro Eixo Temático: A concepção dos trabalhadores sociais

13. O que a política de assistência social oferece como estratégia ou ferramenta, para que vocês consigam potencializar os usuários a gerar renda? Sentem esse respaldo estratégico da política, esse chão para trabalhar?

14. Considerando que cada realidade é única, que cada família tem sua dinâmica, mas que a pobreza é um ponto comum, da grande maioria dos usuários que são atendidos na política de assistência social, em seu processo de formação acadêmica, você aprendeu como trabalhar para o rompimento da pobreza de renda dos usuários?

15. Se você pudesse pontuar em relação a política de assistência social, o que falta em seu desenho, em sua dinâmica para que se consiga trabalhar geração de renda? Falta ou Precisaria

16. Como você analisa o rompimento da pobreza? É possível romper apenas com os programas sociais, sem preconizar a geração de renda?

17. Geração de renda x SUAS, qual a conexão que você vê?

APENDICÊ 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), eu _____, declaro que fui informado(a), de forma clara e detalhada, sobre a pesquisa, “Política de Assistência Social, Mulher, Empreendedorismo: o olhar dos trabalhadores sociais”, que tem como objetivo geral, investigar quais estratégias têm sido usadas pelas equipes da atenção básica do sistema Único de Assistência Social (SUAS), mais especificamente nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), no enfrentamento da pobreza de mulheres referenciadas pela Política de Assistência Social, para atender a demanda de geração de renda e emancipação de suas famílias. E como objetivos específicos: Problematizar o papel da mulher pobre dentro da Política de Assistência Social brasileira; Identificar as políticas públicas para mulheres na área da geração de renda, que estão sendo desenvolvidas no âmbito do SUAS; Mapear ações e projetos desenvolvidos pelos CRAS dos dez municípios pesquisados, com mulheres, em relação à geração de renda; Conhecer a concepção dos assistentes sociais sobre o empoderamento feminino através da Política de Assistência Social.

Fui, igualmente, informado(a): da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa; da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto acarrete algum prejuízo à minha pessoa; da garantia de que não serei identificado(a) quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos, vinculados ao presente projeto de pesquisa; de que não se vislumbra riscos potenciais, de qualquer natureza; de que a pesquisa terá como benefício para o(a) participante, a possibilidade de socializar conhecimentos e sua prática, associado a análise do Sistema Único de Assistência Social, subsidiando ações em nível local e nacional. E, para a sociedade, o direito de acesso ao trabalho e renda para mulheres oriundas de

famílias em situação de fragilidade socioeconômica; do compromisso de acesso às informações com a responsável pelo trabalho e sua orientadora, em todas as etapas do trabalho e/ou no momento que solicitar, bem como dos resultados; da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa; de que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa; de que serão assinadas e datadas duas cópias do TCLE de igual conteúdo, no final do processo da obtenção do consentimento; da garantia de que o(a) participante da pesquisa receberá uma via do TCLE, assinado pela pesquisadora responsável e/ou executante e a orientadora, a outra via ficará no arquivo da pesquisadora; de que a pesquisadora declara-se responsável pelo cumprimento das exigências aqui elencadas.

Ciente das informações citadas anteriormente, eu autorizo a aplicação do instrumento de coleta de dados, a gravação das entrevistas e a utilização dele em trabalhos científicos a serem realizados.

A Pesquisadora Responsável por este Projeto de Pesquisa é Aline Chiesa Gonçalves

Endereço: Av Dezesete de Abril, 14911 Arroio do Padre/RS

CEP 96.155.000 Fone: (53) 84176082.

E-mail: chiesagoncalves@gmail.com

Orientadora: Profª Dra. Mara Rosange Acosta de Medeiros. Endereço: Rua

Andrade Neves 1258, apto. 301- Centro/Pelotas/RS

CEP 96.020-080 Fone: (53) 2128-8291/99818762.

E-mail: mara.medeiros@ucpel.edu.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Medicina/UFPel – Contato: (53)3284-4960.

Assinatura do Pesquisado (a)

Assinatura da Pesquisadora Responsável e Executante

Assinatura da Orientadora

DATA: ___/___/___